

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIX - Nº 167 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 1997

SUMÁRIO

Evocação de Anchieta e Vieira a propósito de seus centenários.....	287
Odilon Nogueira de Matos	
Santa Catarina em destaque	295
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Um livro sempre lembrado	298
Duílio Battistoni Filho	
A arte na antiga Roma	301
João Ribeiro Júnior	
Conselhos do Conde d'Eu ao "Príncipe Perfeito"	319
Armando Alexandre dos Santos	
A Capitania de São Paulo através dos tempos	326
Arthur Virmond e Supplicity de Lacerda	
Tiradentes: ¼ de milênio	332
I. Helena Brans	

Um documento inédito: Tiradentes não era um "pobre coitado"	342
Waldemar de Almeida Barbosa	
De uma pasta de velhos recortes	
Jean de Léry e a teoria do bom selvagem	347
Paul Arbousse-Bastide	
Memória Campineira	
Como o "Bairro Alto" veio a chamar-se "Ponte Preta"	355
Júlio Mariano	
Textos	
Carta de grandes poderes a Martim Afonso de Souza (D. João III)	356
Reflexões sobre o final do século XIX (Silvio Romero)	357
Vultos da Historiografia Brasileira	
Francisco Muniz Tavares	359
Seleta	
Projeção do movimento republicano de 1817	361
F. Muniz Tavares	
Rabiscos de um escrevinhador	
Triste fim de um sábio francês	366
Um pioneiro do Paulistanismo	367
Instrumentos de iniciação literária	369
"Sal feito de terra"	370

EVOCAÇÃO DE ANCHIETA E VIEIRA A PROPÓSITO DE SEUS CENTENÁRIOS*

Odilon Nogueira de MATOS

Quem quer que tenha algum conhecimento de nossa história certamente sabe o que significam para o estudo de nossa formação, especialmente nos primeiros séculos, as fontes de origem missionária, e dentre estas, as de procedência jesuítica. O trabalho missionário desenvolveu-se sempre ligado às atividades seculares, de ordem administrativa, política ou econômica. Sendo os missionários homens dotados de cultura bem maior que a dos demais transmigrados, coube a eles, sacerdotes, papel de alta relevância na sociedade colonial, sempre dispostos a registrar, através de cartas, informações, relatórios ou similares, o que ocorria no país, nos mais variados aspectos. E dentre os missionários vindos para cá, destacam-se sobremaneira os jesuítas, aos quais coube indubitavelmente a maior parcela na difícil tarefa de informar sobre o Brasil. Isto decorre, naturalmente, da própria natureza da ordem fundada por Inácio de Loyola, cuja preocupação foi, acima de tudo, criar uma ordem não apenas "contemplativa", como as outras existentes, vindas, muitas, do início da Idade Média, mas uma ordem "ativa", com três objetivos precípuos: cuidar particularmente da instrução, dotando seus sacerdotes de um embasamento cultural superior ao de outras ordens; servir como instrumento da Contra-Reforma; e dedicar-se à expansão do catolicismo nas terras que estavam sendo colonizadas pelos europeus nas várias partes do mundo.

É sabido que os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza. Entre eles - e chefiando-os - o padre Manuel da Nóbrega, constituído logo em primeiro provincial da nova província do Brasil. Uma segunda missão, pouco depois, em 1553, com o segundo governador, Duarte da Costa, traz um jovem de menos de vinte anos,

(*) Alocução proferida na Academia Campinense de Letras, em sessão de 4 de agosto do corrente ano (1997).

noviço ainda, logo depois ordenado, e que viveria em nosso país por mais de quarenta anos, ou seja até a sua morte em 1597, portanto há quatro séculos. Refiro-me - todos o sabem - a José de Anchieta, objeto de uma das evocações desta noite.

Exornam sua personalidade alguns atributos fáceis de enumerar e que tornam Anchieta a figura mais popular, mais querida e, conseqüentemente, a mais conhecida e renomada de toda a crônica dos jesuítas em nosso país. A única, aliás, para a qual se reivindica a elevação à honra dos altares. Seus atributos começariam pela longa vida entre nós decorrida, nada menos de quarenta e quatro anos, como já foi mencionado; em decorrência disso, um melhor conhecimento do país, pois ao contrário da maior parte dos jesuítas que se fixavam em determinadas regiões, Anchieta viveu em diversos pontos do território brasileiro: no Planalto Paulista, tendo sido mesmo um dos fundadores de São Paulo, cidade que o venera como a principal figura de sua crônica mais que quadricentenária; no litoral (São Vicente, Itanhaém, Iperoig); no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e no Espírito Santo, onde faleceu, precisamente na cidade que hoje tem o seu nome. Isso deu ao chamado "Apóstolo do Brasil" uma vivência e um conhecimento do país, como não encontramos em nenhum outro missionário da época; acrescenta-se a isso seu extraordinário espírito de observação, o que o levou a, nos seus escritos, tratar dos mais variados assuntos, nas áreas de etnografia, da lingüística, das ciências naturais, temas que surgem com muita freqüência em seus numerosos escritos. Em último lugar, mas talvez sua qualidade mais importante, a enorme disposição para escrever. Aliás, isto é um dos traços característicos dos missionários jesuítas: a necessidade de dar conta aos superiores em Lisboa ou em Roma de suas atividades no Brasil explica a grande soma de cartas, informações, relatórios, ou que os outros nomes tenham, nas quais se encontra verdadeiro retrato do que era o Brasil de então.

Essa valiosa fonte jesuítica começou a ser divulgada ainda no século passado, quando foram publicados três volumes, o primeiro contendo cartas de Nóbrega, o segundo com cartas avulsas de diversos padres e o terceiro todo consagrado a Anchieta, intitulado muito explicitamente, **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Esses três volumes foram reeditados pela Academia Brasileira de Letras entre 1930 e 1933, na mesma ordem da edição original, apenas - como é óbvio - acrescidos de prefácios e comentários dos responsáveis pela reedição. O volume sobre Anchieta incluiu o excelente estudo sobre o missionário, da lavra de Antônio de Alcântara Machado, brilhante escritor paulista, de vida lamentavelmente tão curta. Era ele filho do Professor Alcântara Machado, o renomado autor de **Vida e morte do bandeirante**.

Alguns anos mais tarde (1940), por iniciativa do padre Serafim Leite, o mais conhecido historiador dos jesuítas no Brasil, apareceu novo volume, complementar àqueles editados pela Academia Brasileira, contendo **Novas cartas jesuíticas**, volume 194 da preciosa coleção "Brasiliana". E bem mais tarde (1954), numa edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, o mesmo padre Serafim Leite promoveu a publicação de mais três alentados volumes intitulados **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**.

Convém registrar que as pesquisas em torno da documentação jesuítica não se encerraram, como o demonstram os volumes publicados pelo venerando padre Hélio Abranches Viotti, nosso nobre confrade em três Academias e em dois Institutos Históricos, e que continua no Brasil a grande obra iniciada por Serafim Leite. A **Monumenta Anchieta** organizada por Viotti alcança já o total de dezoito volumes.

De todos os jesuítas do Brasil, Anchieta foi, juntamente com Vieira, dos que mais escreveram. Além das numerosas cartas e informações já mencionadas, deixou obra literária de alto significado em nossa literatura colonial. Já houve quem o considerasse mesmo o primeiro escritor "brasileiro". Dessa obra literária, particularmente do poema dedicado à Virgem, já tratou, com toda a propriedade e erudição, nosso preclaro confrade Cônego João Correia Machado, em seu discurso de posse nesta Casa. Julgamos desnecessário dela cuidar novamente; preferimos apreciar o sentido histórico da obra anchietana. Difícil, sem ela, compreender o sentido exato da vida brasileira de seu tempo. Isto, aliás, é da essência da obra missionária. Para que o missionário atuasse com proveito e sua tarefa realmente desse resultado, fazia-se mistér que ele conhecesse muito bem o país e sua gente, a começar pela língua. Eis porque em todas as áreas de colonização as primeiras gramáticas das línguas indígenas sempre foram escritas por missionários. E o próprio Anchieta deu o exemplo escrevendo e fazendo publicar, em 1595, a primeira gramática da língua tupi, especialmente a da região que interessa mais de perto a São Paulo e ao Rio de Janeiro. O mesmo fará pouco depois o padre Luís Figueira com relação às línguas indígenas do Nordeste e o padre espanhol Ruiz de Montoya com relação ao guarani.

E outros exemplos surgiram ao longo de toda a chamada América Espanhola. Não nos esqueçamos de que até o século XVIII e início do XIX a América Espanhola compreendia até o sul e ao oeste da atual nação norte americana, áreas onde as cidades, algumas hoje de grande importância, originaram-se quase todas de antigas missões jesuíticas. Basta verificar os nomes dessas cidades, todos em espanhol e de inovação religiosa. E os norte-americanos, ocupando esses regiões, conservaram os nomes espanhóis. A

maior cidade dos Estados Unidos, no Pacífico, chama-se San Francisco, quando, em inglês, deveria ser Saint Francis. E os exemplos são numerosos: Los Angeles, Sacramento, San Diego, Corpus Christi, Palo Alto e tantos outros.

Apenas para exemplificar com relação às cartas de Anchieta: a que escreveu no último dia de maio de 1560, de São Vicente e endereçada ao Padre Geral, apresenta-nos uma descrição das "coisas naturais" da capitania vicentina, com ênfase especial aos animais: jacaré, capivara, lontra, caranguejos, serpentes, aranhas, taturanas, panteras, tamanduás, antas, preguiça, gambá, ouriços, macacos, veados, gatos monteses, javalis, formigas, bicho-taquara, abelhas, moscas e mosquitos, papagaios, beija-flores e outros pássaros, galinhas silvestres; depois, árvores e raízes medicinais, pinheiros, tudo com informações precisas, as quais, quase cinco séculos depois, os naturalistas apreciam e levam a sério. Já disse um deles, cremos que Melo Leitão, que com Anchieta começa a história natural de nosso país. Para se ter uma idéia de seus pormenores, basta dizer que essa carta, impressa, ocupa 26 páginas. E não é a maior. A que escreveu ao padre Diogo Lainez, também de São Vicente, aos 12 de janeiro de 1561, ocupa 44 páginas impressas. Esta talvez seja a de maior interesse histórico, pois trata mais detalhadamente dos trabalhos missionários. Várias dessas cartas anchietanas têm merecido publicação avulsa, em opúsculos ou transcritas em livros. A primeira talvez seja a publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no ano de 1900, numa edição comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Dela nos ocupamos demoradamente em artigo publicado no jornal "A Federação", de Itu, no dia 13 de junho de 1992.

Talvez seja Anchieta o personagem de nossa História sobre o qual mais se tenha escrito. Desde o pequeno livro de Quirício Caxa, escrito logo no ano seguinte ao de seu falecimento, até o que se publicou neste ano do quarto centenário de seu passamento, formaríamos uma enorme biblioteca. Há poucas semanas, nosso preclaro amigo Paulo Barros Camargo, apenas com livros de sua biblioteca particular, organizou uma exposição em vitrines de uma das livrarias da cidade com mais de cem volumes.

Há cem anos, portanto em 1897, quando transcorreu o terceiro centenário de seu falecimento realizou-se em São Paulo uma expressiva comemoração constituída de uma série de conferências abordando a vida e a obra. Um dos convidados para essa série foi o engenheiro, geólogo e também historiador Teodoro Sampaio, que tratou do tema "São Paulo no tempo de Anchieta", um de seus melhores trabalhos de reconstituição histórica. Pois bem. Quase quarenta anos mais tarde, em 1934, ocasião de outra significativa

efeméride anchietana - o quarto centenário de seu nascimento - o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a exemplo do que havia sido feito em São Paulo em fins do século passado, promoveu série de conferências alusivas à efeméride. Teodoro Sampaio, que então vivia no Rio de Janeiro, era o único sobrevivente das conferências de 1897 e não pôde obviamente deixar de ser convidado para a série carioca, cabendo-lhe mesmo inaugurá-la. Tornou-se, assim, Teodoro Sampaio o elo de ligação entre as duas grandes comemorações balizadoras da existência do grande jesuíta: o terceiro centenário de sua morte e o quarto centenário do seu nascimento. Foi pena que, comemorando-se este ano o quarto centenário de seu falecimento, não se tenha feito em São Paulo comemorações semelhantes às de 1897 e 1934.

*

A evocação dos tempos de ginásio, no final da década de 20 e início da de 30, traz-nos à memória livro de iniciação literária de uso obrigatório para todos os estudantes daquela época: a famosa **Antologia Nacional**, de Fausto Barreto e Carlos de Laet, obra com a qual toda a nossa geração iniciou-se na artinha das literaturas brasileira e portuguesa. Folheando-a agora verificamos que os dois primeiros excertos dessa antologia intitulam-se "Vocação de Vieira", o primeiro, e "Importância política de Vieira", o segundo, ambos extraídos da obra mais importante que até agora se escreveu sobre o padre Antônio Vieira, a do maranhense João Francisco Lisboa. O primeiro relata fato pitoresco - verdadeiro ou não - mas que se tornou folclórico. Mal ingressou na escola, o menino Vieira sentia enorme dificuldade em aprender o que lhe era ensinado. Entrando numa igreja, orou fervorosamente a Deus para que essa sua dificuldade fosse superada. A certa altura da oração, sentiu um estalo na cabeça e, como que por milagre, desanuviou-se-lhe o cérebro e com isto superou as dificuldades que tanto o atormentavam. Verdade ou não, o episódio passou para o anedotário e a expressão "estalo de Vieira" passou a ser utilizada para quem passasse por processo semelhante, num processo, como pitorescamente se diria, de desburrificação. Já o segundo excerto apresenta, resumidos, alguns episódios da missão política de Vieira na Europa.

Nascido em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, com apenas oito anos veio com seus pais para a Bahia, onde iniciou os estudos que o levaram à carreira eclesiástica. Adquiriu grande conhecimento da língua e fama de grande orador. Ao contrário de Anchieta, que foi essencialmente missionário, Vieira foi mais político, incumbido de importantes missões tanto no Brasil como na Europa.

Almir de Andrade, com muito acerto, mostra-nos claramente a diferença que o distinguia dos demais jesuítas: "Se Anchieta é a alma boa e dedicada, o trabalhador incansável, o pesquisador paciente da língua dos indígenas; se Nóbrega é o político por excelência, o administrador preocupado com a disciplina e voltado para os interesses de ordem prática e para os planos de ação - Vieira é essencialmente o intelectual, o pensador, o filósofo católico, o espírito integrado na cultura europeia de seu tempo, conhecedor das ciências, com o uma erudição que desafiava os homens mais eminentes da Europa seiscentista".

"A política o absorvia, era o seu clima temperamental. A proteção que lhe dispensou D. João IV favoreceu e ampliou esse caráter, com os poderes ilimitados que lhe concedeu em mais de uma missão no exterior; mas a influência e a liberdade de ação na corte lhe grangearam concomitantemente prestígio e inveja, força e despeito... Suas cartas revelam o grande historiador que teria sido se se dispusesse a fazer história. Dignos de nota são a riqueza e a pureza de seu estilo, o que é tanto mais de se admirar quando se considera que ele foi educado longe de Portugal e dos centros de cultura.

No que se refere às cartas, essa pureza se manifesta através de uma linguagem simples, sem volteios nem artificios, como se estivesse conversando com o interlocutor. Escreveu a reis, a ministros, a representantes do povo, a companheiros de missão, a colonos... sobre companhias de comércio, índios oprimidos, missões jesuíticas, missões diplomáticas e até guerreiros, educação de príncipes, negociações de paz, questões de colonização... A sua correspondência - escreveu Luis de Paulo Freitas no prefácio a uma das edições de suas cartas - é o reflexo nítido da política exterior e interior de Portugal e do Brasil numa época de grandes agitações. E descreve, como poucos o terão realizado, os costumes dos índios que bem conheceu. Jamais se poderá fazer um estudo profundo do século XVII sem se consultar a Vieira".

Alguns temas fundamentais desse século XVII despontam das cartas de Vieira: a restauração portuguesa com a ascensão ao trono do Duque de Bragança, d. João IV, livrando Portugal do domínio espanhol e fazendo iniciar nos domínios portugueses a terceira e última dinastia real, a de Bragança, à qual pertencem nossos dois imperadores; a restauração do Nordeste, então e em sua maior parte, em poder dos holandeses; a luta contra a Inquisição, da qual ele próprio foi vítima; e o último, mas não o menos importante, a luta contra a escravidão dos índios no Maranhão.

Se, para os estudiosos da História, o interesse maior de Vieira reside nas suas cartas, para os que cuidam de literatura o grande Vieira está nos sermões. Além de formosos - deles disse Artur Mota - "encerram conceitos

elevados e pasmosa erudição. Muitas vezes se afastam dos moldes consagrados pela retórica do púlpito e pelo caráter do sacerdote, para assumir a feição política ou demagógica". Para se avaliar a produção homiliária de Vieira, bastaria mencionar que dos 27 volumes que constituem suas "Obras completas", 15 volumes, portanto mais da metade, são ocupados pelos sermões. Dois grandes estudiosos da história e da literatura brasileiras - Afrânio Peixoto e Pedro Calmon - tiveram a feliz iniciativa de editar seleções das peças oratórias do grande sacerdote. Infelizmente seus livros não foram reeditados e, publicados já há muito, estão hoje fora do alcance do público eventualmente interessado. O de Pedro Calmon, que temos sob as visitas, reúne o que ele denomina "sermões patrióticos". Vale a pena citá-los para que se conheça suas "razões de ser": Sermão do Santo Antônio, 1638, alusivo à derrota dos holandeses na Bahia; sermão de Santa Cruz, alusivo à malograda expedição do Conde da Torre, 1639; sermão pelo bom sucesso, alusivo ao incêndio do Recôncavo, 1640; sermão da visitação, alusivo ao primeiro vice-rei do Brasil, 1640; sermão do Dia de Reis, alusivo às vitórias sobre os holandeses; sermão de Santo Antônio, 1641, alusivo ao "dinheiro do povo em bem do Estado"; sermão pelo bom sucesso, 1645, alusivo à redenção portuguesa.

Sua obra, como dissemos há pouco, compreende 27 volumes, assim distribuídos: 15 de sermões, 4 de cartas, 3 de escritos inéditos, 2 de assuntos vários e 1 com a denominada **História do Futuro**. Durante muito tempo atribuiu-se a Vieira a autoria de um curioso livro denominado **A arte de furto**. Figura, inclusive, na sua **Opera Omnia** e em diversas edições avulsas. Sabe-se hoje que tal livro não pertence ao grande sacerdote. Sua autoria é, em boa parte, atribuída a Dom Francisco Manuel de Melo, que o publicou em edição elvizeriana de 1652. Era Dom Francisco Manuel de Melo "uma das figuras mais curiosas da literatura portuguesa, polígrafo de maior renome dentro e fora da Península", mas de vida aventureira, tanto que veio deportado para o Brasil, onde ficou de agosto de 1655 a março de 1658. Dele nos ocupamos demoradamente em artigo publicado no jornal "A Federação", de Itu, do dia 2 de março de 1996.

O título completo de seu livro é **Arte de furto, espelho de enganados, teatro de verdades, mostrador de horas minguadas, gazúia geral dos reinos de Portugal**. A atribuição de sua autoria a Dom Francisco Manuel de Melo não é inteiramente pacífica. A atribuição a Vieira, que não saberíamos dizer como começou (perdõem-nos os colegas a ignorância) foi tão freqüente que até hoje continua mencionada em livros de literatura. Ocorre-nos à lembrança que Luís Gama, o famoso abolicionista, em seu poema satírico **A Bodarrada**, refere-se aos ladrões como os que "fazem grossa pepineira/Só pela arte do Vieira", tomando a expressão "arte do Vieira" como sinônimo de ladroeria...

Como dissemos, o problema da autoria da **Arte de furta**r continua a despertar interesse em discuti-la, por parte de críticos e historiadores da literatura. Muitos preferem considerá-la obra anônima, sem discutir o problema da autoria, como é o caso da edição que possuímos, que preferiu, tal como Capistrano de Abreu em relação aos **Diálogos das grandezas do Brasil**, apreciar o valor do livro sem perder tempo em discutir sua autoria. Mas, não deixa de ser interessante saber que no Brasil viveu por alguns anos, o indigitado autor e um dos maiores escritores portugueses de seu tempo. E como degredado...

Ao saudoso Artur Mota, a quem devemos muito de nossa formação literária, tomaremos emprestado seu depoimento sobre Vieira, encerrando com ele esta palestra: "Dissertar sobre a sua obra equivale a desenvolver uma tese complexa, onde, paralelamente aos gêneros literários por ele desenvolvidos, seria de apreciar a mais lídima expressão de vernaculidade. Nela tudo é sublime: a grandeza do estilo, a eloquência incomparável, a pureza da linguagem, a prodigiosidade do talento verbal, a riqueza do vocabulário, o vigor das antíteses de que ele abusava, a sinonímia copiosa, a elegância das frases, os tropos felizes e oportunos, a vibrante capacidade de ironias e alusões, todas as qualidades imagináveis do escritor e do orador. Era exímio pregador, como poucos se encontram na oratória sagrada".

Prezados confrades e amigos. Nesta evocação talvez tenhamos falado mais do que devêssemos. Mas, se tal ocorreu, desculpamo-nos com uma expressão atribuída ao próprio Vieira. Quando, certa vez, criticaram-no por ter falado muito, desculpou-se dizendo: "Se falei muito, foi porque não tive tempo de falar pouco..."

SANTA CATARINA EM DESTAQUE

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Não é sempre que se tem a oportunidade de ter às mãos publicações regionais. Daí o interesse despertado, sempre que a ocasião se faz presente, em poder analisar o progressivo enriquecimento da historiografia brasileira com o contínuo crescimento dessas pesquisas.

Desta feita priorizo o Estado de Santa Catarina, pois, os trabalhos que ora estudo são de dois conhecidos historiadores - *Eli Maria Bellani e Jali Meirinho* - o primeiro, apresentando sua dissertação de Mestrado junto à Universidade Federal de Santa Catarina sobre **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai**, enquanto que o outro, oferece subsídios para a história catarinense no conturbado período de 1889/1930, analisando **República e Oligarquias**.

A pesquisa da Prof^ª Eli sobre Chapecó, Município - Polo do Grande Oeste Catarinense, resgatou a memória daquela região no período de 1917/1950, demonstrando as vicissitudes e vitórias a partir do povoamento e colonização daquele Município, perpassando ainda as questões de limites, o papel migratório na área, a ação empresarial das Companhias Colonizadoras, estimulando a extração dos recursos naturais (em especial madeiras e ervamate), a contribuição delas ao construírem os núcleos industriais madeireiros e mateiros, além de ampliar o comércio externo, notoriamente com a Argentina, analisando ainda a grande destruição decorrente da floresta nativa, a falta de supervisão do poder público no sentido de evitar o desmatamento, a regulamentação da atividade madeireira, fato que só começaria a aparecer a partir de 1938, o papel representado pela atividade comercial no sentido de ampliar a ação das balsas e dos balseiros, enfatizando ainda que foram poucos os que se tornaram proprietários, ou seja, serradores. Foi tão somente após os anos 1950 que modificações mais sensíveis se fizeram sentir na economia oestina, propiciando o surgimento da indústria alimentícia, além da suinocultura, fazendo com que na atualidade Chapecó se transformasse num centro

agroindustrial de porte, sendo mesmo uma região exportadora considerável de suínos e aves.

Chama ainda a atenção na pesquisa realizada pela Prof^a Eli, o critério com que utilizou as fontes, percorrendo inúmeros Arquivos (tanto públicos quanto particulares), além de discutir uma vasta bibliografia a e apresentar, criticamente, inúmeros periódicos. Mais ainda: ao utilizar a técnica da História Oral, colheu centenas de depoimentos junto aos antigos serradores e balseiros da região, utilizando, paralelamente, a iconografia e tabelas que acabaram por dar aos estudiosos das Ciências Humanas a abertura necessária para que interessados outros possam complementar o que ora se apresenta de forma científica e oportuna, permitindo o revisitar dessa história quase centenária da sociedade chapecoense e da comunidade regional como um todo, sendo, portanto, um convite duplo a todos nós: à reflexão sobre a história vivida e a necessidade da constante procura do passado, com o intuito da construção da própria identidade.

Quanto ao trabalho do Prof. Meirinho, ao abranger o polêmico período de 1889 a 1930, abordando de maneira concisa e cronológica a chamada política *barriga-verde*, oferece um estudo que, sem estar preso à formalidade acadêmica, retoma os protagonistas daquele período, destacando suas lideranças que chegaram a ultrapassar uma geração, estando, obviamente, no ou próximas à estrutura de poder.

Com ênfase à imprensa catarinense o A. procurou desvendar a evolução do *ideal* em Santa Catarina, recorrendo também para tanto a exaustiva pesquisa em múltiplos Arquivos, em trabalho árduo, dada a quase inexistência de fontes, notoriamente as relativas aos Clubes Republicanos de então.

Salienta, ainda, o descompasso havido na propaganda republicana catarinense que fora mais ativa por parte de sua imprensa, a campanha eleitoral revestida de rompimentos, o que possibilitou a política *barriga-verde* no Estado, embora também com profundas cisões em seu bojo, dando ensejo à formação de uma nova sociedade.

Num contínuo aborda o revanchismo dos republicanos depositos pelo golpe federalista de final do ano de 1891, demonstrando os dias difíceis enfrentados pelos federalistas derrotados, perscrutando como essa guerra civil fora inconseqüente e desastrosa ao unir três facções com propósitos distintos, tanto que as crises geradas pela elite não chegaram a ter identidade com a verdadeira república constituída.

Passo a passo analisou o Prof. Jali a Revolução de 1893 que, ao envolver facções e interesses vários, contribuiu sobremaneira para o empobrecimento do Estado. Por outro lado, estudando também a questão dos limites estaduais, pontuou não apenas os conflitos havidos, com origem no messianismo, como ainda o banditismo e o abandono do território pelo poder público.

Chegou aos anos 1920 demonstrando que a partir de então, muito embora o governo permanecesse inserido no sistema oligárquico da República Velha, o espírito de modernidade também atingiu Santa Catarina através de uma série de transformações tanto à nível econômico, quanto sócio-cultural.

Apesar disso, ao atingir 1930, "os civis retornaram à cena política, estando todos destituídos de uma definição ideológica, uma aspiração nacional que os vitoriosos de 1930 custaram a assimilar" (p. 203).

Refletindo sobre os vários capítulos deste livro, observei que as experiências *revolucionárias* mantiveram-se centradas na concepção de que a tomada do poder resumia-se, basicamente, na conquista do aparelho de Estado, tendo sido subestimada a construção do poder apoiada em novas bases sociais, sem haverem seus dirigentes percebido que o poder é antes de tudo uma relação social. Daí o desafio à imaginação que esse trabalho propõe, no sentido de se retomar uma discussão em termos dos equívocos desse passado, com o presente e o futuro do país, objetivando a construção da democracia (e não apenas da democracia representativa, mas também, da participativa).

UMLIVROSEMPRELEMRADO

Duílio BATTISTONI FILHO

Os livros de memórias estão alcançando grande espaço nas livrarias brasileiras, sejam de autores nacionais ou estrangeiros. As memórias sempre provocam comoção. Pois, o que são os diários, as notas e os registros senão uma tentativa de deter a marcha inexorável da vida e do tempo? "Esse tempo que passa, que tudo desloca e destrói", no dizer, do antropólogo Roberto da Mata. Escrever, portanto, num pedaço de papel ou num caderno as suas impressões da vida é um ato de bravura na eterna luta do homem contra a indiferença da sociedade e do mundo.

Cada geração tem, de sua cidade, a memória dos acontecimentos, que são pontos de amarração de sua história. O caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos tantas vezes de nossos avós. Quantas lembranças temos do nosso primeiro bairro. Aliás, a antropóloga Ecléas Bosi nos diz que "o bairro tem uma biografia (...), tem uma infância, juventude e velhice. Esta, como a das árvores é a quadra mais bela, uma vez que sua memória se constituiu. Na história de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar. Por todos estes motivos é que nós desejamos participar com os antigos memorialistas de uma esperança comum".

É claro que todo livro de memórias pode lançar muitas dúvidas sobre a autenticidade e sinceridade dos fatos ali narrados. Há casos de autores que desvirtuam completamente os acontecimentos com o mero propósito de se vingar de alguém, por causa de uma injustiça ou uma nomeação em que ele não foi indicado, muitas vezes por inveja ou ciúme. Existem também aqueles que escrevem por vaidade. Entretanto, existem aqueles honestos que amam a verdade e, com seu depoimento, procuram esclarecer certos fatos que se tornaram obscuros na vida política, econômica e literária do país em que estão inseridos.

Alguém disse que quem escreve memórias quer adiar a morte. Mas o homem é finito, fraco e tem que se preparar com dignidade para recebê-la, pois, se somos humanos, é porque temos consciência de nossa passagem na terra.

Esses pensamentos humanos surgiram durante a leitura do livro "O velho Felix e suas memórias de um Cavalcanti". Nele, Felix Cavalcanti Albuquerque de Mello anota os eventos que mais marcaram sua longa vida, entre 1821 a 1901, em Recife. Publicado pela primeira vez, em 1959, pela José Olympio na Coleção Documentos Brasileiros e reeditado, em 1989, em Pernambuco, pela Editora Massangana, com dois longos e brilhantes prefácios de Gilberto Freyre.

Nesse diário, o velho Felix registrou alguns acontecimentos que marcaram sua vida: eventos políticos que o frustraram, como por exemplo, a proclamação da República, mudanças sociais que o preocuparam, hábitos que o deleitaram como os romances de Alexandre Dumas e os livros de História como o de Cesar Cantu, coisas que o feriram, como a morte dos filhos, escravos, esposa e netos, todos tomados pelo mesmo silêncio insoldável da morte, embora cada qual se situasse de modo altamente diferenciado em termos de estrutura e da organização da casa e da família. Morte que fazia o velho Felix mudar de casa, como era comum num Brasil antigo que não era povoado por imagens de TV mas pelos fantasmas dos membros da família que surgiam nos sonhos dos mais sensíveis e nos altos e escuros corredores que davam calafrios nas crianças.

Assim, o velho Felix muda de residência como quem muda de gravata, na vã esperança senão de escapar da morte que rondava a vida de família dos brasileiros da época com uma presença deveras assustadora, mas para talvez exorcizar aquilo que nem a morte tira dos brasileiros que sobrevivem à passagem dos seus entes queridos, a saudade que dói e ao mesmo tempo confirma as trajetórias de cada um neste mundo.

Elá vai o velho Felix marcando nascimentos, mudanças, casamentos, falecimentos, nomeações pessoais e de irmãos, filhos, e netos para cargos públicos, revoltas populares (como Mata-mata marinho que ocorreu em 1847 e foi um movimento regado a sentimentos anti-lusos), o fim da Revolta Praieira, exonerações, chegadas e partidas de parentes, a presença de epidemias, a morte de vultos históricos que admirava, lembranças comoventes, como a de sua mãe, as doenças de família, registros urbanos da cidade do Recife, que em julho de 1867 tinha 8.875 casas, os batizados, as formaturas, a chegada de bispos e políticos, as pancadarias de pessoas conhecidas por parte da polícia, os acidentes, como o de um menino que caiu da torre de uma Igreja; as secas e enchentes, as grandes lutas políticas locais, as saudades do se primeiro neto,

falecido quando era adolescente. Numa palavra, o velho Felix singelamente registrou esses eventos que constituíram a sua vida.

Portanto, esse livro ocupa um lugar muito significativo na História Social do Brasil e que merece uma leitura atenta, principalmente, daqueles que amam a história pernambucana.

A ARTE NA ANTIGA ROMA

João RIBEIRO JÚNIOR

INTRODUÇÃO

Acompanhando o poeta Horácio (**Epístola, II**) que escreveu: "A Grécia cativa transformou seu selvagem vencedor em escravo, e introduziu as artes no rústico Lácio", os historiadores da Arte, até o final do século XIX, afirmavam que a arte romana, em sua essência, nada mais era do que uma fase de decadência da arte grega. O que era só parte da verdade, pois esses historiadores não notaram que havia uma diferença marcante entre as duas artes, assinalada, na expressão da consciência histórica dos romanos.

Realmente, enquanto os gregos procuravam plasmar os acontecimentos da vida individual e as grandes realizações políticas, através do espelho da Mitologia, os romanos consideravam que os fatos históricos concretos eram, também, dignos de representação artística. Em suma, a arte romana é muito mais realista do que a grega.

Como a palavra "arte" associa-se, em geral, as artes chamadas "plásticas" ou "visuais", este artigo trata da arquitetura e urbanismo, da escultura, da pintura, do mosaico, das artes menores (vasos e jóias) e, também, da música e da dança, porém não inclui a literatura, porquanto só ela, riquíssima que é, ensinou um livro a respeito, que será publicado oportunamente.

ARQUITETURA E URBANISMO

Em arquitetura, Roma recebeu a influência dos etruscos, que usavam o arco, que já era conhecido dos assírio-babilônicos, e a **abóbada**. Os romanos preferiam o **arco semi-circular** (que será copiado pela Europa do

Renascimento). **Aabóbada**, embora também fôsse conhecida na Babilônia, foi aprimorada e largamente aplicada em Roma, a partir da chamada "**abóbada de berço**" (de seção semi-circular, com pedras pesadas e maciças), usada nos sistemas de esgotos.

A arquitetura dórica e a coríntia também influenciaram a arquitetura romana, com o predomínio da **platibanda** sobre colunas, e ainda, com a criação da **composta**, colunas com robustas volutas jônicas ao capitel de fôlhas de acanto coríntia.

O emprego de madeira e tijolos, que os romanos aprenderam a fazer com os egípcios, foi substituído pelo uso de pedras e mármore.

Eram quatro os estilos arquitetônicos romanos: o de platibanda, á maneira grega; o que colocou arcos entre as colunas, por baixo do entablamento (conjunto da arquitrave, friso e cornija); o que apoiou os arcos sobre as colunas, fragmentando os entablamentos; e o que se utilizou de cúpulas.

Usavam-se o tufo (calcário poroso), esquadrihado em grandes blocos (**opus quadratum**), vindo da Campânia; o cimento (**opus cementicium**), formado de cal misturado com pozolana (cimento hidráulico); e o **hormigon**, mistura de diversos materiais ligados por cal e cimento. O revestimento de parede em tijolo cozido chamava-se **opus latericium**, e o de mosaico em basalto, pórfiro ou granito, **sectile**. **Signinum** era o revestimento de restos de telhas moídas. Na cidade, a tarefa de construção estava nas mãos de escravos arquitetos e pedreiros, mas nas províncias, eram os soldados quem se encarregavam do trabalho.

Roma cresceu no curso dos séculos de maneira desordenada. No século VI antes da nossa era, as aldeias do Palatino e do Quirinal fundiram-se formando a cidade de Roma, á qual foram unindo outras pequenas comunidades agrárias. Esta cidade camponesa, situada acerca de 20 kms da costa, na pantanosa margem oriental do Tibre, apoiava-se num território de 12 000 quilômetros quadrados, com mais ou menos 400 000 habitantes.

Contudo, Roma já possuía grandes obras públicas como a **Cloaca Máxima**, principal coletor de esgotos urbanos, que despejava seu conteúdo no Marrana, um afluente do Tibre, construída no governo do etrusco Tarquínio, o Soberbo. O leito da Cloaca foi estruturado com pedras vulcânicas; as paredes, com blocos de tufo de 2,5m de comprimento; 0,8m de espessura e 1m de largura. Esses blocos de pedra não recebiam argamassa, mas eram presos uns aos outros por grampos de ferro, firmados por dentro com chumbo. Para evitar que a Cloaca desprendesse mau cheiro, ela era lavada regularmente com água derivada do aquedutos.

Os romanos conheciam dois sistemas de transportar a água: o de canalização subterrânea, através de tubos de ferro, bronze ou chumbo, e o aqueduto em arcos suspensos, que aprenderem dos etruscos, cujo comprimento variava de 8 a 85 kms., com elevação total de mais de 60 metros, e com uma largura variável entre 0,50 e 1,20 m, e que podiam ser retangular, arqueado, triangular ou trapezóide. O primeiro aqueduto, que percorria 81 kms, foi o **Aqua Marcia**, construído em 144 a.C.; porém o mais belo foi o edificado em 38 d. C., por Calígula e Cláudio, com 72 kms, chamado **Aqua Claudia**, que ainda subsiste em ruínas.

Só após as guerras Púnicas (343 a 290 a.C.), Roma começou a estender o seu poder sobre toda a Itália. Durante o período real etrusco, e novamente no século V, Roma obteve supremacia no Lácio, hegemonia que perdeu por diversas vezes. Em 338 a. C, conseguiu consolidar finalmente a sua posição. A partir de então, para unir as regiões vizinhas, Roma criou o sistema de colônias.

As colônias receberam a cidadania romana parcial ou total, e foram incorporadas ao Estado romano sem perder seu governo municipal próprio. Deste modo, a Itália era o domínio próprio de Roma desde o Rubicão até Messina, e não constituía província; tinha o governo sem os privilégios reservados aos cidadãos de Roma. Os italianos eram súditos de várias ordens: nas cidades latinas eram autônomos; na segunda categoria eram municípios, e na terceira, eram sujeitos, governados por prefeitos romanos e eram simples aliados. Essas distinções desapareceram com as guerras civis e à Itália inteira foi concedida cidadania romana.

A primeira província ou governo externo foi a da Sicília, após a primeira guerra Púnica. Deu-lhe Roma um pretor com poder administrativo, militar e judiciário, e esse foi o tipo adotado nas conquistas subseqüentes. No tempo das guerras civis dos Gracos, a República romana contava com onze províncias no Ocidente e no Oriente: Sicília, Sardenha e Corsega, Galia cisalpina, Macedônia com a Tessalia, Ilíria com o Épiro, Acaia (Hélade e Peloponeso), Ásia Menor, África (Cartago), Espanha citerior, Espanha ulterior e Galia narbonense. Na época imperial, aumentou grandemente a expansão romana. Na Itália, como nas províncias, os romanos estabeleceram obras estratégicas, fortalezas, portos e, principalmente, estradas militares.

E assim Roma se estendeu para além das **Muralhas Servianas**, que dizem foram construídas por Sêrvio Túlio, no século VI antes da nossa era, e que atingiam 10 m. de altura, numa extensão de 11 kms. (Os restos da muralha encontrados hoje em Roma não pertencem a esta, mas sim a uma outra construída depois da invasão dos gauleses, em 389 a.C.). Em Óstia, porto na

foz da Tibre, construiu-se a primeira cidade-fortaleza, a partir de um castelo (**castrum**), que formava um retângulo dentro de muralhas de 6m. de altura.

Praticamente, todas as cidades fundadas pelos romanos imitaram Roma. Roma, antes do incêndio atribuído a Nero, em 64 d.C., era uma cidade que se estendia num diâmetro máximo de 5 kms, limitada por muralhas, a partir das quais ficava o **Pomerium** (fronteira sagrada em volta da cidade, onde não era permitido construir nem cultivar). Em seu centro erguia-se o **Forum**, com pórtico dórico, que lhe tomava os três lados, ornado de estátuas. O **Forum** ocupava a zona entre o Palatino e o Capitólio, onde os habitantes, das aldeias primitivas costumavam reunir-se e negociar com gado e laticínios com os etruscos e os itálicos dos arredores. Ao lado dele, encontrava-se a **Basilica**, rodeada de um peristilo, onde reuniam-se os comerciantes, e se administrava o **Jus Gentium** (direito das gentes, consequência da expansão romana. Era um direito universal para o comércio, reconhecido e praticado por todos os comerciantes do Mediterrâneo). Este edifício tinha planta retangular: o retângulo dividia-se em naves e estas eram em número de três: as laterais de dois pavimentos e um hemicírculo de fundo, que era a abside. A basilica considerada a mais bela, é a **Basilica Nova** de Maxêncio ou de Constantino, que a terminou em 313 d.C. Com o advento do Cristianismo as basílicas transformaram-se em igrejas católicas.

Havia ainda os **Templos**, que seguiam a tradição grega com planta circular. Alguns desses templos serviam para guardar objetos de propriedade do Estado; outros transformaram-se em Museu, nos tempos do Império. O Senado romano, durante a República, só se reunia num templo. O mais antigo templo foi o consagrado a **Júpiter Capitolino**, datado de 509 a. C., incendiado e reconstruído várias vezes. O único grande templo dos tempos do Império que ainda se conserva é o **Panteon**. Este templo foi erguido por Agripa, em 27 a.C., em honra de Marte, Vênus e dos antepassados de Augusto; semi-destruído por um incêndio em 80 d.C., foi reerguido por Domiciano (81-96) e novamente danificado por um raio no tempo de Trajano (98-117); sendo completamente reconstruído por Adriano (117-138), e finalmente restaurado por Septímio Severo (193-211) e Caracala (211-217).

O **Panteon** é um enorme edifício circular, ao qual se conjuga o pronau retangular, único elemento grego de uma arquitetura tipicamente romana. Ele é recoberto por uma cúpula esférica, no centro da qual, através de uma ampla abertura circular, penetra a luz que se expande de maneira uniforme e ilumina os sete nichos alternadamente circulares e retangulares.

Do centro da cidade de Roma saíam duas ruas retas principais: o **Decumanus** (de este a oeste) e o **Cardo** (de norte a sul), que dividiam a cidade

em quadras, que eram cortadas por ruas estreitas e tortuosas. É de notar que poucas ruas tinham nome e nenhuma casa tinha número. Os bairros mais aristocráticos eram o Palatino, residência dos imperadores, o Célio e o Aventino, onde residiam os aristocratas e os ricos; os mais populosos encontravam-se na vertente oposta do Têvere.

A plebe vivia nas **Insulas** (cortiços), casas de aluguel com cinco a seis andares, que compunham-se de vários apartamentos de um único aposento, com simples abertura na parede, ao qual se chegava por uma galeria no lado interno do pátio. O andar térreo era usado para lojas ou para um apartamento mais refinado. Estes prédios, que tinham alcançado 35m. de altura, foram rebaixados para 21m, e depois, para 18m. Ali viviam até 20 famílias.

Por volta do século IV a.C, havia 46 000 **insulae** em Roma. Estes prédios eram construídos com materiais tão frágeis que, quando não desabavam, pegavam fogo. Augusto ordenou que as **insulae** fossem cercadas com altos muros para evitar que os eventuais incêndios comunicassem a outros bairros. As **insulae** e os terrenos em volta da cidade estavam nas mãos de uns poucos especuladores, que viviam à custa deles, como Cícero, que para evitar os inconvenientes do inquilinato, que aliás não tinham nenhum direito, arredavam para terceiros.

O aristocrata e o romano rico moravam na **domus** ou na **villa**. A **domus**, habitação voltada para o interior e ao ar livre, de influência grega, sofreu larga evolução. A princípio tinha planta retangular ou quadrangular de teto pontegudo, sustentado por quatro estacas, cobertas por paredes com poucas aberturas exteriores; depois apareceu o **atrium** (**omegaron**, edifício grego, da Idade do Bronze, com terraço e lareira central no aposento principal), cujo teto apresentava uma abertura (**compluvium**), destinada a permitir a iluminação solar de toda a casa. À noite, a casa era iluminada por tochas colocadas em lugares estratégicos ou levadas por escravos. A chuva, que se precipitava pelo **compluvium** era atraída a um tanque (**impluvium**), cujas bordas eram ornamentadas de pedras preciosas, no interior do **atrium**. Um buraco feito num dos lados desse **impluvium**, e dotado de bocal cilíndrico, serve-lhe de ladrão, que se comunica com uma cisterna no subsolo.

Era no **atrium** que ardia o fogo doméstico (**lares**) e se venerava as imagens dos antepassados (**penates**), e desenrolava-se a vida oficial do **pater-familias**. Ao redor do **atrium** erguiam-se os cômodos da casa: os quartos de dormir (**cubiculum**); acima do leito, o teto era mais baixo do que o resto do quarto, e sempre abobadado, assim o leito ficava como que colocado num nicho; a sala de refeições (**triclinium**) e um aposento chamado **tablinium**, sala de arquivos e de reuniões.

Havia ainda recintos para os escravos (**ergastulum** era a prisão onde os escravos pagavam qualquer erro cometido) e, como na casa do intelectual Cícero, uma biblioteca. Outro corredor levava para a parte posterior, onde se abria o **peristilium**, parte mais recuada de casa, que era composto de um jardim de inspiração grega, com canteiros de flores, estatuária e tanques de água, contornando em toda a volta por um pórtico, geralmente em plano elevado e sustentado por colunas. Era aí que se encontravam o **exedra**, lugar para conversar; a **zotheca**, para negócios; e a **pynacotheca**, para as obras de arte. Era nesta parte, também, que localizava-se a cozinha, pequena e escura. A fumaça saía por uma janela, ou por uma abertura no teto, já que não havia chaminés. Perto dela estavam as instalações sanitárias, geralmente em cubículo escuro.

Além da porta de entrada (**janua**), (É de se lembrar que se entrava numa casa romana diretamente por uma porta para rua, como na nossa; o costume era do abrir-se uma porta a meio caminho do corredor, que ia do lado de fora até **oatrium**), que continha duas partes: **olimen** (umbral) e **ofores** (porta propriamente dita), só havia um outro acesso: **oposticum**, entrada de serviço. Só colocavam-se janelas, com chapas grossas e placas de vidros coloridos, quando o **domus** possuía mais de um pavimento.

Nas casas de maior luxo, o conforto era dado pelos **hipocaustos**, sistema de aquecimento, através de tijolos vazados.

A **villa**, casa de campo, era construída à semelhança da **domus**, mas com um número maior de aposentos e jardins internos. Usavam-se na **villa**, mármore colorido para os revestimentos exteriores, como o pórfiro (mármore esverdeado). Nos terrenos adjacentes havia parques com estátuas, piscinas, viveiros de pássaros e de peixes. O conjunto da **villa** formava-se com alojamento para escravos, estábulos, granjas, oficinas, etc. Foi no século II d.C., quando as áreas ainda livres em Roma foram ocupadas por bairros populares, que cresceu o prestígio das **villae**.

Com o Império, a arquitetura vai ocupar lugar de destaque no programa de propaganda imperial. Administrativamente, Roma foi dividida em 14 "regiões", cada uma das quais possuía um quartel de bombeiros, um magistrado supremo e um conselho de 48 magistrados menores eleitos anualmente pelos habitantes do bairro, e ainda um certo número de médicos municipais. Mesmo depois que Roma se tornou uma metrópole, os centros da vida cidadina permaneceram o mesmo. As lojas, que na época republicana começaram a ser banidas do centro de Roma, e relegadas para as vizinhanças, e ao longo do Têvere, voltaram para se instalarem atrás do Fórum.

Constroem-se mais **templos e arcos de triunfo**, símbolo do culto da personalidade, e, mais tarde, do Império. Os **arcos de triunfo** originaram-se nas portas das muralhas que limitavam algumas cidades romanas. Os imperadores Tito (79-81) e Constantino (312-337) tiveram os seus arcos, em Roma; o de Tito era de um vão só; o de Constantino, de três. Apareceram as gigantescas e luxuosas **termas**. Centro social por excelência, as termas mais famosas foram as do tempo de Tito, de Trajano (98-117), de Caracala (211-217), cuja área era de 25 000m², e de Diocleciano (284-305). As termas prestavam seus serviços a ambos os sexos, em separado; sendo que na época da decadência as piscinas passaram a ser usadas em comum, onde abundavam pederastas e cortesãs. Os serviços consistiam em banho dentro de atmosfera, aquecida, banhos frios, com imersão em piscinas.

Osteatros, que acompanhavam a planta helênica, desenvolveram-se nos chamados **anfiteatros**, cujo exemplo máximo é o **Coliseu**. O **Coliseu**, com 48,50m de altura, 524m de circuito externo; eixo maior da elipse, 187,77m; eixo menor, 156,63m, surgiu em 75 d.C., quando Vespasiano mandou cobrir o lago da **Domus Aurea** (Casa Dourada, de Nero), a fim de poder iniciar aí a construção de um anfiteatro que, originariamente, tomou o nome de sua família - **Anfiteatro de Flávio** - e que só foi terminado em 80 por Tito. O **Coliseu** tem forma elíptica e podia conter cerca de 50 000 espectadores. A arena oval, construída sobre uma rede de passagens subterrâneas com jaulas para animais, podia ser inundada até uma profundidade de 1,5m para as **naumachiae** (batalhas navais), pois seu assoalho de madeira era desmontável. A arena é inteiramente circundada por um alto muro de quatro planos ou andares; os três primeiros são de arcos idealmente suportados por colunas, de ordens dórica, jônica e coríntia, de baixo para cima. No último andar abrem-se pequenas janelas retangulares e separadas umas das outras por pilastras coríntias. Do lado norte, uma entrada dava ingresso ao camarote da família imperial, que confrontava com o dos altos magistrados, sacerdotes e vestais, do lado oposto. As bancadas mais elevadas destinavam-se aos patricios, acima dos quais se sentavam ou ficavam de pé os plebeus. Entre os degraus, numerosas escadarias e amplos corredores (**vomitória**) facilitavam o vaivém do público. Durante os combates de animais selvagens, erguia-se uma rede metálica em torno da arena; e para proteger os espectadores do sol e da chuva, colocavam-se toldos (**velarium**) sobre as bancadas.

Em sua inauguração, que se prolongou por 100 dias, morreram 9000 animais selvagens, e muitos gladiadores. No século VI, o **Coliseu** caiu em desuso, sendo no século XIII transformado em fortaleza. Sofreu vários incêndios, e aos poucos suas pedras foram utilizadas na construção do Palácio

de Veneza, na Basílica de São Pedro, e em outros edifícios do Renascimento. Augusto, em 29 a.C., mandou construir um anfiteatro para as touradas (**taurilia**), paixão dos romanos, chamado **Statilus, Taurus**. (As touradas ou tauromaquia remonta a antiguidade cretense, seu aparecimento na Península Ibérica deve-se aos romanos. Conta-se que o primeiro matador de fama foi Rodrigo Diaz de Vivar, El Cid, que no século XI divulgou o hábito de enfrentar touros montado a cavalo, e munido de uma lança).

Mas havia, também, para os divertimentos, os **circos** com pistas alongadas, tribunas laterais para o público, e no centro um muro baixo para dividir a pista (**spina**, espinha), que refletiam seus modelos gregos. O mais notável foi o construído por Nero (54-68), chamado **Circo Máximo**.

Além desses edifícios, construíram-se suntuosos túmulos, imitando originais egípcios ou gregos. O mais extraordinário é o do imperador Adriano (117-138), de influência oriental, às margens do Tibre. Hoje propriedade do Vaticano, é conhecido com o nome de **Castelo Santo Angelo**, devido a estátua do arcanjo Miguel colocada no vértice do edifício, por Gregório Magno, que teve a visão de um anjo, que lhe anunciou o fim da peste em Roma. Outras obras grandiosas foram construídas na Itália setentrional e na França, dando assim continuidade a arquitetura romana, que, plena de vitalidade, atravessou a história com os nomes de **arquitetura latina ocidental, bizantina, romântica e gótica**.

Em 25 a.C., Marco Vitruvius Polion escreveu a mais famosa obra sobre a técnica e a arquitetura de Roma: **De Architectura**, em 10 volumes. Segundo Vitruvius, os arquitetos devem ter talento, saber desenhar, conhecer aritmética e geometria, e ter noções de história, filosofia, jurisprudência, astronomia e música. Este ideal de cultura se converteu em modelo para o Renascimento.

Com as perseguições aos Cristãos, desenvolveu-se no subsolo de Roma uma arquitetura característica: as **Catacumbas** (do grego, cavidade subterrânea), escavações labirínticas de até 500 kms além do perímetro urbano, formadas pela extração de pedra ou de areia para as construções. As **Catacumbas** formam uma rede de galerias subterrâneas chamadas **ambulacra**; as cavidades dispostas horizontalmente, que serviam de túmulos, os **loculi**; e as câmaras sepulcrais, os **cubicula**. As tumbas mais importantes, fechadas em um arco, chamavam-se **arcosolium** (arco formado pela parte superior da tumba) e **solum** (grandes recipientes balneários de mármore em forma de caixa). A palavra **Catacumba** foi usada pela primeira vez para designar o cemitério de São Sebastião que fica entre o cemitério de Calisto e o sepulcro de Cecília Metela (filha de Quinto Cecílio Metelo, o conquistador de Creta), na Via Ápia. As

Catacumbas eram jazigos de família, cujos proprietários permitiam que se sepultassem os mártires cristãos. A mais antiga é a de Priscila, na via Salária (Priscila, mãe de S. Prudente, teria hospedado S. Pedro em sua casa).

Por volta do século III, edificaram-se várias catacumbas na Via Ápia, que correspondem às atuais catacumbas de Calisto, conhecidas como "o túmulo dos papas", pois ali se encontram sepultados 14 pontífices. Serviram, também, de sepultura à martir Sta. Cecília. De 313 a 410, formou-se imensa necrópole subterrânea; e, finalmente, no século VII, quando os cristãos já não precisavam freqüentá-las, trasladaram-se alguns corpos de mártires para as principais basílicas de Roma. São conhecidas, além das citadas, as seguintes catacumbas: do Vaticano, da Vinha Máxima (é a mais profunda, com cinco andares), Ciriaca ou de S. Lourenço, de S. Valentino, de S. Castulo, de Sta. Inês, de Comodila, de Domitila, de Sta. Felicidade.

ESCULTURA

O fim do período republicano, por volta de 43 a.C, coincide com o término da influência etrusca, quando, então, a escultura helenística começa a se impor aos romanos, apesar das constantes críticas do censor Marcio Porcio Catão. É a partir do século II a.C. que surge a escultura romana.

A religião primitiva romana era animista; não existiam representações antropomórficas dos deuses. Assim, quando os generais, no tempo das guerras nacedônicas, pilharam os templos greco-orientais e importaram as estátuas gregas como despojo de guerra, estas apenas serviram para a decoração das casas. Um exemplo de estátua importada é a aparecida em Roma no início do século V, e que fora executada por Focesi, de Marselha.

À princípio os conquistadores romanos não davam valor algum a estas obras de arte, que muitas vezes quebravam; depois, graças aos generais Metelo e Mummio, tornou-se moda em Roma fazer figurar, nos cortejos triunfais dos vencedores da Grécia, as suas obras de arte; assim, foram estas trazidas aos milhares, das várias cidades, como sucedeu no triunfo do general Fulvio Nobilitor, em que figuraram duzentas e trinta estátuas de mármore e vinte e cinco de bronze; e no de Paulo Emílio, que fez encher duzentos e cinquenta carros de obras de arte. Por seu turno, o imperador Nero, mais tarde, fez transportar quinhentas estátuas de bronze, e procurou fazer deslocar, para Roma, o gigantesco **Júpiter Olímpio**, de Fídias, sem nenhum sucesso. (Segundo consta, esta estátua de 12m. de altura feita segundo a técnica chamada "**criselefantina**", ou seja, com o corpo de marfim e as vestes de ouro

sobre uma estrutura de madeira, e cujo trono era de madeira chapeada a ouro, e com embutidos de ébano, pedras preciosas e vidro colorido, foi levada para Constantinopla por volta de 394 d.C., onde foi destruída pelo fogo. É difícil de entender como essa colossal estátua foi transportada).

Graças a essas saques, Roma tornou-se uma cidade de estátuas, que, no dizer de Plínio, eram mais numerosas que os habitantes. Segundo testemunhas da época, seriam próximo de setenta mil só as obras de esculturas.

Diante da beleza destas estátuas, os romanos ricos começaram encomendar cópias e importar artistas, como o grego Praxíteles, que irá transmitir as lições de Atenas, Pérgamo e Alexandria. De início, os escultores romanos (o primeiro escultor romano, cujo nome a história guardou, foi Volca) trabalhavam com a argila, técnica aprendida dos etruscos. Os etruscos, nas pedras que fechavam os seus hipogeus, feitos sobre a terra ou abertos na rocha, usavam colocar figuras em alto relevo, feitas de barro cozido (terra-cota), representando as personagens em vida.

Após a adoção dos deuses estrangeiros desenvolveu-se uma estatuária religiosa, que não alcançou, porém, a importância encontrada em outros povos. O artista romano, essencialmente realista, preocupava-se mais com os baixo-relevos e com os retratos esculpidos. Sua fonte de inspiração não era a mitologia, mas a história, donde ele extraía uma arte eficaz de propaganda, que não só devia mostrar a personalidade individual, como despertar a consciência da nacionalidade. Os baixo-relevos são verdadeiros livros de história, como a procissão da Ara Pacis Augustae, um altar da Pax Augusta, deusa da paz, lugar de sacrifício, ao ar livre, onde se vê os membros da família imperial bem caracterizados; ou a Coluna de Trajano, executada em mármore, com 36,10m de altura, pelo arquiteto Apolodoro de Damasco. Ela celebra as duas guerras vencidas por Trajano contra os Dácios. (A estátua do imperador, que se destacava na alto da coluna, foi substituída, em 1587, por outra, de bronze, de São Pedro).

Assim, apesar da influência grega, a escultura romana adquire uma característica especial de documentário da realidade histórica.

Se, á princípio, as máscaras dos antepassados que se conservam nas habitações, são ainda modeladas em cêra, e depois pintadas, no velho costume etrusco; aos poucos, os artistas usam o bronze e o mármore, e vira moda ter-se retrato esculpido nesse materiais, símbolo de prestígio social. Contudo, o abuso deste costume foi tão grande que apareceu uma lei (**Jus Imaginum**) que definia quais as pessoas que podiam ser retratadas, como, por exemplo, os homens públicos. Os escultores passaram, então, a cincelar retratos (bustos) de muitas personalidades, com um impressionante realismo, que

constratava com os rostos, impassíveis e idealizados, que faziam os escultores gregos do período clássico. Nota-se, nestes trabalhos, o esforço de produzir o jogo de luz e sombra nos cabelos e nas barbas, e de desenhar de maneira incisiva a íris e a pupila, dando ao rosto movimento e uma expressão muito viva.

Entre as grandes obras romanas realizadas em bronze, há pelo menos duas, que se destacam por não sabermos se trata de trabalhos de artista etrusco com influência grega, ou de artista romano com influência greco-etrusca. Com elas: a **Quimera**, que representa um animal de três cabeças, sendo que na metade do lombo de um leão está a cabeça de uma cabra; numa extremidade a cabeça de uma serpente, e em outra a do leão, conforme a descrição da **Quimera** feita por Hesíodo na **Teogonia** (exposição metódica da genealogia dos deuses gregos). Esta estátua foi encontrada em Arezzo, em 1553, e restaurada por Benvenuto Cellini. A outra é a famosa **Loba Capitolina**, símbolo de Roma. Os gêmeos, colocados sob ela, foram acrescentados pelo escultor Antonio Pollaiuolo, no Renascimento.

Do início do Império, a estátua de mármore mais célebre é a de **Augusto Imperador**, com 2,04m de altura. É de um equilíbrio perfeito: ao braço direito estendido para a frente, corresponde ao pé esquerdo erguido para trás. Ao lado da perna do imperador, vê-se o deus Cupido, símbolo da **gens** (família) Julia, que se dizia descendente de Vênus, montado em um delfim, que recorda a batalha naval de Ácio. Interessante de se notar é a couraça, onde representa-se um bárbaro restituindo a um oficial romano uma insígnia legionária arrebataada pelos partas durante a derrota de Carre, em 53 a.C.. Já da época da decadência do Império, por volta de 176 d.C., uma das belas obras em bronze é a **Estátua Equestre de Marco Aurélio**, com 2,76m. de altura.

A primitiva arte cristã é a arte das catacumbas, a um tempo ingênua e simbólica. Contra a estatuária greco-romana, o artista cristão recorreu ao simbolismo para expressar a divindade. Eis alguns símbolos: a pomba (Espírito Santo, alma inocente), o pavão (vida eterna), a fenix (ressurreição), a âncora (esperança), o peixe (em grego **ichtus**, Jesus Cristo). Os escultores cristãos transformaram, assim, a escultura pagã em esculturas cristãs tumulares. Um exemplo é a estátua de **Hermes Crioforo**, que representa o deus grego carregando um cordeiro, que foi usada pelos cristãos como modelo de **Cristo, o Bom Pastor**.

PINTURA

A pintura em Roma é, antes de tudo, um documentário histórico. A princípio segue um estilo impressionista naturalista, e nos últimos tempos

do Império, expressionista espiritual, com certa influência oriental, principalmente egípcia, retornando ao impressionismo na primitiva arte das catacumbas.

No século III d.C., a escultura começa a ceder lugar para a pintura que, durante os séculos seguintes, irá dominar o campo da decoração interior. Infelizmente, nada ficou anterior à época de Sila (83-79 a.C.). O que sabemos da antiga pintura romana são descrições feitas pelos escritores latinos, como Cícero, Varrão, Vitruvius, Plínio, o Velho, dos enormes murais decorativos. Os primeiros muralistas são gregos instalados em Roma, como Gorgaso, Damófico, Licon e Patúvio; posteriormente, destacam-se os romanos Fabio Pictor, que decorou o **Templo de Salus** (deusa da saúde), Lucio Hostilio, que ganhou as honras de cônsul, por ter pintado o **Assalto de Cartago**, e outros dos quais só conhecemos os nomes, como Arélio, Tididio, Fâmulo, Pédio.

Deste modo, como aconteceu com a escultura, a pintura romana, de início, foi de imitação: copiava-se a técnica arcaica etrusca, usada nos hipogeus, onde se nota a diferença de colorido plano; vermelho nas figuras de homens e branco no das mulheres; mais tarde passou-se a imitar a arte grega de Polignoto, que foi o primeiro que se serviu da combinação das três cores primárias e fundamentais (azul, vermelho e amarelo), juntando-lhe uma tinta preta feita de bagaço de uva, donde se obtinha as cores sombreadas; e de Apolodoro, Aristides, Zêuxis e de Parrasio, que pôs em moda os quadros portáteis feitos em cavalete.

A pintura romana que se conservou é a **pintura afresco** (técnica à base de pigmentos diluídos em água e cal e aplicados sobre a parede coberta com revestimento fresco e ainda úmida. Seu inventor teria sido o grego Cimabue) e a **encáustica** (que em grego quer dizer queimar; porisso Nicias escrevia sobre seus quadros pintados com esta técnica: "eu queimei"). É um processo de cêra de abelhas fundida como veículo ao qual se incorporam os pigmentos, produzindo o efeito da nosso papel de parede. Ludio ou Studio, da época de Augusto, foi o primeiro romano a pintar paisagens itálicas nesta técnica.

Em Roma são raros os **afrescos** encontrados: há um num túmulo sobre o Esquilino e outro na casa de Lúvia, no Palatino. Felizmente, conservou-se uma imensa pinacoteca em Herculano, Pompéia e Stabia, sepultadas com a erupção do Vesúvio, ocorrida em 24 de agosto de 79 d.C., durante o império de Tito, onde estão registradas não só a pintura romana da época, como, através dela, toda a pintura helenística e, por extensão, toda a pintura grega. Ali, numa estreita relação entre a pintura e a arquitetura, artistas anônimos criaram o que se denominou **estilos** ou **períodos pompeanos**, em número de quatro: 1º)

Incrustação, do início do século I d.C. A parede, previamente coberta de estuque brilhante, é dividida em quadros pintados de cores vivas (amarelo, vermelho e preto), com tintas chapadas ou imitando o matizado da madeira ou do mármore. Ex. Casa Samnita, em Herculano, e Casa do Fauno, em Pompéia. 2º) **Arquitetônico**, que surge por volta de 80 d.C. Caracterizado pelo desenho de colunas, arcos, frisos, com quadrados ou losangos imitando o revestimento em colmeia dos edifícios públicos. Ex. Vila dos Mistérios, em Pompéia. É uma pintura mural, com friso de 1,88m de altura, onde 29 personagens surgem com vivacidade do fundo, avermelhado, praticando os **Mistérios Dionisiacos**. Também deste segundo estilo é o quadro **As Núpcias Aldobrandinas**, de 0,92 x 2,42, que foi descoberta em Roma em 1605, e colocado na residência do Cardeal Cíntio Aldobrandini, donde seu nome. Este quadro foi imitado por Rubens e Van Dyck. 3º) **Ornamental**, que aparece pouco antes da era cristã. Aqui também predominam os elementos arquitetônicos, combinados com motivos vegetais em fundos de uma só cor (preto ou verde). Ex. Casa de Lucrécio Fronto, em Pompéia. 4º) **Ilusionista** ou **Cenográfico** ou **Intrincado** é uma síntese dos anteriores, porém repleto de espirais, rosáceas ou ornatos metálicos. Usa cores ricas (cinábrio, amarelo, azul, púrpura); os personagens têm atitudes de atores, que se movem num cenário mítico. Ex. Casa de Vetti, em Pompéia.

Ao lado da pintura mural (mitológica, heróica, alegórica ou paisagista) aparecem pequenos quadros de cavalete, representando naturezas mortas, em que predominam as frutas, e que servem, freqüentemente, de tabuletas para as casas de comércio e tavernas. Os retratos atingem um realismo, que alcança, às vezes, a caricatura. Havia, também, quadros eróticos e pornográficos, em tal quantidade, que Propércio (**Elegias**, II, 6, 27) deplorava: "O primeiro, cujos pincéis traçaram quadros obscenos e que suspendeu em casas residenciais essas ignóbeis imagens, corrompeu os olhares cândidos das donzelas e recusou-se a contribuir para a sua ignorância em atos de depravação". Em Pompéia, ainda hoje, se podem ver pequenas alcovas reservadas às meretrizes, e que levavam seus nomes; em cada alcova existe uma pintura e todas ilustram as diferentes posições em que pode ser feito o ato sexual.

A pintura decorativa mural e de cavalete passam, a partir dos séculos III e IV d.C., para a pintura dos templos e hipogeus, que já no início da era cristã caminhava para uma rigidez de desenhos, que transforma os corpos em formas geométricas, e depois em formas esquemáticas e estilizadas.

A pintura das catacumbas longe de ser decorativa tem um caráter didático. Reproduz os símbolos cristãos, num estilo impressionista, para

explicar e tornar sensíveis aos fiéis os grandes dogmas da religião cristã. Esta arte, voltada para o transcendental, tem pouco interesse pela beleza do mundo sensível e do corpo humano; assim, em oposição a arte grega, despreza e considera nocivo a representação do nu. Até o século V, Cristo, nestas pinturas, aparece como um jovem imberbe com cabelos crespos; só a partir dessa época, é que surgem as imagens de Cristo crucificado e adulto.

MOSAICO

A partir do século IV manifesta-se a arte do mosaico, cuja linguagem própria vai ocupando o lugar deixado pela pintura. Plínio, o velho, atribui aos gregos a invenção desta arte, mas sabemos hoje que era conhecida em todo o Oriente muito antes deles. Os arqueólogos encontraram na antiga Ur, na Caldéia, um painel de mosaico datado de 3 500 a.C.

Limitada ao pavimento, esta arte transfere-se para as paredes em forma de painéis, e na época cristã vai servir de adorno das cúpulas e paredes dos templos. Os motivos variavam desde os simples ornato geométrico às cenas mitológicas e históricas.

Havia várias técnicas como a **emblemata** (as partes mais delicadas eram montadas sobre pedaços de madeira, que depois se encaixavam na superfície de painel), a **opus tessellatum** os **tessealarium** (de **tessarae**, pequenas pedras cubicas, formando reticulado) e **opus vermiculatum** (as pedras seguem as linhas do desenho); e utilizavam-se, além dos mámore coloridos, a cornalina, a ágata, o ônix, o lápis-lazúli. De acordo com Plínio, os mosaicistas romanos a fim de aplicar o mosaico sobre superfície de relevo irregular, nas volutas, por exemplo, usavam pastilhas de vidro em vez das pedras convencionais.

Os mais célebres mosaicos romanos são o **Mosaico de Palestrina**, descoberto no século XVII, que representa um episódio da viagem do imperador Adriano ao Egito; **A Batalha de Arbelles** e **A Batalha de Isso**, encontradas em 1830, na Casa do Fauno; em Pompéia.

O Cristianismo deu um novo impulso ao mosaico. Constantino favoreceu os mosaicistas, isentando-os de impostos; e a arte alcançou então extraordinário esplendor, principalmente em Bizâncio e em Ravena, onde, na Basílica de São Vital, há um belo mosaico, que, no estilo bizantino, representa a imperatriz Teodora fazendo oferendas à Igreja. Um dos mais notáveis monumentos revestidos com mosaicos é o **Mausoléu** erigido pela imperatriz

Galla Placídia, esposa de Constantino II e irmã do Honório, primeiro imperador do Ocidente, após a divisão da Império romano.

ARTES MENORES

Estas artes desenvolveram-se por influência etrusca e grega. Além da cerâmica, que deu origem aos inúmeros objetos em terracota de alto valor na arte profana e sacra de Roma, como os vasos de **Arezzo**, com relevo e fundo negro, e os vasos **Bucchero**, de cor vermelha escura, destinada a imitar o bronze, ornamentado com estampas, - apareceram o artesanato de moedas e medalhas, onde o pormenor é levado a extremos, e as minuciosas lapidações em jóias de ouro, prata em pedras preciosas, como a famosa, Gemma Augustea.

Criaram-se miniaturas primorosas. Varrão informa que havia em Roma, uma grega, Lala, que pintava miniaturas a encáustica sobre marfim, e que fazia iluminuras em manuscritos. Com a crescente combates na arena do Circo Maximo, fabricaram-se armaduras e elmos de bronze com relevos históricos ou mitológicos.

Cabe lembrar que na Roma antiga desdenha-se quem tinha que trabalhar para viver; assim o poeta a o escritor são hóspedes e amigos de seu patrono, enquanto que o pintor o escultor, o artesão, sendo assalariados, recebiam pouca estima da sociedade, pois entendia-se que seu trabalho implica esforço corporal.

MÚSICA

Pode-se afirmar que a música, em Roma, realmente floresceu com a subjugação da Grécia, em 146 a.C. Anteriormente, os romanos eram zelosos discípulos dos etruscos, cuja música religiosa usavam nos cultos e nos funerais. Em 639 a.C. promulgou-se uma lei, segundo a qual não se permitia nenhum exercício musical, a não ser o canto heróico itálico e a flauta latina: a **Tibia**, parecida com o **Aulos** grego. Um dos primeiros instrumentos de palheta com 2 tubos que podia ser tocado simultaneamente; dizia-se que curava a ciática se o tocassem sobre a parte afetada; é, também, o nome dado ao poema lírico acompanhado de flauta.

Em meados do século II a.C. começou a entrar em Roma a exuberante música egípcia e asiática; porém, foi com a influência da música

grega, essencialmente vocal, que a música romana cresceu, através da declamação cantada e do canto coral, que tiveram sucesso no teatro, nos jogos, nos sacrifícios e nos banquetes. (A palavra latina concerto significa disputar. Os músicos "disputavam" entre si, e o vencedor recebia uma coroa de louro do Imperador).

A música instrumental foi muito usada pelos romanos, principalmente para uso militar, como a **Tuba** (pistão comprido), para ataques e retiradas, e em alguns cultos; o **Cornu** (espécie de trompa, de chifre ou de bronze) para levantar acampamento, e nos jogos dos circos; a **Bucina** (pistão em forma circular) para anunciar a vigília; o **Lituus** (clarim, trombeta recurvada) usada pela cavalaria. O **Tambor** foi muito usado para marcar o passo nos ataques e, principalmente, nos cultos de **Mistério**. Havia, também, instrumentos de corda como a **Harpa**, a **Lira** (Nero era não só vaidoso do seu talento de cantor, como considerava-se um exímio tocador de lira. Aliás, foi ele quem inventou o **claque**, pessoas contratadas para aplaudir o artista).

O primeiro antepassado do órgão foi o **Syrinx** ou flauta do Pá. Em 265 a.C., Ctesibo, mecânico de Alexandria inventou ou melhorou o **Hydraulus**, um órgão hidráulico em que se utilizava água para estabilizar a pressão do vento, e que foi muito usado em Roma. Cícero considerava um concerto de órgão como um dos maiores prazeres de sua vida.

É de se notar que tanto os gregos como os romanos tinham a notação musical figurada pelas letras do alfabeto.

Com a difusão do Cristianismo, a música romana, através do canto religioso, derivado de melodias hebraicas, progrediu. A música cristã começou, provavelmente, por três cantos: o dos **Salmos**, animado pelas tradições judaicas; o das **Litanias**, de estilo popular, baseado nas tradições pagãs, sírias, egípcias, gregas, romanas, africana e gaulezas; e o canto do **Glória in Excelsis**, propriamente cristão.

Santo Ambrósio (morto em 397), bispo de Milão, foi o primeiro a organizar o canto; introduziu a **antifona** (dois coros alternados que se respondem) e fez o hino que mais tarde se chamou **Te Deum**. O papa Gregório Magno (590-604) condensou os cantos litúrgicos, hinos e responsórios em um livro chamado **Antifonário**, e fundou a primeira escola de canto, a **Schola Cantorum**, onde se aprendia a música por audição, empregando-se o monocórdio como diapasão. A partir dele, o canto cristão passou a chamar-se **Canto Gregoriano** (canto chão), cujas características são: monodia, diatonismo, ritmo livre e texto em latim. A nossa atual notação musical deriva da notação do **Canto Gregoriano** chamado **Neumática** (**neumas** significa conjunto de

pontos, acentos e sinais, figurando um contorno melódico ou uma parte do discurso musical).

DANÇA

Os romanos já praticavam danças sagradas de origem etruscas desde os primeiros tempos de Roma. Como as **Saturnalias**, (que deu origem ao Carnaval, que vem de **carrus navalis**, barco que era levado pelo sacerdote dançarino. Na era cristã passou a significar **carne vale**, isto é, adeus a carne, tendo em vista a aproximação da abstinência da quaresma), quando as classes dissimuladas sob disfarces, invertiam suas posições sociais; e ainda as **Bacanais**, e as **Luperciais**.

No teatro predominava a dança grega chamada **yhorais** (**khōros** eram grupos de moços e moças que cantavam e dançavam. A palavra vem de **yhoiren** ou **khorein** que deu o termo **coreografia**, grafia da dança). Dançavam-se em círculos, em filas ou em marcha. Famosos eram os **khironomes**, ou seja, arte de dançar com as mãos, que se transformou na **pantomima**. Em Roma, no tempo do Império, brilharam dois ex-escravos gregos mestres nesta arte: Bathille de Alexandria e Pylade de Samos.

Contudo, para muitos romanos a dança era considerada arte de afeminados e fanfarrões, que atentava contra a dignidade varonil. Cícero, por exemplo, em sua oração **Pro Licínio Murena**, diz: "Nenhum homem sóbrio dança, se não está fora de seu juízo, nem estando só, nem em algum baquete frugal e honesto; a dança costuma ser o último excesso dos banquetes, dos lugares amenos, e dos muitos regalos." Este desprezo pela dança talvez possa ser explicado pela transformação que ela sofreu ao deixar sua tradição e religiosidade para ser puramente instintiva e sensual.

Horácio (**Sátiras**, I a II; **Odes**, III e VI), Sêneca (**De Clemencia**, VII, 9) e Petrônio (**Satiricon**, III) são unânimes em afirmar que os festins terminavam invariavelmente em danças licenciosas. Jovens vestidas apenas com tecidos de tal forma transparentes, que pareciam nuas, ou vestidas de fios de pérolas que se afastavam sobre a nudez, dançavam bailados gregos orgiásticos como o Bibasis, oriundo de Esparta, no qual os executantes calculavam os saltos de maneira a bater com os pés nas nádegas; a Éclactisma, em que se erguiam os pés acima dos ombros; a Riknoma, em que se agitavam a cintura e as pernas. E Juvenal (**Sátiras**, XI) conta como as dançarinas de Gades (atual Cádiz) com suas castanholas, requebros lascivos e gritos obscenos, despertavam o erotismo dos convivas.

Havia, ainda, os **cinoedi**, bailarinos afeminados, e os **spataloccinoedi** bailarinos ainda mais lascivos, veteranos da devassidão. Eram educados muito cedo para estas funções; castrados na cidade de Delos, as damas romanas os tomavam como eunucos particulares. Juvenal (Sátiras, XI) e Marcial (**Epigramas**, V) contam que **oscinoedi**, depois da dança lúbrica, passavam de um leito para outro, a fim de satisfazerem cada conviva no que ele preferisse.

Os primitivos cristãos também dançavam; e ao que parece, até o século V da nossa era, não foram proibidas as danças dentro das igrejas.

PARA CONCLUIR

Para bem entendermos a arte da Roma antiga, é necessário que se destaque que a índole do romano, esse povo essencialmente prático, com uma incrível tendência para atividades políticas e militares, mas sem nenhum senso estético, o que fez com que sua arte fôsse de imitação, calcada em modelos gregos.

Tradicionalistas, os romanos gostavam de tudo que lhes falasse do passado, Patriotas e ciosos da prosperidade do Estado, sentiam orgulho pela grandeza de Roma, e estavam absolutamente certos da utilidade nacional de sua obra. Daí sua arte procurar dar satisfação à exigência de integridade e ausência de rodeios ao público, e acima de tudo, à exigência realista, exatamente por requerer do povo menor esforço do que qualquer descrição verbal. Sua arte realista é uma arte, por excelência, para despertar o nacional.

CONSELHOS DO CONDE D'EU AO "PRÍNCIPE PERFEITO"

Armando Alexandre dos SANTOS*

No presente ano completam-se 75 anos do falecimento, ocorrido a 28 de agosto de 1922, do Príncipe Gastão de Orleans, Conde d'Eu¹.

A imagem que a propaganda republicana² fixou do Conde d'Eu é bem conhecida: príncipe orgulhoso, sovina, antipático, carregando os erres de modo pouco eufônico para ouvidos nacionais, incapaz de compreender e menos ainda de estimar o Brasil e os brasileiros; feito marechal de nosso Exército exclusivamente por força do casamento com a herdeira do Trono, seu papel como comandante supremo na fase final da Guerra do Paraguai teria sido quase de opereta, limitando-se a colher sem esforço nem mérito os frutos do que Caxias arduamente semeara.

Na realidade, o Conde d'Eu ainda está a merecer reparação condigna, sobretudo nesta época em que a história dos últimos séculos, na França, nos Estados Unidos e em outros grandes centros da cultura universal, é reescrita

(*) Historiador e jornalista, sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo E-mail: aasantos@dialdata.com.br

(1) O Conde d'Eu, nascido em 28-4-1842 e falecido em 28-8-1922, era o filho primogênito do Príncipe Luís de Orleans, Duque de Nemours (1814-1896), segundo filho de Luís Filipe, rei dos Franceses de 1830 a 1848. Casou em 15 de outubro de 1864 com D. Isabel de Bragança, Princesa Imperial (herdeira do trono) do Brasil. Desse casamento nasceram D. Pedro de Alcântara (1875-1940), D. Luiz, o Príncipe Perfeito (1878-1920) e D. Antonio (1881-1919).

(2) Sobre a propaganda republicana e a deturpação de fatos e de figuras históricas relacionados com o período monárquico de nossa história, cfr. José Murillo de Carvalho, *A formação das almas - O imaginário da República no Brasil* (Companhia das Letras, São Paulo, 1990); cfr. também nossos *A Legitimidade Monárquica no Brasil* (Artpress, São Paulo, 1988), *Ser ou não ser Monarquista: eis a questão!* (Artpress, 1990) e *Parlamentarismo, sim, mas à brasileira: com Monarca e com Poder Moderador eficaz e paternal* (Artpress, 1992).

com seriedade, e em sentido por vezes diametralmente oposto ao que a historiografia oficial consagrara nos últimos 200 anos³.

O Conde d'Eu já foi objeto de pelo menos duas biografias que, de certa forma, iniciaram essa indispensável reparação, ambas nos anos 30. A primeira foi escrita por Luiz da Câmara Cascudo⁴; a segunda, pouco posterior, por Alberto Rangel⁵. Este último, tendo tido acesso à amplíssima documentação então depositada no Castelo d'Eu, produziu obra extensa e bem documentada, mas, a nosso ver, insuficiente para a cabal retificação da imagem caricaturizada e injusta fixada pela propaganda oficial.

Publicações esparsas, de cá e de acolá, do volumoso epistolário da Conde d'Eu - ele era incansável escrevedor de longas cartas - permitem ver, entretanto, um homem de todo em todo diverso do que se pensa dele: carinhoso, afetivo, bondoso, religioso, profundamente amigo do Brasil e dos brasileiros, interessando-se empenhadamente pela saúde dos correspondentes, dos amigos e até dos criados das famílias com quem tinha relações.

Algo desse epistolário foi divulgado - que saibamos, em primeira mão - pelo bisneto do Conde, Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, numa

- (3) Por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa foram publicados, somente na França, mais de 200 títulos alusivos à grande Revolução. Contrariamente ao que seria de esperar, a grande maioria deles foi de revisão histórica dos elogios quase unânimes de que a Revolução Francesa até há poucos anos era objeto. A personalidade da Rainha Maria Antonieta, tão vilipendiada pela constante propaganda oficial, emerge agora como sendo a de uma das rainhas mais populares da História da França.

Também a Idade Média, durante séculos apresentada como era de trevas, de obscurantismo e de selvageria, passa a despertar grande interesse, a ponto de Régine Pernoud, a grande medievalista e autora de *La lumière du Moyen Âge, La beauté du Moyen Âge, Pour en finir avec le Moyen Âge*, ter escrito que tudo o que diz respeito à Idade Média "toca as mais íntimas fibras" da alma dos franceses de hoje em dia (cfr. *La Tour de la France Médiéval*, em colaboração com Georges Pernoud, Éditions Stock, Paris, 1982, p. 8).

O fenômeno da Néo-Genealogia - assim designamos o renascer, ou melhor, o extraordinário reviver do interesse pelos estudos genealógicos nos últimos anos - não é estranho a esse colossal movimento de reexame do passado.

- (4) Luís da Câmara Cascudo, *O Conde d'Eu*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1933.
- (5) Alberto Rangel, *Gastão de Orleans*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1935. Alguns traços esparsos, se bem que sumamente pitorescos, da vida íntima do Conde d'Eu, foram revelados por sua neta, a Condessa de Paris, nos dois livros autobiográficos que escreveu - *Tout m'est bonheur* (Éditions Robert Laffont, Paris, 1978) e *Les chemins creux* (Robert Laffont, Paris, 1981) -, ambos publicados no Brasil em um só volume, intitulado *De todo coração* (tradução de Vera Mourão, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1983).

conferência que proferiu em Campos-RJ, em 12-9-1990⁶. O Príncipe sustentou a tese - e ilustrou-a com documentação muito concludente - de que seu bisavô, sem deixar de ser o que era, ou seja, um autêntico francês, foi pouco a pouco se deixando influenciar pelo Brasil, a ponto de se ter tornado um também autêntico brasileiro, típico de seu tempo e de sua geração. As muitas dezenas de cartas que ele mandou à Baronesa de Loreto⁷, escritas num português corrente e corretíssimo, exprimem mais do que suficientemente esse lado de alma autenticamente brasileiro assimilado pelo Conde.

Entretanto, muito ainda resta a publicar sobre o Marechal Conde d'Eu. E, quer-nos parecer, qualquer novo empreendimento biográfico do Príncipe faria bem em procurar salientar não tanto o homem público, o conselheiro de Estado, o chefe militar, vencedor de Peribeubé e Campo Grande, mas sim o homem privado, na sua intimidade, na sua simplicidade. Essa a dimensão que, a nosso ver, precisaria ser explorada pela historiografia, para que a figura do Conde d'Eu seja devidamente corrigida na ótica dos brasileiros que ele tanto amou.

Nosso objetivo é hoje divulgar em primeira mão, com a devida licença do Chefe da Casa Imperial, um documento inédito constante de seus Arquivos⁸. Trata-se dos conselhos escritos pelo Conde d'Eu a seu segundo filho, D. Luiz de Orleans e Bragança (1878-1920), o "Príncipe Perfeito" - outro personagem que está a merecer uma biografia cabal⁹.

Esses conselhos foram escritos em Viena, em 2-10-1895, na ocasião em que o jovem príncipe, tendo já 17 anos completos, iria ingressar na Academia Militar vienense, com autorização especial do Imperador Francisco José. O pai, que o acompanhara até a capital do Império austriaco, quis deixar consignadas

-
- (6) Conferência ainda inédita, intitulada O Conde d'Eu - o Brasil conquista um marechal que por ele expôs sua vida, pronunciada a 12-9-1990 no auditório da Santa Casa de Misericórdia de Campos-RJ. O autor deste artigo possui, e coloca à disposição dos estudiosos que o desejarem, o texto integral dessa conferência.
- (7) A interessantíssima correspondência do Conde d'Eu com D^a Amanda Paranaguá Moniz, Baronesa de Loreto, constituída por mais de 70 cartas manuscritas, muitas das quais extensas, abrangendo o período de junho de 1912 a novembro de 1921, encontra-se arquivada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Que nos conste ainda não foi ela publicada, pelo menos na sua totalidade.
- (8) O documento original encontra-se nos Arquivos da Casa Imperial do Brasil, e é com licença do Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe dessa Casa, que o reproduzimos aqui. A tradução do original francês é de nossa responsabilidade.
- (9) A necessidade de uma biografia exaustiva do "Príncipe Perfeito" já foi notada por Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso* (3^a ed., José Olympio/Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1974, vol. I, p. 79). Consta-nos que o Prof. Alexandre Miranda Delgado, do Rio de Janeiro, está preparando essa biografia.

por escrito as normas pelas quais o filho, pela primeira vez afastado da família, deveria, a partir dali, pautar sua vida.

O documento, escrito com tinta preta em três folhas de papel, cada folha dobrada de modo a constituir quatro faces, foi colocado pelo Conde d'Eu num envelope, em cujo exterior escreveu a lápis:

"À mon cher fils Louis, G. O. 2-10-95".

Segue a íntegra do documento¹⁰:

"Meu querido filho,

"Chegado o momento em que te era preciso encontrar, infelizmente longe de nós, uma ocupação na carreira militar¹¹, escolhi, de acordo contigo e deixando de lado a marinha que não quiseste, a artilharia, como sendo a arma em que terás mais ocasião de desenvolver a capacidade que sempre mostraste, e de entreter o hábito da aplicação ao estudo que tão grande auxílio é na vida, e que perdemos, infelizmente, com muita facilidade quando nos abandonamos à falta de cuidado e à preguiça.

"Tem, pois, estes princípios constantemente em vista: conserva e mantém, tanto quanto as tuas forças to permitam, **o hábito de te aplicares a todos os trabalhos** que a Providência te destine. Lembra-te de que é regra universal, de acordo tanto com a Lei Divina como com a sabedoria humana, **fazer da melhor forma possível tudo** o que se deve fazer. É assim que se satisfaz

(10) Procuramos ser o mais fiel possível na tradução, até mesmo sublinhando as palavras e expressões sublinhadas pelo Conde d'Eu no original. Somente nos permitimos, para maior clareza da leitura, modificar a virgulação insuficiente no original. É curioso notar que também o Príncipe Perfeito, exímio escritor e possuidor de belo estilo tanto em português quanto em francês, herdou do pai o hábito de ser extremamente parcimonioso na utilização das vírgulas - o que obrigou Alexandre Eulálio, na publicação do *Journal de Guerre - Excertos* (separata da "Revista do Livro" nº 17, Rio de Janeiro, março de 1960) a adotar por vezes o mesmo recurso que aqui adotamos.

(11) Impossibilitado, pela Lei do Banimento, de seguir uma escola militar brasileira, e precisando receber formação militar no estrangeiro, o Príncipe optou por cursar a Academia Militar de Viena; concluído o curso, serviu por algum tempo como oficial do exército austríaco. Em 1914, quando rebentou a Grande Guerra, desligou-se do exército austríaco e incorporou-se ao exército britânico, servindo heroicamente como oficial de ligação e destacando-se em diversos combates e batalhas. Lutou de agosto de 1914 a junho de 1915, quando precisou dar baixa, gravemente doente, vindo a falecer após cinco anos de padecimentos, em 26-3-1920, aos 42 anos de idade, vitimado pela enfermidade que contraíra nas trincheiras geladas do Yser. Foi condecorado postumamente pela França, pela Bélgica e pela Inglaterra.

a própria consciência e que se é honrado neste mundo. É assim que terás também a satisfação de obter sempre **as melhores notas possíveis nos teus exames** e na tua **conduta**, e por esse meio darás contentamento a tua mãe e a mim.

"Que esses pensamentos te ajudem a suportar com alegria as tristezas e os inconvenientes da tua vida atual, os quais sou o primeiro a reconhecer, mas que saberás levar com paciência, como deve fazer todo homem de coragem, sobretudo se tratando de uma prova destinada a ter um fim, e que comporta freqüentes abrandamentos.

"- Sê antes de tudo fiel aos preceitos da tua religião!

"Fica sempre atento quanto estiveres na missa.

"Recomenda-te freqüentemente a Deus e à Santa Virgem, sobretudo nos momentos de desânimo ou de perigo, o que sempre se pode fazer por meio de breves invocações.

"Não esqueças as orações da manhã e da noite, nem a tua pequena leitura piedosa, todas as vezes que não estiveres absolutamente impedido, e sobretudo não esqueças a confissão e a comunhão mensais¹². Fá-las com atenção, fervor, prepara-te para elas desde a véspera e haure nelas a força para observar os preceitos que te acabo de traçar.

"Foge sempre com decisão das conversas desfavoráveis à religião, à moral ou aos bons princípios, das leituras perigosas, e também dos espetáculos que poderiam apresentar algum inconveniente desse ponto de vista.

"- Não descuides da tua saúde, nem do hábito dos exercícios físicos, que é tão essencial. Bem sei que no interior da Academia não tens infelizmente muito que escolher. Mas compensa essa lacuna entregando-te de **por inteiro** aos exercícios que te forem impostos: exercícios militares, equitação, ginástica, esgrima e também, se possível for, dança!

"Nas tuas saídas, em dias de recreio, faz o **mais possível** caminhadas a pé, para não perderes o bom costume da marcha.

(12) Anos depois, já adulto feito, o Príncipe ainda mantinha o costume de informar ao pai, regularmente, que tinha "feito suas devoções". Na volumosíssima correspondência com o pai, vez por outra aludia às leituras religiosas que fazia em cumprimento ao conselho paterno. E quando, já no leito de morte, recebeu os últimos Sacramentos, quis que seus três filhas - D. Pedro Henrique (1909-1981), D. Luiz Gastão (1911-1931) e D^a Pia Maria (1913) - assistissem à cerimônia, para aprenderem como deve morrer um príncipe católico.

"- Toma cuidado com os resfriados: sobretudo após o banho quente ou a transpiração das marchas, agasalha-te bem e não pares em locais frios ou expostos ao vento.

"- Esforça-te por seres sempre alegre, amável, **bem educado**, submisso, obediente, muito **pontual, ativo, ordenado**, zeloso da tua limpeza e dos teus guardados.

"Manifesta sempre gratidão para com o oficial colocado junto a ti, pelos cuidados que ele tomar para te guiar, para te encorajar e sobretudo para te facilitar os estudos um pouco árduos que tiveres que fazer.

"Recorre a ele nas dificuldades e, mesmo quando elas parecerem desde o primeiro momento invencíveis, não te entregues ao desânimo.

"Graças à Bondade Divina, tens uma natureza capaz de muita coisa boa e até de sucessos, como felizmente já pudemos muitas vezes comprovar, se bem que ela ainda tenha, como deves reconhecer, necessidade de ser corrigida em vários pontos.

"- Eis porque, no momento em que pela primeira vez vais ficar longe da tua família, quis deixar-te, a título de encorajamento, estes poucos conselhos inspirados, filho querido, no fundo do coração; e mais desenvolvidos ainda do que pude fazer para o teu irmão mais velho em semelhante ocasião.

"Tenho confiança de que este período da tua existência, talvez penoso, será para ti de grande utilidade para o futuro, forçando-te a regras um tanto austeras, e ensinando-te a ver a vida do lado sério, que é, *hélas!*, o principal, não podendo e não devendo ser a diversão senão um alívio passageiro.

"Não esqueças da tua família e dos teus amigos; nem dos bons ensinamentos que recebeste na França e dos que pudeste conservar da tua primeira infância e do país em que nasceste.

"Escreve-me ao menos uma vez por semana¹³, assim como a tua mãe.

"Toma o hábito de responder, ainda que em breves palavras, a todas as cartas que receberes, a menos que sejam de desconhecidos; quanto a essas, agirás bem mas enviando para me pedires conselho.

(13) Também a assiduidade na correspondência com o pai foi sempre mantida. É enorme a quantidade de cartas de D. Luiz ao pai, relatando com pormenores todo o seu dia-a-dia, e contendo por vezes comentários de grande interesse sobre a vida política e sobre figuras da vida social do tempo. Lamentavelmente, o Príncipe não tinha o hábito de datar as cartas, o que está dificultando uma catalogação bem ordenada delas.

"Ao me separar de ti, bem a contragosto, por alguns meses, abraço-te ternamente.

a)G.O.

"A meu querido filho Luiz

Viena, 2-10-95"

Se D. Luiz foi considerado, em seu tempo, um "*Príncipe Perfeito*"¹⁴, se o Rei Alberto I, da Bélgica, o considerava "homem como poucos, príncipe como nenhum", isso terá sido, sem dúvida, em muito larga medida graças à formação recebida do Conde d'Eu.

Sobre essa formação, aqui fica, à guisa de contribuição para futuros biógrafos do Conde d'Eu e de seu filho, o documento que acabamos de transcrever.

(14) "Príncipe Perfeitíssimo" chamou-o Martim Francisco de Andrada (Martim Francisco III). "Príncipe Perfeito" foi o cognome com que passou à posteridade no Brasil.

A CAPITANIA DE SÃO PAULO ATRAVÉS DOS TEMPOS*

Arthur VIRMOND
Supplicy de LACERDA

Com base nos documentos respectivos e embora sumariamente, acompanharemos as transformações administrativas porque passou a capitania de São Paulo ao longo de sua existência.

Instaurado em 1549 no Brasil o governo-geral sob Tomé de Souza, duplicou-se volvidos alguns anos (em 1572) a administração da colônia com a introdução dos governos do Norte e do Sul, confiados respectivamente a Luís de Brito e Almeida e a Antônio Salema, este responsável pela região ao sul de Porto Seguro, incluindo esta vila.

Foi experiência efêmera porquanto logo em 1577 centralizou-se novamente a governação na pessoa de Lourenço da Veiga, embora em 2 de janeiro de 1608 sofresse o território a ele confiado desmembramento através da instituição das capitanias de São Vicente, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, todas as três entregues a Dom Francisco de Souza.

Da primeira foi sede a vila homônima até 1681, quando seu donatário, o Marquês de Cascais, conferiu tal prerrogativa à de São Paulo.

Segundo Azevedo Marques (Província de São Paulo, Cronologia, data 10 de julho de 1658) entrementes receberam as capitanias do sul, em 10 de julho de 1658, a Salvador Corrêa de Sá e Benevides como seu governador, à parte do governo geral do Brasil, autonomia perdida em algum momento nas décadas posteriores porquanto em 4 de março de 1698 requeriam os oficiais da vila de São Paulo a El-Rei a sujeição das capitanias do sul não mais ao gover-

(*) Reimprime-se novamente este texto, agora rigorosamente de acordo com o original do autor, o que, infelizmente não ocorreu na publicação anterior, em o nº 165 desta revista. (N. da R.)

no-geral senão ao do Rio de Janeiro, alegando a distância em que se encontravam da Bahia, sede daquele, a delongar por todo um ano a recepção de resposta aos requerimentos para lá enviados, enquanto por outro lado, com o Rio de Janeiro efetuava-se a comunicação em menos de um mês, demora aquela "de que nascia o desacerto com que se proviam os postos e officios daquelas capitánias sujeitos (os nomeados. N. A.) por viverem tão distantes de sua assistência" (Documentos interessantes para a história de São Paulo, 47). Em contrapartida, face à "muita comunicação" da capitania do Rio de Janeiro com as do sul "só a esperança de os verem neles (seus habitantes aos governadores. N. A.) basta para serem (os governadores. N. A.) respeitados e obedecidos", em atenção ao que resolveu o monarca em 22 de novembro acolher o pedido, sujeitando as capitánias meridionais à governança do Rio de Janeiro: "Fui servido resolver fiquem nesse governo do Rio de Janeiro como pedem", esclarecendo quanto à competência recursal: "as causas que se moverem entre aqueles moradores de São Paulo hão de ir por apelação para a Bahia" (idem).

Instalada em 1700 a ouvidoria de São Paulo, dois anos após consulta seu titular, Antônio Luís Peleja, ao monarca se tal decisão vigoraria "só durante o governo de Arthur de Sá e Menezes (sob cujo mandato adviera. N.A.) ou em todo o tempo de qualquer outro governador", ao que recebeu resposta pela seguinte alternativa: "Me pareceu dizer-vos tenhais entendido que essas capitánias do Sul hão de ficar sujeitas (como está ordenado ao governador do Rio de Janeiro) para todo o tempo pois a razão impulsiva que me moveu... foi a distância em que lhe (do governo-geral da Bahia. N.A.) ficava, para o recurso e conveniência desses mesmos povos". Acrescenta a seguir: "...e assim o mando declarar aos officiais da Câmara dessa Capitania (de São Paulo. N.A.) para que tenham entendido que todas as do Sul hão de ficar subordinadas ao governo do Rio de Janeiro" (Carta régia de 17 de fevereiro de 1703, in Revista do Arquivo Público de São Paulo, II).

Pouco perduraria a decisão, porquanto em 1709 autonomizar-se-ia São Paulo, em obediência à carta régia de 9 de novembro, ato instituidor do governo da capitania nominada em binômio, de São Paulo e Minas do Ouro, simultaneamente conferindo-lhe titular na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do Rio de Janeiro, função que então abandonou. Assim exprime-se o diploma: "Fui servido nomear-vos (como por esta nomeio) por governador de São Paulo, e das Minas do Ouro de todos aqueles distritos. E ordenar-vos que largando logo ao sucessor que vos nomear o governo do Rio de Janeiro, passeis à Capitania de São Paulo, ou distrito das Minas, e façais a vossa residência em qualquer destas partes que vos parecer mais conveniente ao meu serviço" (Documentos interessantes, 47/65). O nomeado optou por assistir em Minas Gerais.

Recomendou-lhe também o monarca a fundação de "algumas povoações para que as pessoas que assistem nas Minas vivão reguladas em a subordinação da Justiça" e prestar "toda a ajuda e favor ao Arcebispo da Bahia, Bispo do Rio de Janeiro" e seus acólitos "ministros e missionários" para serem "bem aceitos e tratados", como por igual lembrou-o de oferecer-lhes os mesmos ajuda e favor no propósito de retirar de Minas "todos os Religiosos e Clérigos que nelas assistem sem emprego necessário" e "alheio ao estado eclesiástico" (Idem).

Houve ainda El-Rei por bem prescrever-lhe arrendasse os quintos reais por distritos ou comarcas, pelo prazo máximo de dois anos, salvo a adoção de outro meio mais vantajoso a critério do governador, desde que exequível "sem violência nem opressão" de seus vassallos.

Almejando premunir os descaminhos do ouro, autorizou-o o soberano a abrir uma oficina em que fundir-se-ia e marcar-se-ia todo aquele metal, sob pena de confisco do quanto se subtraísse a ele.

Para certeza da execução das reais ordens, imposição do respeito devido ao cargo de governador e administração da justiça, ordenou-lhe o monarca a organização de um regimento de infantaria somando entre quatrocentas e quinhentas praças, autorizando-o "por esta vez somente" a nomear-lhe os oficiais (à exceção do coronel), "com igualdade" e "conforme o seu merecimento" em meio a paulistas e reinóis, entre os quais "não deve haver diferença" (Idem).

Esclarece El-Rei a seus vassallos: "este Regimento não é para os conquistar... mas é para os defender de violências, e conservar em paz e justiça que é a primeira obrigação do Rei", que, acrescenta, premiá-los-ia e honrá-los-ia "muito conforme ao seu merecimento" conservando na sua "real lembrança" aos que se assinalassem no seu serviço. (Idem, pg. 67/8).

Conclui o diploma definindo o âmbito de poderes do novo governador para "evitar alterações entre os governos": "não haveis de ter... outra subordinação mais que ao Governador e Capitão geral da Bahia" (Idem, pg. 68), tal e qual seus colegas do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Transacta uma década, cogitar-se-ia no Conselho Ultramarino de novo desmembramento, agora para erigir em administração própria a capitania de São Paulo, à parte do território mineiro. Versando sobre a matéria missivaram àquele colegiado o Marquês de Angeja, Viso-Rei do Brasil, o Conde de Assumar, governador de São Paulo e Minas do Ouro, e o ex-governador dela, Antônio de Albuquerque.

Ao Conselho pareceu dever "Vossa Magestade ser servido criar na capitania de São Paulo um novo governo", medida que "se faz totalmente precisa" pelos argumentos que aduz: "O primeiro consiste na obrigação que tem os Príncipes, de darem aos seus povos e vassallos quem os governe e reja... e a experiência tem mostrado que ainda que Vossa Magestade nomeie Governadores das Capitancias de São Paulo e Minas, os moradores de São Paulo não vem a lograr este beneficio mais que no nome; porque tanto que os governadores tomam posse daquele Governo na Cidade de São Paulo, logo se recolhem para o distrito das "Minas" por necessidade administrativa "e nelas ficam em tanta distância que lhe não é possível reger aqueles povos, e as suas ordens não só ficam sendo inúteis para os casos e incidentes repentinos, pela demora... porque com a distância e com a certeza de que o Governador não pode largar a sua residência ordinária das Minas, perdem o vigor e respeito que se lhe devia, e deixam de se executar sem receio de castigo ou de coação.

Segundo motivo cifrava-se na administração da Justiça "porque ainda que na Comarca de São Paulo haja Ouvidor... também não é fácil que em povos tão mal morigerados, e tão pouco obedientes, possa satisfazer às suas obrigações, não tendo um Governador presente ou pouco distante que o auxilie, que com a sua presença e autoridade infunda nos povos respeito e obediência, e é certo que por esta causa se cometem naqueles distritos gravíssimos delitos que quase todos ficam impunes e esta impunidade em que estão habituados os facilita".

Um terceiro móvel encarnava-se nas necessidades militares "porque justamente se pode dizer que esta parte da nossa América necessita de maior cuidado a este respeito, do que ainda as outras, porque não só está exposta por mar aos inimigos da Europa, e se acha menos fortificada que as outras mas também pelo interior dela, pois vemos que os padres da Companhia Castelhanos, com os índios da sua doutrina se introduzem pelo sertão naquelas terras, que alguns deles não duvidam pertencerem a esta Coroa, e não obstante isso se querem estabelecer nelas; e como naquela parte se entende, e ainda se sabe por experiência que há minas de ouro e outros metais, e de algumas atualmente se está tirando ouro, se fazem mais apetecidas das nações da Europa, e só tendo um Governador sobre aquelas costas, em parte que possa acudir prontamente onde o pedir a ocasião, juntando a gente do país se pode esperar que poderemos defendê-lo e conservá-lo, se for invadida a marinha e afastar do interior os Castelhanos, que não nos inquietarão se virem em nós disposições para impedirmos os seus desígnios".

Derradeiro motivo traduzia-se na "bem fundada esperança que se pode ter, de que a fazenda real e a dos particulares se aumentará muito com esta

separação, porque os Paulistas que são os mais aptos para os descobrimentos, e aqueles a quem se deve os das Minas que atualmente se lavram, vendo-se separados dos que eles chamam forasteiros, e que a sua Cidade de São Paulo é cabeça de governo e residência dos Governadores, não de procurar de descobrir as minas ricas em emulação e ódio dos habitantes e traficantes das Minas Gerais para se despiciarem delas, e por este modo se aumentarão os quintos e os dízimos" (As quatro citações em "Documentos interessantes para a história de São Paulo", 53, 173/4).

Aquiescia o Conselho ao alvitre de Antônio de Albuquerque no tocante aos limites da nova capitania com a de Minas, a serem fixados ao longo do rio Grande até o Pitangui, incluindo-se nela o porto de Santos e os mais para o sul a partir dele, a ser franqueado à navegação com o reino.

Ao novo governador deferir-se-iam poderes análogos aos de seus homólogos das outras capitanias.

"Por este modo, remata o parecer, datado de 11 de agosto de 1709, parece ficará mais segura a conservação daquela parte da América Portuguesa, que é uma porta para as Minas, os vassallos mais obedientes e disciplinados, a justiça melhor administrada, e a fazenda real mais aumentada" (Idem).

Ante razões tão ponderosas, deixou-se D. João V persuadir, acatando em 27 de janeiro de 1720 ao alvitre, de que discrepou apenas para adotar como limite da nova capitania o já instituído entre a comarca de São Paulo e a do Rio das Mortes, ordenando ao Conselho informar-se no intuito de regularem-se "os confins das Minas Gerais com os governos da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, para evitar-se a disputa que há entre os governadores, a respeito dos limites" (Idem).

Pouco menos de um mês volvido, em 21 de fevereiro, participava El-Rei sua decisão ao governador carioca, Aires de Saldanha e Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha: "Por ter resoluto que se crie um novo governo de São Paulo separado do das minas" ("Documentos interessantes", 4/90).

Finalmente, em 2 de dezembro daquele ano, firmava o rei o alvará criando a ventilada administração: "Hei por bem que nas Capitanias (sic) de São Paulo se crie um novo Governo" com "os mesmos confins que tem a Comarca da ouvidoria de São Paulo com a Comarca da ouvidoria do Rio das Mortes; e pela marinha quero que lhe pertença o porto de Santos, e os mais daquela Costa, que lhe ficam ao Sul agregando-se-lhe as vilas de Parati, de Ubatuba e da ilha de São Sebastião", compreendendo além destas as vilas de Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Taubaté, Jundiaí, Sorocaba, S. Vicente, Iguape, Paranaguá, Laguna, Curitiba, Pindamonhangaba, Jacareí, Parnaíba,

Itu, Santos, Itanhaem, Cananéia e São Francisco. Destas Parati foi em 1726 anexada à capitania do Rio de Janeiro.

Efêmero contudo seria a autonomia paulista, revogada em 1748 por efeito da carta régia de 9 de maio, subscrita pelos conselheiros ultramarinos Thomé Joaquim da Costa Corte-Real e Raphael Pires Pardiniho, este portador de largo conhecimento e experiência das lides paulistanas, ouvidor que fora de 1717 a 1721 na comarca de São Paulo.

No diploma criava o soberano duas novas capitanias, a de Goiás e a de Cuiabá, reputando "desnecessário que haja mais um (governo. N. A.) em São Paulo", de cujo perímetro destacaram-se elas e cuja área remanescente resolveu D. João "que fiquem como estavam antes que se criasse o governo de São Paulo", aludindo não ao governo de São Paulo isoladamente (erigido em 1720), senão ao conjunto de São Paulo e Minas de Ouro, instaurado em 1709, o que equivalia retroceder à situação de 1698, quando São Paulo subordinou-se ao Rio de Janeiro. Foi efetivamente o que verificou-se: partindo para o reino o governador paulista, D. Luís de Mascarenhas, em 1º de março de 1750, em execução à ordem de 1748, perdeu São Paulo sua administração própria, para fundirem-se na capitania do Rio de Janeiro suas duas comarcas, a de São Paulo e a de Paranaguá, condição que mantiveram.

Precisamente um quinquênio mais tarde, em 1765, reinstalou-se a governança paulista, como conseqüência da carta de 13 de julho de 1764 do Viso-Rei Conde da Cunha ao monarca, exprimindo-lhe o "miserável estado" a que se achava reduzida a comarca de São Paulo "por falta de governo" ao que o soberano "deu logo a providência necessária" nomeando em 6 de janeiro de 1765 ao morgado de Mateus (Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão) como governador da capitania de São Paulo (Documentos interessantes, 47/144).

Com isto reconquistou São Paulo, e definitivamente, sua existência como unidade administrativa autônoma, de cujo território desmembrar-se-ia em 1853 sua quinta comarca, transformada então na província do Paraná.

Curitiba, 12 de junho de 1996.

TIRADENTES: ¼ DE MILÊNIO

I. Helena BRANS

HISTÓRICO

Nascido há duzentos e cinquenta anos, e há duzentos e cinco anos executado na forca, sendo esquartejado e seus despojos expostos em vilipêndio, pela estrada que então ligava o Rio de Janeiro às Minas Gerais - o Alferes "Tiradentes", também conhecido por outros apelidos como "o República", "o Liberdade", e "o Gramaticão" - ainda é, hoje, o mais marcante símbolo de brasilidade, de ideal democrático, de exemplar inconformismo e rebelião às forças opressoras, colonialistas e escravizadoras, então existentes e que, sob certos aspectos, permanecem até mesmo em nossos dias.

Já foi dito que, em nosso país, as tendências podem ser agrupadas em duas linhas distintas: as que são a favor dos ideais de "Tiradentes" e as antagonicas aos ideais de "Tiradentes".

Corrigindo o que ocorreu em 21/04/96, quando a Imprensa fez absoluto silêncio sobre a data e sobre o nome do Patrono Cívico, em 21/04/97 é necessário marcar o andamento do "Ano do ¼ de Milênio" de nosso Herói maior. A Memória e o perfil do grande republicano devem ser redimensionados, à luz de novos documentos localizados e que constituem o "elo perdido", capaz de promover este resgate, a ser oficializado na passagem dos 250 anos do Alferes.

Apontam-se aqui algumas das razões e fatos que dão motivo a um necessário processo de Reavaliação do alcance da chamada "Inconfidência" e da atuação dos patriotas que, no exterior, buscaram apoios e os meios para dar um sentido de Nação a um povo colonial oprimido. Referimo-nos aos estudantes brasileiros inscritos em universidades européias (Coimbra e Montpellier). Estes entraram em contato com o líder republicano Thomas Jefferson que se encontrava na França (1784-1789). Através de um emissário,

agindo todos sob o codinome de "Vendek", levaram ao então embaixador informações recentes sobre os recursos existentes na Colônia, para um levante libertário.

A identificação do emissário "Vendek" - até aqui atribuída ao estudante Maya - hoje recai irrecusavelmente sobre o nome do Alferes da 6ª Companhia do Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier.

O jovem comandante daquele Regimento, Francisco de Paula Freire de Andrada, era casado com Izabel Querubina - irmã do estudante José Álvares Maciel, diplomado em Coimbra em julho de 1785. Este Inconfidente, de quem há notícia de que já havia combatido sob comando de Lafayette pela Independência americana e conhecera Thomas Jefferson na Virgínia (1780-1782), terá pedido ao seu cunhado a remessa de um emissário à Europa, capaz de levar as informações úteis à elaboração de um projeto de levante republicano bem como angariar o apoio de "potências estrangeiras". Há notícia, publicada no século passado, de que o Comandante Freire de Andrada escolheu, entre seus subordinados o nome do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, para executar a perigosa missão.

DOCUMENTAÇÃO: OS RECIBOS

A sigilosa ausência do Alferes pode ser verificada em alguns detalhes da documentação até aqui examinada no país e exterior: em 1º de julho de 1786, em recibo manuscrito pelo próprio oficial, vê-se que "Tiradentes" deu quitação de soldos referentes ao primeiro semestre daquele ano. Não foram localizados recibos do 3º e 4º trimestres, ou seja, do segundo semestre de 1786.

Nesta exata época, a partir do início de outubro de 1786, ocorreu a inicial troca de cartas entre o emissário "Vendek" - que se encontrava já em Montpellier, e o então embaixador norte-americano em Paris, Thomas Jefferson.

Em 21 de março de 1787 teve lugar o primeiro encontro, no sul da França, daqueles representantes das duas Américas que buscavam, em estágios diversos, o caminho da emancipação plena para a terra natal. Até julho do mesmo ano prosseguiu uma até hoje inexplicada viagem de Thomas Jefferson a portos do Mediterrâneo, ao norte da Itália, e a portos do Atlântico francês, afastando-o de seu posto em Paris durante 102 dias.

Naquele período, na correspondência por ele enviada ao seu secretário em Paris e ao encarregado de assuntos estrangeiros junto ao

Congresso americano, encontram-se evidências de que, na estranha viagem, Jefferson esteve acompanhado por brasileiros, tamanho é o interesse por ele demonstrado pela causa dos estudantes e dos colonos sul-americanos que se consideravam seus "compatriotas" (sic).

Voltando à documentação da ausência do Alferes, vê-se que os recibos referentes ao 1º e 2º trimestres de 1787 são manuscritos de próprio punho, não contendo a indicação do local onde foram redigidos. Para receber o 3º trimestre, o Alferes nomeou um Procurador. Quanto ao 4º trimestre, o pagamento foi diretamente feito a "Tiradentes" em Vila Rica, em 28/08/1788, ou seja, quase um ano depois, quando o mesmo retornou à Colônia natal. Ao contrário dos anteriores, este recibo regularmente redigido pelo tesoureiro da tropa paga, foi apenas assinado pelo Alferes.

Salienta-se em contrapartida que, se na coleção de recibos existem apenas indícios da ausência de "Tiradentes" em seu posto Vila Rica, em dois arquivos de Lisboa existem provas documentais, da mesma época, evidenciando sua presença na Europa em 1787.

DOCUMENTAÇÃO: ARQUIVOS NORTE-AMERICANOS

A correspondência trocada entre Jefferson e o brasileiro "Vendek" encontra-se guardada, parcialmente, pelo Arquivo do Congresso, em Washington. São bilhetes ou cartas datadas de 09 de outubro, 21 de novembro e 26 de dezembro de 1786 e 05 de janeiro de 1787. Há referência a uma carta datada de 16 de outubro de 1786, nunca localizada e há fotocópia de um bilhete de Jefferson à "Vendek", datado em Nimes em 19 de março de 1787, cujo original não foi possível localizar nesta pesquisa.

PRESENÇA DE "TIRADENTES" NA EUROPA EM 1787

A presença do Alferes Joaquim José da Silva Xavier em Lisboa, no período que corresponde à época de espera da resposta do Congresso americano à consulta enviada por Jefferson, de Marselha, em 04 de maio de 1787, é evidente e constatável numa seqüência de documentos e registros em livros, guardados no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo da Torre do Tombo.

O primeiro registro consta do "Livro de Porta", ou livro da portaria do Palácio d'Ajuda, onde, em 04 de setembro de 1787, foi lançado o nome de

Joaquim José da Silva Xavier, solicitando "Licença por hum ano". (Doc. 1) - (AHU, cod. 312, fls. 166v. - doc. localizado pela Autora).

Na mesma data, redigida em igual caligrafia e pelo mesmo escrivão que anotou a presença do Alferes na portaria do palácio, consta na "Coleção de documentos avulsos de Minas Gerais", a petição de Licença do visitante (Doc. 2) - (AHU, caixa 129, docs. pasta 56).

Ao alto da mesma folha, vê-se o Despacho favorável do Conselho, dado em Lisboa, em igual data (Doc. 03) - (idem, id.)

Ainda em 04 de setembro, com surpreendente rapidez, foi dado ao Alferes um "bilhete", ou guia-de-pagamento para que este pudesse recolher aos cofres reais o "direito que dever" (Doc. 04) - (idem, id.), e isso na Chancelaria da rainha.

Na metade inferior deste documento, vê-se que três dias depois, foi efetuado um pagamento anônimo, de 540 reis. Nesta anotação assinada por três tesoureiros, constam os números de livros e folhas onde o pagamento fora registrado - sem constar, porém, o nome de quem o havia efetuado em 07 de setembro de 1787 (Doc. 05) - (Idem, id.)

A ausência do nome do autor do pagamento impediu que até aqui, tal anotação fosse associada aos documentos acima citados, alguns deles inicialmente vistos e/ou publicados por dois historiadores, H. G. Mathias¹ e M. R. Lapa, em 1968²

Na pesquisa efetuada pela Autora, em 1993, foi localizado no Arquivo da Torre do Tombo, mais um documento definitivo, inédito como o registro no "Livro de Porta" (Doc. 01), que inequivocamente fecha a questão.

Trata-se do texto da Provisão de Licença dada pela rainha ao Alferes, lançado ao Livro 30 de "Padrões e Ofícios" da Chancelaria de Dona Maria I, às fls. 276 e 277, em 27 de setembro de 1787 (Doc. 06) - (Arq. Torre do Tombo).

Neste registro se lê que foi o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, quem recolheu ao tesouro os 540 reis em 07 de setembro (Doc. 04) e quem no dia seguinte pagou 300 reis "de feito", 800 reis "de assinatura" e mais 428 reis "aos Officiaes" - num total de 2.068 reis, em datas evidentemente diversas (Doc. 06). Com isso, recebeu em

(1) Herculano Gomes Mathias (bras.) in "Tiradentes através da Imagem" e 2ª edição dos Autos de Devassa.

(2) Manuel Rodrigues Lapa (port.) Suplemento Literário Minas Gerais, 14/12/68 - "Tiradentes em Lisboa?"

08 de setembro, a 1ª via da licença pedida (Doc. 02 - rodapé) - só registrada em Livro em 27 de setembro de 1787.

Da coordenação destes registros se vê, nitidamente, que o Alferes estava em Lisboa naqueles dias de setembro de 1787, providenciando o retorno à Pátria e aguardando a resposta americana, que chegaria à França, em outubro ou novembro do mesmo ano e que seria transmitida pelo embaixador em Paris, Thomas Jefferson.

AS 2^{as} VIAS DAS "ORDENS" REVELAM O CONTEÚDO DOS TRÊS PROJETOS DO ALFERES

Em outros três registros que transcrevem textos de três cartas ou "Ordens" da rainha ao vice-rei no Rio de Janeiro, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, se vê que ao retornar de Paris à Lisboa (dez./87 ou jan/88) para embarcar para o Brasil, já de posse da esperada resposta norte-americana, o Alferes apresentou três projetos para realizar benfeitorias no Rio de Janeiro.

Visava ele construir um embarcadouro-desembarcadouro de "gados" na praia "dos mineiros", canalizar águas a serem captadas no córrego Catete e no rio Andaraí, levando-as ao largo da Carioca, onde ergueria o chafariz das Lavadeiras e, finalmente, edificar um "armazém para recolher trigo e outros mais gêneros" (sic), entre "a ponte da Alfândega e o trapiche da Lapa", ou seja, em área do porto do Rio de Janeiro. (Docs. 07, 08 e 09 - AHU, Livro "Ordens", cod. 197, fls. 223 e verso).

A tardia apresentação destes projetos revela que o verdadeiro motivo da viagem do Alferes à Europa não era o inicialmente declarado na petição apresentada ao Conselho da rainha, em 04 de setembro de 1787. (Doc. 02).

Os projetos do Alferes revelam preocupações de um estadista, notando-se que, no último, a intenção de armazenar trigo e gêneros em área portuária, estabelece um imediato vínculo com as condições americanas impostas ao emissário "Vendek" por Thomas Jefferson, em Paris, ao final de 1787.

Tais condições foram reveladas por Francisco Antonio de Oliveira Lopes, primo do Inconfidente e ex-estudante em Montpellier, Domingos Vidal Barbosa, em denúncia registrada em 08 de julho de 1789, em auto em separado que não constou da Devassa em Minas Gerais por ordem expressa do então Governador, Luiz Antonio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena.

Neste "Sumário de perguntas", Francisco Antonio relatou o que ouvira de seu primo Vidal: da "América inglesa" viriam recursos se os brasileiros adquirissem daquela nação "bacalhau e trigo" (sic) (Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, 2:90).

O interlocutor de Jefferson, "Vendek", ou Joaquim José da Silva Xavier, agilizou, em Lisboa, o cumprimento destas exigências e, em 07 de fevereiro de 1788 zarpava dali a náu-de-guerra "Nossa Senhora de Belém e São João Baptista" trazendo, na bagagem dos novos Governadores (de Minas, São Paulo e Bahia), as "Ordens" de Dona Maria I.

A "Ordem" referente à captação de águas pretendida pelo Alferes levantou tantos protestos dos mercadores de água, até então vendida em pipas transportadas por escravos, que tornou-se possível, hoje, aproximadamente datar o acontecido: a náu-de-guerra aportou ao Rio de Janeiro em 29 de maio e os protestos terão ocorrido nas duas semanas seguintes porque, em 19 de junho de 1788, o Alferes redigiu um ofício ao vice-rei, relatando os tumultos havidos e apressando a emissão do Parecer ordenado pela rainha (Doc. 10). Entre tais tumultos, ocorreu o episódio conhecido como "a pateada na

Ópera", promovida pelos ricos negociantes contra o Alferes que pretendia fornecê-la gratuitamente ao público, privando-os do lucrativo comércio.

O "projeto das águas", portanto, tendo partido de Lisboa no início de fevereiro de 1788, aqui chegou juntamente com o "projeto do trigo" - que era a condição básica a ser cumprida por "Vendek" e que foi agilizada pelo Alferes na corte européia e na do Rio de Janeiro.

CRONOLOGIA

A cronologia destes fatos evidencia, com precisão, a época em que ocorreu o contato e o diálogo entre os dois republicanos, Jefferson e "Tiradentes", a saber:

- | | |
|---------------------------|--|
| 09/10/1786 a 19/03/1787 - | correspondência entre "Vendek" e Thomas Jefferson; |
| 21/03/1787 a maio/1787 - | visita a portos e núcleos comerciais franceses e italianos; |
| 04 a 08/setembro/178 - | Joaquim José da Silva Xavier regulariza, em Lisboa, sua situação de oficial que viajara à Europa sem Licença prévia; |

- 19/setembro/1787 - Thomas Jefferson escreve a John Jay, dizendo-se "ansioso" para saber se a consulta brasileira chegara ao Congresso;
- Outubro ou Novembro/1787 - a resposta americana chega a Paris. Thomas Jefferson transmite a "Vendek" as condições americanas: "naus e gente" X "bacalhau e trigo";
- dez/1787 ou jan/1788 - Joaquim José da Silva Xavier, em Lisboa, apresentat três projetos, o último dos quais visava o "armazém para recolher o trigo", que chegaria por mar. Os objetivos destes projetos também comparecem nas preocupações de Thomas Jefferson, ou seja, na carta de 04/05/1787, ou na detalhada e exata denúncia das negociações havidas na França, feitas por Francisco Antonio de Oliveira Lopes, primo do estudante Vidal Barbosa. (Autos de Devassa, 2:90)

Na vasta correspondência enviada por Thomas Jefferson a políticos, a um dos secretários do Congresso, ou, já no final de sua vida, ao seu ex-secretário particular, William Short, e a Lafayette, vê-se a importância sempre atribuída pelo grande estadista ao movimento brasileiro em prol da emancipação sócio-político-econômica da distante Colônia lusa, sul-americana.

Em carta a John Jay, datada de 12 de março de 1789, ainda em Paris, Jefferson confessa, literalmente, sua "... tentativa de cooperar na emancipação das Colônias" - pretendida pelos representantes do povo meridional que buscara o apoio dos seus "compatriotas" (sic) da América setentrional.

A "CERTIDÃO E LICENÇAS" CONCEDIDAS AO ALFERES

Um documento tem sido apontado como argumento contrário à tese: a "Certidão de Licenças" concedidas a "Tiradentes". Tal documento, atestaria a impossibilidade de ter ele estado na Europa em março de 1787 - mês e ano em que ocorreu o início da viagem de Thomas Jefferson e de emissários brasileiros ao sul da França. Assinada e produzida pelo Sargento-Mor P.A. Galvão de São Martinho, a mando do Governador de Minas, o Visconde de Barbacena - que, seis dias antes o investira no posto de Comandante do Regimento de Cavalaria Regular de Vila Rica, - a Certidão é uma nítida

manipulação a mais, usada pelo Visconde para encobrir seus maquiavélicos propósitos.

O ex-Sargento-Mor P. A. Galvão de São Martinho, sendo cunhado de José Álvares Maciel (pai), era tio do Inconfidente José Álvares Maciel Filho e, portanto, tio por afinidade do Comandante destituído, Francisco de Paula Freire de Andrada, também Inconfidente.

A falsa "Certidão" de P. A. Galvão de São Martinho foi extraída para tentar encobrir a verdadeira extensão do movimento Conjurado, proteger os envolvidos e resguardar responsabilidades do Governador.

O HOMEM - REAVALIAÇÃO DO PERFIL DO ALFERES

"Tiradentes", várias vezes denunciado nos Autos de Devassa por seu entusiasmo pelo **"exemplo da América Inglesa"**, por sua confiança no apoio de **"potências estrangeiras"** e por sua certeza na ajuda de **"uma pessoa muito grande e de muito saber que nos encaminha.."** (sic) é uma figura ímpar, ainda não devidamente avaliada pela Historiografia brasileira.

Dentista, ex-tropeiro, era popularmente estimado. Tinha livre trânsito e acesso a todos os níveis da população colonial na época, dos quartéis às elites, às reuniões literárias em casa do Ouvidor e poeta Gonzaga, aos saraus dos poderosos contratadores, aos alojamentos dos forasteiros, ao clero ou às senzalas, às tavernas, estalagens e bordéis. Cláudio Manuel da Costa considerava-o um "cortavento", homem como poucos havia em Minas.

O Cônego Luiz Vieira da Silva qualificava-o de "o animoso Alferes". Ao ser interrogado na Fortaleza da Ilha das Cobras, o próprio Alferes afirmou ter sido sempre o escolhido para cumprir as "diligências mais arriscadas", enquanto as "promoções e aumentos de postos" (sic) eram atribuídos a outros.

Contudo, era alegre e expansivo, "feito e espantado", fazendo-se notar por sua "voz troada", como se lê em certos depoimentos que constam dos Autos de Devassa. Frei Raimundo de Pennaforte, seu confessor na prisão, atribuiu ao Alferes as qualidades de um homem sem temor algum e que, ao mesmo tempo, era sensível até ao movimento do cair de uma folha.

Tais características da personalidade invulgar de "Tiradentes" - que já havia sido Comandante do Destacamento do Sertão, de Sete Lagoas a Paracatú, bem como já cumprira a árdua tarefa de abrir na mata o Caminho Novo para o Rio de Janeiro - justificariam, plenamente, a escolha de

seu nome para cumprir a missão secreta que o levou a cruzar o Oceano e a buscar no além-mar o contato e o apoio do republicano Thomas Jefferson.

A soma de uma série de fatos, comprovados documentalmente, ouvidos em testemunhos, ou focalizados à luz de fortes indícios, impõem hoje, no Ano de 1/4 de milênio de seu nascimento e batismo, o necessário reexame da "Inconfidência" e o decorrente redimensionamento dos vultos de seus autores - entre os quais destaca-se o de nosso Patrono Cívico.

A reavaliação das dimensões intercontinentais da grande Conjura deve ser imediatamente repassada aos textos escolares brasileiros, levando à criança, ao adolescente e ao jovem ou adulto, uma visão renovada e estimulante, da grande saga Conjurada, ocorrida nos anos 80 do século XVIII, em torno de um ideal ainda não plenamente atingido nesse fim de século, às vésperas do 3ª Milênio.

A FARSA DO VISCONDE

Paralelamente à evidência da presença do Alferes na corte de Lisboa em 1787, e buscando identificar os "mecanismos" subjacentes que a tornaram possível, constata-se que, na mesma época, era ali Conselheiro Luiz Antonio Furtado de Mendonça, o Visconde de Barbacena, já nomeado para o cargo de Governador e Capitão-General das Minas Gerais. A compra deste cargo fora secretariada pelo mesmo funcionário que "fez escrever" a Provisão de Licença dada a "Tiradentes" (Doc. 06), J. Miguel L. Lavre, em 1787 - e cujo nome foi omitido na 2ª via deste documento, em 1788 (Doc. 6 "a").

O Visconde, na Universidade de Coimbra, foi Regente substituto da Cátedra de Ciências Naturais, pertencente a Domingos Vandelli, mestre de José Álvares Maciel - o estudante e Inconfidente de quem há notícia ter lutado pela Independência americana sob comando de Lafayette (1780-1782), antes de inscrever-se em Coimbra. A amizade entre o Visconde e Maciel evidencia-se no fato de ter sido este último o preceptor dos filhos de Barbacena, quando o Governador passou a viver no palácio da Cachoeira, já em Minas Gerais.

Fica nítido também o envolvimento do Visconde nos bastidores de várias etapas da "Inconfidência" e em seu dramático fim, quando se verifica

ter ele excluído, da Devassa de Minas Gerais, os autos em separado (Sumário de 08/07/1789) em que foi registrada a denúncia de Francisco Antonio de Oliveira Lopes sobre o contato, feito na Europa, entre dois emissários brasileiros e o "Ministro da América Inglesa", em Paris, Thomas Jefferson.

Notório manipulador de datas e documentos, leitor assíduo do "II Príncipe" de Maquiavel, o Visconde de Barbacena - talvez inicialmente útil à causa, tornou-se, depois, um amedrontado e insidioso detrator dos ideais Conjurados. Sua atuação exige uma detida análise no processo de Reavaliação da "Inconfidência".

UM DOCUMENTO INÉDITO: TIRADENTES NÃO ERA UM "POBRE COITADO"

Waldemar de Almeida BARBOSA

À gentileza de um confrade e amigo, o historiador Alexandre de Miranda Delgado, devo cópia de importante documento ainda inédito sobre o Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Tenho repetido, em mais de um ensaio, que a História, de todas as ciências, é a que mais tem tido seu campo invadido por leigos. O leigo, mesmo sendo homem de letras, geralmente ignora as leis, as normas, os princípios que regem a História; faz afirmações às vezes levianas, sem a preocupação de comprová-las.

O primeiro livro sobre a Inconfidência Mineira foi escrito por um poeta e escritor renomado, Joaquim Norberto de Souza e Silva. A sua **História da Conjuração Mineira** abriu-lhe as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e tornou-se, durante muitas décadas, a fonte única em que se basearam nossos historiadores. Publicada em 1873, numa fase de pleno apogeu do prestígio internacional de D. Pedro II, amigo pessoal do autor, sua obra visava a arrasar a propaganda republicana, iniciada três anos antes. Pelos republicanos, Tiradentes era apontado como mártir do ideal republicano. E Joaquim Norberto, tentando arrasar os propagandistas da nova forma de governo, pintou o alferes como um moleque irresponsável, que pôs a perder os planos da Inconfidência Mineira.

Outro notável escritor, Eduardo Frieiro, insistiu muito na tese de que Tiradentes era um "pobre coitado", o único condenado à forca, porque não teve quem por ele intercedesse. Kenneth Maxwell, em **A devassa da devassa**, reproduziu todas as afirmações de Joaquim Norberto, declarando que, de todos os inconfidentes, Tiradentes era "o mais socialmente inseguro".¹

Em vários ensaios tenho procurado mostrar que Tiradentes não era pobre, pois seus bens seqüestrados e levados à praça renderam quase o

(1) Maxwell, K. - A devassa da devassa, pp. 215 e 222.

dobro dos bens do comandante de seu regimento, o Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, um nome ilustre tanto pelo lado paterno como pelo materno. Francisco de Paula, além do magnífico salário de seu posto, tinha boa casa na rua Direita, no centro de Vila Rica e uma chácara na periferia, com boa sede, onde se realizou a segunda reunião oficial dos conspiradores. É verdade que a Fazenda dos Caldeirões (localizada entre as estações de Usina e Burnier, no ramal de Ouro Preto) não foi incluída no seqüestro, por ter sido dote da esposa. D^a Isabel Carolina de Oliveira Maciel, irmã de José Álvares Maciel. Mas também não foram seqüestradas de Tiradentes as 43 datas minerais que explorava no "distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna", no porto do Menezes, e nas barras do Córrego da Vargem e Córrego do Convento, com casa, senzala, numerosa "fábrica de escravos", monjolo, etc..

É justamente sobre essas datas minerais o documento encontrado no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional e que transcrevemos aqui. Quem se apossou das datas minerais? Quem ficou com a "fábrica de escravos"? E os dois créditos (documento correspondente à atual nota promissória), um de que era devedor Luis Pereira de Queiroz, no valor de 220\$000 (duzentos e vinte mil réis) e outro no valor de 200\$000, de que era devedor o cadete José Pereira de Almeida Beltrão?²

Para dar idéia do que representava a importância de duzentos mil réis (a dívida do cadete), basta que se saiba que esse era o preço de uma boa e grande fazenda ou o valor correspondente a cerca de trinta vacas leiteiras.

Tiradentes não era homem rico, como Domingos de Abreu Vieira ou o padre Rolim. Mas vivia folgadoamente com seu soldo de alferes (sabe-se que o Regimento de Cavalaria pagava bem) e a renda da mineração no Porto do Menezes, e podia fazer empréstimos vultosos a seus amigos. Augusto de Lima Júnior falava com freqüência no episódio ocorrido na década de 1920, em Ouro Preto, quando foi demolida a casa vizinha da em que residia o Alferes. Da parede ligada à casa em que morava Tiradentes caíram muitas moedas de ouro e prata. Esse episódio foi comentado por Salomão de Vasconcelos em artigo publicado na "Folha de Minas", de Belo Horizonte,³ no qual refere-se às moedas de ouro e prata como o segundo tesouro dos inconfidentes e acrescenta que o episódio "acontecido há cousa de vinte anos" foi amplamente divulgado pela imprensa. A frase "acontecido há cousa de vinte anos" nos indica a época do acontecimento, sabendo-se que o artigo fora escrito em 1944. Vasconcelos afirma que "o fato foi testemunhado por pessoas que ainda

(2) Autos de Devassa...; 2ª ed., vol. 6, p. 66.

(3) "O tesouro dos inconfidentes", em "Folha de Minas", Belo Horizonte, 24-9-1944.

vivem". O poeta de Juiz de Fora, Wilson J. Beraldo, num poema bellissimo intitulado "Roteiro de Vila Rica", refere-se ao "sonho de Tiradentes" e acrescenta: "A casa foi demolida. Da parede, de sopapo, caíram moedas de ouro".⁴

Narra Salomão de Vasconcelos que, no mesmo local das moedas, foi encontrado um baú e dentro dele um velho documento amarelecido pelo tempo, que mencionava um tesouro encerrado numa arca, no lugar indicado, a tantos passos da ponte, rio acima, e a chave da arca se encontrava no ponto tal, debaixo da ponte. Informa, ainda, Vasconcelos, que "segundo noticiou a imprensa", a chave foi encontrada. Formaram-se então numerosas caravanas para tentar localizar a arca com o tesouro. A imprensa dera destaque ao assunto. O sr. Adelino Maia, proprietário da Fazenda da Vargem, onde se deveria encontrar o tesouro, fazenda que pertencera a Cláudio Manuel da Costa, narra fatos que confirmavam pormenores do documento citado. A Fazenda da Vargem ficava a cinco léguas de Ouro Preto. Salomão de Vasconcelos encontrava-se em Mariana, em visita a parentes, quando chegou o sr. Avelino Maia, acompanhado de um empregado. Este empregado confirmou as palavras do proprietário da Fazenda. Salomão Vasconcelos descreve o sr. Avelino Maia como homem sério, respeitado, enfim como homem de bem. O episódio narrado pelo proprietário da Fazenda da Vargem, confirmado pelo empregado, é bastante extenso e julgo desnecessário reproduzi-lo.

Existe outro documento, em mãos de um particular, que cheguei a ler em cópia-xerox. Faz referência a um tesouro de 630 arrobas de ouro enterrado no Pompéu. As pessoas que me mostraram a cópia do documento achavam-se interessadíssimas em localizar o tesouro; procuraram-me como historiador a fim de ajudá-los a localizar o Pompéu. O interesse deles era tal, que não tive condições de solicitar uma cópia do papel.

Mas, deixemos essas considerações e voltemos ao documento a que de início me referi e que é publicado pela primeira vez. Ei-lo:

"Livro da guardamoria do distrito da Serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna: 7-3, 17, 15 - J. Biblioteca Nacional. Auto de partição e medição e posse de 43 datas de terras no meio do rio do Porto do Menezes, em o taboleiro do quartel e na barra do Córrego da Vargem, concedidas e repartidas ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1781 anos, aos 24 do mês de setembro do dito ano, em a paragem do quartel do Porto do Menezes, aonde foi vindo o governador deste distrito, o Tte. -Cel. Manuel do Valle Amado, junto comigo, escrivão do seu

(4) "Letras Fluminenses", março de 1988, nºs 59/62, p. 114.

cargo, adiante nomeado, e sendo aí lhe foi apresentada uma petição pelo Alferes Joaquim José da Silva Xavier, a qual é do teor seguinte: "Diz o Alferes Joaquim José da Silva Xavier que ele suplicante se acha com fãbrica avultada de escravos, sem terras minerais para o poder fazer e no porto e quartel do Menezes se acham terras devolutas, quer o suplicante que Vossa Mercê lhe conceda 80 datas de terras, com suas quadras, passando a medição (?) ... onde faz barra o Córrego do Convento em o rio do porto do mesmo quartel, pelo rio acima, fazendo divisão pelo barranco do mesmo rio acima, e da barra do dito córrego a largura das ditas datas de terra, pelo rio acima e tableiro do porto do dito quartel, segundo a sua medição rio acima, até acima da ilha maior, que se acha acima da volta do rio, que se acha acima do dito porto e quatro datas (?)... em a barra do Córrego da Vargem, a qual é no mesmo rio, por baixo da ilha acima declarada, principiando a sua medição na barra do dito córrego, correndo córrego acima até preencher as ditas quatro datas com suas quadras, e da sobredita ilha grande, correndo rio acima, o resto que faltar para preencher o número das 80 datas, tão somente pelo dito rio e onde não chegar a ter a largura de uma data se preencherá para o sertão, para a banda do Poente, servindo de divisão o barranco do mesmo rio da parte do Nascente: pede a Vossa Mercê que seja servido conceder ao suplicante todo o referido. Despacho do teor seguinte: Informe o escrivão se as terras do rio que se acham devolutas e fora dos limites das terras providas. Registro do Caminho em 18 de setembro de 1781 Amado. Informação do teor seguinte: Senhor Guardamôr, as terras, rio e córrego que o suplicante requer não me consta, pelos meus livros, que se achem pedidas, nem concedidas e se acham nos limites franqueados e é ao Exmo. Sr. D. Rodrigo José de Menezes, ilustríssimo governador e Capitão-General da Capitania de Minas e é o que posso informar a Vossa Mercê, que mandará o que for servido. Registro do Caminho Novo, 18 de setembro de 1781. O escrivão da mesma guardamoria, Antônio Tavares da Silva. Despacho: Visto e informação do escrivão e me constar que o suplicante tem fãbrica, lhe concedo 43 datas, no lugar do seu requerimento, em que entram as quatro datas, com suas quadras no córrego do mesmo requerimento, que tudo lhe medirá e demarcará o mesmo escrivão, na forma do estilo, sem prejuízo de terceiro. Registro 22 de setembro de 1781 (em casa do Guarda-môr Amado). Em vista do último despacho se procedeu à medição de 43 datas de terras, que principiam na barra do córrego do Convento, a qual a faz no rio do Porto do Menezes, principiando a sua medição na barra do dito córrego do Convento, cortando o rio para a parte do Poente em rumo direito à entrada do Menezes, da parte do sertão, com a largura de duas datas de terras com suas quadras, no fim das quais me meti um mourão de pau, adonde faz pião da parte do Nascente, (ilegível) a barra do dito córrego do Convento, correndo a medição pelo meio do rio acima e tableiro do quartel do Menezes e assim vai findar no fim de uma ilha, parte de cima da dita ilha maior, que se acha acima da volta do rio, que se acha acima do dito porto e ali, na altura da ilha, no barranco do rio, da parte do Nascente, serve de balisa uma laje e daí correndo rumo direito para o sertão, atravessando o rio para a parte do sertão em largura de duas datas de terras, com suas quadras, adonde findarem no quanto lhe pus um marco de pau, adonde lhe preenche 23 datas de terras, na tableiro, a meio do rio, com suas quadras e assim como também lhe medi

quatro datas de terras no Córrego da Vargem, as quais principiam a sua medição na barra do dito córrego, correndo rio acima, a primeira cachoeira servindo de pião, a meio do córrego e lhe pus quantos marcos de pau qual córrego faz barra no rio do Porto do Menezes, da ilha onde findou a primeira medição, correndo rio acima, medi e demarqueei 16 datas de terras, pelo meio do rio, abaixo da queda do pouso manso, fazendo pião no meio do dito rio e, feita acima medição, logo pelo suplicante foi requerido ao Guarda-mor me mandasse dar posse das ditas terras, visto estar feita a medição e demarcação e sendo atendido o seu requerimento, mandou o Guarda-mor a mim escrivão desse posse ao requerente das terras que constam da concessão e medição feita. Eu escrivão lhe dei a dita posse corporal e atual e individual, tanto quanto posso e devo em rezam do meu officio sou obrigado, fazendo nele todas as solenidades (...) deles e ele empossado tomou mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma, sendo a tudo testemunhas presentes José Antônio da Silva Guimarães e Teodoro José Rodrigues que aqui se assinaram com o dito Guarda-mor e o empossado e eu, Antônio Tavares da Silva, escrivão da guardamoria deste distrito, para constar, fiz este auto e o escrevi. (a) Manuel A. do Vale Amado, Joaquim José da Silva Xavier, José Antônio da Silva Guimarães, Teodoro José Roiz".

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

JEAN DE LÉRY E A TEORIA DO BOM SELVAGEM

Paul ARBOUSSE-BASTIDE*

Diversos colaboradores de "O Estado de S. Paulo" já tiveram ocasião de elogiar a tradução da obra de Jean de Léry, que a Livraria Martins acaba de lançar sob o título **Viagem à Terra do Brasil**. Peço licença para tomar parte nesse concerto de louvores, aliás perfeitamente merecidos. E confesso que não sei de quem deverei falar bem, em primeiro lugar: se do tradutor Sérgio Milliet, se do diretor da coleção, Rubens Borba de Moraes, ou se do editor Martins. Seja como for, constituiria imperdoável falha esquecer o anotador especializado sr. Plínio Ayrosa, cuja oportuna contribuição etnográfica e filológica é deveras notável.

O tradutor merece um elogio todo especial, e isso, antes de mais nada, porque teve a coragem de enfrentar uma tarefa inegavelmente difícil. O francês do século XVI só pode ser compreendido por alguém que, além de conhecer a fundo o francês contemporâneo, disponha de sólida cultura, graças à qual "sinta" realmente os arcaísmos, penetre a verdadeira significação dos termos e domine a arquitetura, bastante pesada, da frase do século XVI, ainda

(*) O Professor Paul Arbousse-Bastide, integrou a primeira missão francesa contratada pelo governo do Estado para a então recém-fundada Universidade de São Paulo, em 1934. Professor de Sociologia, lançou as bases dos estudos sociológicos na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relacionou-se com figuras expressivas da intelectualidade paulista e colaborou com bastante freqüência em "O Estado de S. Paulo". O artigo que aqui se transcreve, sugerido pela tradução do livro de Jean de Léry, integrando a preciosa coleção "Biblioteca Histórica Brasileira", dirigida por Rubens Borba de Moraes e editada pela Livraria Martins em 1940, foi publicado em "O Estado de S. Paulo" do dia 14 de setembro de 1941.

bem próxima da construção latina. Preenche o sr. Sérgio Milliet todas essas condições, além de outras mais, como, por exemplo, a ter feito seus estudos em Genebra, a cidade de Calvino, que serviu de refúgio de Léry.

Para bem compreender, com efeito, o espírito que anima o livro em questão, assim como as reações do seu autor, é de grande vantagem ter entrado em contato com o ambiente de Genebra. E tal aconteceu, não somente ao tradutor, mas ao diretor dessa ótima série de obras, o sr. Rubens de Moraes. Se considerarmos, ainda, serem ambos brasileiros, familiarizados com a Guanabara e contarem com a cooperação de um especialista em tupi-guarani, chegaremos à conclusão de que impossível se tornaria reunir elementos mais completos para uma boa tradução e um inteligente comentário da "Viagem" de Léry.

Pena é que as atuais circunstâncias não favoreçam as relações intelectuais entre a França e o Brasil.* Podemos assegurar que, em tempos normais, não passaria despercebida, na Europa, semelhante tradução. E queremos crer que, quando houver condições mais propícias ao intercâmbio cultural e aos estudos desinteressados, poderá tão proveitoso trabalho ser consultado nas bibliotecas européias, nas quais, sem a mínima dúvida, merece figurar.

Não se trata, efetivamente, de uma tradução comum. Não é uma dessas reproduções inexatas que lembram espelhos deformantes e que, sob pretexto de traduzir, apenas fornecem a caricatura do texto original. É rigorosamente fiel, escrupulosamente exata. E manda a verdade dizer que o mesmo não se dá com numerosas outras traduções feitas no Brasil, pois, com pouquíssimas exceções, apresentam-se absolutamente irreconhecíveis e, não raro, ininteligíveis os grandes textos clássicos, depois de aqui terem sido vertidos para o português. Sérgio Milliet, sem dúvida, teve em mira promover salutar reação contra esse deplorável vício das traduções feitas levemente. Ele traduz bem porque compreende perfeitamente o texto original e sabe apreciá-lo a seu justo valor.

Um dos grandes méritos de Sérgio Milliet - independente do que se refere à exatidão - foi o de traduzir integralmente a obra, dela não omitindo passagens que, à primeira vista, pareceriam ser desinteressantes para a média dos leitores. Sabe-se que Léry e seus amigos mantiveram com Villegagnon, discussões sobre assuntos teológicos, as quais Léry descreve detalhadamente. Qualquer tradutor superficial ou simplesmente apressado teria podido, sem

(*) Refere-se o autor à Segunda Guerra Mundial que, na época ensanguentava a Europa, inclusive com a França ocupada pelos alemães.

grande dano aparente, deixar de lado esses trechos áridos e ingratos, que só interessam realmente a quem esteja ao par das ardentes e complicadas controvérsias teológicas do século XVI. Sérgio Milliet fez questão fechada de reproduzir tudo. Apresentou-nos, portanto, um Léry integral, e não um Léry vulgarizado, para uso de um público de segunda categoria. A **Viagem**, dessarte, não aparece tão somente como um documento etnográfico, mas como um testemunho vivo e vibrante dos estados de alma, nesse perturbado período do século XVI.

Quando alguém toma a peito traduzir um texto importante, deve cumprir integralmente a tarefa de que se incumbiu. Se um texto clássico conseguiu sobreviver, é porque é profundamente humano. Nenhum tradutor tem o direito de retalhar, de acordo com os caprichos de sua fantasia, essa carne palpitante, para dela tirar os pedaços que, na sua opinião, não raro mal fundamentada, possam interessar os leitores considerados incapazes de assimilar a obra no seu conjunto.

Sob esse ponto de vista, o trabalho de Sérgio Milliet surge com a feição e o valor de um verdadeiro manifesto, pelo exemplo que constitui. Oxalá venha ele a "formar escola" e lembre a muita gente o sentimento de dignidade que deve inspirar o tradutor consciente de sua responsabilidade. Uma boa tradução equivale a uma obra literária original e, se tantas delas são deficientes, é porque há poucos literatos originais.

No caso em apreço, ser-nos-á permitido afirmar que uma boa tradução é uma obra científica. Sérgio Milliet teve a excelente idéia de verter para o português não só Jean de Léry mas ainda Paul Gaffarel, o seu melhor comentador. O belo volume oferecido ao público pela Livraria Mertins contém, além do texto de Léry e de uma linda coleção de estampas, o prefácio e as interessantíssimas notas de Gaffarel. E a tudo isso o tradutor, por várias vezes, acrescenta oportunas notas pessoais. Estas últimas juntamente com a copiosa e original contribuição do sr. Plínio Ayrosa, fazem do livro um eficiente instrumento de trabalho. Dizemos isso porque, se é possível lermos a história de Léry como se fora um romance, convém que a releiamos, com a pena na mão, como um livro de estudos.

Dentre os numerosos problemas gerais levantados por esse livro, permitimo-nos destacar um que nos parece de não pequena importância. Não diz ele respeito à contribuição etnográfica de Léry, de que vários comentadores trataram, nestas mesmas colunas, com reconhecida competência. É, sim, um problema que interessa à história das idéias. Referimo-nos à teoria do "bom selvagem" que tão considerável influência exerceu sobre numerosos e

afamadíssimos pensadores e que, precisamente, parece ter tido origem na obra de Léry.

Essa teoria é mais uma atitude intelectual do que uma teoria, na exata acepção do termo. Ela consiste em louvar as virtudes do selvagem, comparando-o com o civilizado e com grande desvantagem para este último.

Poderíamos resumi-la nestas palavras: "os selvagens, com toda a sua barbárie, seriam superiores, em virtude, aos civilizados, apesar da apurada cultura dos últimos e do seu conhecimento do cristianismo". Quando semelhante tendência a louvar as qualidades dos não-civilizados se converte em uma doutrina mais substancial, estamos em presença da teoria do "estado natural", suposto estágio da evolução humana, que alguns pensadores procuram reconstituir, por um esforço de abstração, imaginando o que poderia ser o homem antes de existirem instituições sociais, jurídicas, políticas e, muito especialmente, antes do desenvolvimento das técnicas.

A doutrina precedeu o tema literário. A noção de um "estado natural", levando a uma definição abstrata e ideal do homem, é bastante velha, pois que a encontraremos nos filósofos cínicos e epicurianos. Foi mais tarde aproveitada pelos teólogos e juristas. Os primeiros a consideraram como o estado do homem no paraíso terrestre, antes do pecado ou antes da nova aliança com Deus - quando a humanidade ainda não recebera as leis divinas. Os outros deram a tal noção valor puramente jurídico; o estado natural seria, para eles, o conjunto das relações existentes entre os homens independentemente de qualquer regra jurídica (Hobbes, Spinoza, Grotius).

Em época mais recente os etnógrafos teriam lançado a noção de "primitivo", onde se nota a mesma preocupação em descobrir o que o homem deveria ter sido antes da civilização ou, pelo menos, logo no início da mesma.

A descoberta do novo mundo fez ressurgir, com acentuado característico de atualidade, as doutrinas do "estado natural". Os "selvagens" que os viajantes encontravam e aos quais consagravam longas narrações, vinham ilustrar as teorias de quantos defendiam a tese de superioridade fundamental do não-civilizado sobre o civilizado, ou, ao contrário, as de quantos afirmavam que os benefícios da civilização (Voltaire iria dizer "do luxo") eram postos em relevo pela lamentável inferioridade dos povos bárbaros.

Outro sentimento próprio das pessoas do século XVI intervem na apreciação dos "selvagens". Apesar de sua "grosseira" mostram-se eles menos desumanos e cruéis de que os pretensos civilizados, que não param de brigar entre si, sob pretextos de virtude e religião. O novo mundo americano, primeira reserva de "selvagens" revelada aos europeus, começou a ser

conhecido, sob o ponto de vista etnográfico, nesse século XVI, em que as guerras de religião devastavam a Europa, e especialmente a França. Convém lembrar que, se não se houvessem verificado tais guerras, não teríamos tido a Viagem de Léry. Villegagnon saiu de França com a intenção de fundar uma espécie de refúgio - ao menos aparentemente, pois sabe-se que seus verdadeiros desígnios permanecem misteriosos e contraditórios. Léry e seus companheiros vieram ter à França Antártica porque aqui esperavam encontrar a liberdade de consciência que lhes era recusada além-mar.

Chegados às terras americanas, eles saboreiam, como uma recompensa dos perigos da viagem, o delicioso sentimento de liberdade. Interessados pelos costumes dos "selvagens" que se propõem evangelizar, propensos a acreditar numa reconstrução total da sociedade (assim como esperam um "novo nascimento" para o convertido) Léry e seus amigos consideram os selvagens com indulgência e simpatia, apesar de sua completa ignorância da Lei Divina. Isto explica como, de volta à pátria, Léry pudesse escrever sinceramente: "...chego freqüentemente a me lamentar por não estar mais entre os selvagens, nos quais vi mais virtudes do que em muitos homens destas bandas, que, embora condenados, ostentam o nome de cristãos".

Depois de ter narrado cenas de antropofagia entre os tupinambás, Léry acrescenta: "Os que lerem tão horríveis coisas... deverão também olhar de perto para o que se faz em nossas terras... se examinarmos a fundo o procedimento de nossos grandes agiotas, chegaremos à conclusão de serem eles ainda mais cruéis do que os selvagens em questão. Ainda mais: se quisermos criticar o ato bestial de mastigar e realmente comer a carne humana, não conviria recordar que, "do lado de cá" já houve gente, que se dizia cristã... e que não se contentando de ter feito perecer cruelmente inimigos, julgou não poder reaver a coragem perdida senão depois de comer o fígado e o coração dos mesmos?"

Adiante, ao tratar de religião, Léry pondera: "Esses selvagens não crêem em quaisquer deuses celestes, nem terrestres"... e apenas acreditam em terríveis demônios. Mas, "por estes lados existem ateus ainda mais ateus". As mães selvagens amamentam os seus bebês, e não os entregam a amas de leite. Os selvagenzinhos não são estupidamente enfaixados. As mulheres andam nuas mas isso não as incita tanto à lubricidade e à depravação como os "enfeites, as pinturas, as cabelerias postiças, os cabelos encrespados, as grandes golas 'fraisées', os vestidos sem conta e outras infinitas bagatelas com que se adornam as mulheres e donzelas civilizadas". Disso resulta que os selvagens são mais felizes, porque vivem num bom clima e nenhum deles tem cabelos brancos ou grisalhos.

Pouco depois de Léry, encontramos a tradução do "bom selvagem" num célebre trecho de Montaigne, sobre os Canibais, que reproduzimos a seguir:

"Penso haver maior barbárie em comer um homem vivo do que em comê-lo morto. Dilacerar pela tortura e processos infernais um corpo ainda cheio de sensibilidade, fazê-lo assar aos poucos, fazer com que os cães ou os porcos o mordam e o pisem; estão em nossa memória tais procedimentos aos quais temos assistido nos últimos tempos, e que têm sido empregados, não contra velhos inimigos, mas contra vizinhos e concidadãos e, o que é pior ainda, sob pretexto de piedade e religião. Não é tudo isso mais detestável do que assar e comer um homem depois de falecido?"

Essas sábias considerações correspondem, quase literalmente, às de Léry. Não possuímos nenhuma prova irrefutável da influência deste último sobre Montaigne. A respeito, temos apenas presunções, mas são elas fortíssimas. M. P. Villey, autor de importante trabalho sobre "As fontes e a evolução dos ensaios", assinala, entre os livros que teriam inspirado Montaigne, duas obras que constariam de sua biblioteca americana: a **História das Índias Ocidentais**, de Lopez de Gomara, na tradução francesa de Martin Fumée, e a tradução italiana da **História de Fernando Cortez**, do mesmo autor. A isto, acrescenta-se a *Cosmografia de Belle-forest*, e a de Thevet, o franciscano que não gostava de Léry. Não menciona a **Viagem**. Certo trecho, contudo, do capítulo sobre os canibais, levaria a crer que o livro de Léry foi lido e utilizado por Montaigne. É o seguinte:

Convivi, por muito tempo, com um homem que permanecera dez ou doze anos nesse mundo descoberto em nosso século, no mesmo lugar onde Villegagnon desembarcou, e ao qual deu o nome de Franca Antártica... Era um homem simples e grosseiro, o que constitui uma garantia para a validade do seu testemunho". Por aí se vê que Montaigne teve junto de si, na qualidade de criado, a um homem que provavelmente foi companheiro de Léry e que, em todo caso, participou da expedição de Villegagnon, tendo vivido dez ou doze anos no Brasil. Esse homem despertou vivo interesse em Montaigne, graças a suas narrações simples e despreziosas. É difícil imaginar que Montaigne não tivesse procurado ler a obra de Léry, logo que tal lhe fosse possível, pois tudo indica que seu informante conhecera a Léry na Guanabara.

A idéia de que Montaigne se tivesse inspirado na **Viagem** foi pela primeira vez exposta por Chignard em sua obra **O exotismo americano na literatura francesa do século XVI** (Paris, 1911).

Charly Clerc, no prefácio de uma edição abreviada de Léry (Payot, Paris, 1927), defende a mesma tese. Ele confessa que não apresenta provas

positivas de que Montaigne se tenha utilizado da Viagem, mas observa que seria espantoso não possuir o autor dos Ensaíes, em 1580, na sua biblioteca, o livro em apreço.

Interessantíssimo seria seguir a teoria do "bom selvagem" dentro da história das idéias. É ela encontrada nas "cartas de edificação" dos jesuítas do século XVIII, os quais insistem sobre a idéia do selvagem honesto, puro e justo. O explorador Bougainville demonstra grande espanto por não haver encontrado no Paraguai o estado de felicidade que ali esperava deparar (ver R. Allier, *Le non-civilisé et nous*, Payot, 1927). Posto em presença dos habitantes da Terra do Fogo, os mais miseráveis seres humanos que tenha visto, o mesmo Bougainville não os lamenta, pois que admira sua liberdade e assim como uma felicidade que lhes atribui "a priori". O mesmo se verificou em Taiti, ilha que ele considerou um verdadeiro Eden idílico.

Ao dizermos isso, não podemos deixar de pensar em Rousseau e na sua famosa teoria relativa ao "estado natural", no **Discurso sobre a desigualdade**. A bem dizer, não há absoluta certeza de que Rousseau acreditasse de veras no seu "estado natural". Ele próprio afirma que "tal estado não mais existe, que talvez nunca tenha existido e que provavelmente nunca existirá." A respeito, entretanto, "precisamos possuir noções bem exatas, a fim de bem compreender nosso estado passado". Explicaram que semelhantes reservas não passavam de precauções, pois Rousseau teria evitado entrar em luta com os teólogos, principalmente os de Genebra. Elas visariam tão somente dissimular a opinião real de Rousseau, o qual, no fundo, acreditava que o "estado natural" tivesse realmente existido no passado e, conseqüentemente, aceitava como uma realidade o "bom selvagem".

Em resumo, a descoberta do "selvagem" no século XVI coincidiu com o aparecimento de um problema que assim seria possível formular: desde que, sem qualquer dos benefícios da civilização, é possível levar uma vida não destituída de valor e de vantagens, apesar de todas as suas dificuldades e imperfeições, que devemos nós pensar da própria civilização? Proporcionamos esta um acréscimo de bem-estar, que compense a sua complexidade? Em outros termos: a imensa distância (e de Léry para cá ela aumentou extraordinariamente) que separa as técnicas primitivas e as nossas, não está ela em desproporção com a diferença aparentemente reduzidíssima, entre nossa felicidade e a dos selvagens?

O problema do "bom selvagem" não consiste em postular, arbitrariamente, que o selvagem é melhor que nós, mas reside em se constatar que o "estado selvagem", na aparência tão inferior sob o ponto de vista material, não difere muito do nosso, quando encarado do ponto de vista moral.

Os esforços e sacrifícios acarretados pela civilização estarão de fato devidamente indenizados pelos proveitos que ela nos traz?

Dizer que "o selvagem é bom" equivale a oferecer uma resposta negativa a esta questão. Para um homem simples - e Léry está nesse caso, pois não passava de um pequeno sapateiro que recebera um verniz de teologia calvinista - é de grande mérito a descoberta de tal problema.

Trata-se, com efeito, de um verdadeiro problema, ainda palpitante de atualidade. É o que diz respeito às relações entre "cultura" (no sentido etnográfico) e "civilização". É o problema da "ilusão do progresso". Numerosos civilizados de nossos dias, vivendo sob a pressão esmagadora dos sangrentos desajustamentos da civilização, se fossem transportados, como por um golpe de mágica, entre os selvagens, achariam estes tão bons quanto os achou Jean de Léry. Não somente nosso viajante soube "ver" - de acordo com a sua divisa "mais ver do que ter" - mas ainda soube pensar e com inegável acerto.

MEMÓRIA CAMPINEIRA (60)

COMO O "BAIRRO ALTO" VEIO A CHAMAR-SE "PONTE PRETA"

Júlio MARIANO

Até fins de 1860 a faixa urbana da provinciana Campinas, para os lados do então chamado "Bairro Alto", se esgarçava num esboço de rua denominada Humaitá ou do Jataí e que no ano de 1912 passaria a chamar-se Henrique de Barcelos. Avançando desde a baixada do Largo do Tanquinho (hoje Praça do Pará), o Bairro Alto se esparramava morro acima, com esparsos casebres margeando o caminho de peões e cavaleiros que, em prosseguimento da rua da Matriz Nova (autal Regente Feijó) conduzia para os sítios e fazendas daquelas bandas.

No ano de 1870 deram de ser atacadas as obras de assentamento dos trilhos de ferrovia Paulista, de Jundiaí a Campinas. Dois anos após, uma vez acertado o percurso do trem, cortando o Bairro Alto pouco acima da rua Humaitá ou Jataí, o acidentado do terreno obrigou a escavação de uma vala, para leito dos trilhos, em trecho do referido bairro, e por sobre a vala estendeu-se uma ponte de madeira, que para melhor conservação foi pichada. Dessa ponte, enegrecida com a camada de piche, é que se originou o nome de "Ponte Preta", a principio tão somente para a rua que ali se abriu, e logo mais para todo o bairro. Como data de seu nascimento, pois, pode ser registrado o ano de 1872.

(**Badulaques**, p. 38. São Paulo, Cons. Est. de Artes e Ciências Humanas, 1979).

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

**CARTA DE GRANDES PODERES A MARTIM
AFONSO DE SOUSA**

Dom Joham - A quantos esta minha carta de poder virem faço saber que eu envio ora a Martim Afonso de Sousa de meu conselho por capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil e assim de todas as terras que ele dito Martim Afonso na dita terra achar e descobrir e porém mando aos capitães da dita armada e fidalgos, cavaleiros, escudeiros, gente d'armas, pilotos, mestres marcantes e todas ditas pessoas e a quaisquer outras de qualquer qualidade que sejam que nas ditas terras que ele descobrir ficarem e nela estiverem ou a ela forem ter por qualquer maneira que seja que hajam ao dito Martim Afonso de Sousa por capitão-mor da dita armada e terras e lhe obedçam em todo e por todo o que lhes mandar e cumpram e guardem seus mandados assim e tão inteiramente como se por mim em pessoa fosse mandado sob as penas que ele puser, as quais com efeito dará a devida enxucação nos corpos e fazendas daqueles que o não quiserem cumprir assim, e além disso lhe dou todo poder, alçada, mero misto império assim no crime como no cível sobre todas as pessoas assim da dita armada como em todas as outras que nas ditas terras que ele descobrir viverem e nela estiverem ou a ela forem ter por qualquer maneira que seja e ele determinará seus casos feitos assim crimes como cíveis e dará neles aquelas sentenças que lhe parecer justiça conforme o direito e minhas ordenações até morte natural inclusive, sem de suas sentenças dar apelação nem agravo que para todo o dito é e tocar a dita jurisdição lhe dou todo o poder e alçada na maneira sobredita, porém se alguns fidalgos que na dita armada forem e na dita terra estiverem ou viverem e a ela forem cometerem alguns casos-crimes por onde mereçam ser presos ou emprazados, ele dito, Martim Afonso, os poderá mandar prender ou emprazar, segundo a qualidade de suas culpas o merecer, e nos enviará com os autos das ditas culpas para cá se verem e determinarem como for justiça, porque nos ditos fidalgos no que tocar

nos casos-crimes hei por bem que ele não tenha dita alçada, e bem assim dou poder ao dito Martim Afonso de Sousa para que em todas as terras que forem de minha conquista e demarcação que ele achar e descobrir possa meter padrões e em meu nome tome delas (posse) real e autoal e tirar estormentos e fazer todos os outros autos quando diretamente se requererem e forem necessárias, porque para isto lhe dou especial e todo comprido poder, como para todo ser firme e valioso requerem, e se para mais firmeza de cada uma das coisas sobreditas e serem mais firmes se cumprirem com efeito e necessário de feito ou de direito nesta minha carta de poder irem declaradas alguma cláusula mais especiais e exuberantes, eu as hei assim por expressas e declaradas, como se especialmente o fossem posto que sejam tais e de tal qualidade que de cada uma delas por direito fosse necessário se fazer expressa menção, e porque assim me de todo apraz, mandei disso passar esta minha carta ao dito Martim Afonso, assinada por mim e selada do meu selo pendente, dada em a Vila de Castro Verde aos XX dias do mês de novembro. Fernão da Costa a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil bc XXX anos (1530, e eu André Pysz a fiz escrever e sobrescrevi...

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, **Chancelaria de D. João III**, livro 41, fl. 105. "Apud" Tapajós, Vicente - **A política administrativa de D. João III**, 137-138.ª ed. Brasília, Editora da Universidade, 1983. Col. "História Administrativa do Brasil", v. 2).

*

REFLEXÕES SOBRE O FINAL DO SÉCULO XIX (Sílvio Romero)

O século se me apresenta como uma imensa ruína, um amontoado de destroços na ordem política, social, literária, científica, filosófica, religiosa, montão informe e desconexo, onde apenas uma doutrina sobrenada e brilha sobre uma porção de fatos observados com o fulgor das conquistas imorredouras. Essa doutrina e essa porção de fatos é que constituem o

verdadeiro, o grande, o glorioso presente que o nosso tempo vai fazer às idades do por vir. Passeiemos através desses destroços.

Na ordem política, quer na prática da ação dos governos, quer na parte doutrinária e científica, o século (XIX) não fundou nada de definitivo e radicalmente estável. Sucedeu ao terrível fracasso da Revolução, não achou logo, nem achou mais tarde, um caminho certo para trilhar. Atraído em direções opostas, ora sonhava com **ovelho regime** absolutista e enveredava pela senda das reações; ora atirava-se aos azares do **liberalismo** e tentava o sistema parlamentar, sempre incompreendido pelas gentes do continente europeu e pelos povos da América; ora jogava-se às experiências insensíveis nas mãos dos fantasiosos reformadores e criadores de novos regimes e novas políticas.

Por isso agora, por isso hoje, que lhe faltam apenas seis anos para retirar-se da cena, que tem ele, que constituição definitiva organizou para dar ao seu sucessor? Na América um presidencialismo despótico e manco, que nada resolve; na Europa o despotismo russo, o grosseiro realismo político alemão, além de um parlamentarismo desjeitoso, por mal compreendido, como disse. Fora daí, existem apenas nos livros de reformadores obcecados as terríveis **ditaduras do patriciado do dinheiro**, esperando sair do limbo da teoria e ganhar o terreno da prática, numa ameaça de cativoiro.

Na ordem social a luta é ainda mais colossal, a incerteza mais vasta e o legado do século menos válido. As imensas esperanças de Saint-Simon, de Babeuf, de Owen, de Fourier, de Leroux, de Enfantin, de Lassale naufragaram; a **Internacional** de Marx vacila entre a utopia e o despotismo; o capital acumula-se na proporção de um pauperismo assombroso, que vitima de alto a baixo o proletariado hodierno.

(**Novos estudos de literatura contemporânea**, 63-64. Rio de Janeiro, Garnier, s.d. (1898). "Apud" Vita, Luiz Washington - **Antologia do pensamento social e político no Brasil**, 211-212. São Paulo, Grijalbo, 1968).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FRANCISCO MUNIZ TAVARES (1793-1876)

O sacerdote pernambucano, objeto desta nota, vinculou seu nome à historiografia brasileira por um só trabalho, contudo peça essencial para o conhecimento do assunto sobre o qual versa, qual seja a Revolução que em 1817 eclodiu em Pernambuco e da qual foi um dos participantes mais ativos.

Natural do Recife, onde nasceu a 16 de fevereiro de 1793, foi destinado à vida religiosa, ordenando-se sacerdote aos 25 de março de 1816. Viajando para a Europa, doutorou-se em teologia pela Universidade de Paris. Ao lado de sua profissão religiosa e, naturalmente, sem prejuízo dela, teve, por quase toda a sua vida, intensa participação política.

Com a dominação da revolta de 1817, foi preso e deportado para a Bahia, onde esteve preso por quatro anos. No dizer de Oliveira Lima, que bem lhe estudou a vida e a obra, "foram quatro anos de reflexão e de aplicação mental na convivência com varões ilustres como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Frei Caneca e outros, adestrando-se os presos na língua francesa e ilustrando-se em várias ciências e artes, saindo todos da enxovia muito mais instruídos do que para lá tinham entrado".

Anistiado em 1821, elegeu-se deputado às Cortes de Lisboa. Hostilizado, como os demais representantes brasileiros, pelos deputados da metrópole, recusou-se, com seus colegas de bancada, a jurar a constituição portuguesa e retirou-se, como toda a bancada brasileira antes do término dos trabalhos. De volta ao Brasil, a delegação passou pelo porto inglês de Falmouth, resultando desta etapa a redação do conhecido documento denominado mesmo "Manifesto de Falmouth"

Eleito deputado à Constituinte brasileira, dela foi secretário, com ativa participação. Mais tarde, integrou o parlamento, como deputado liberal de 1845 a 1847, quando teve oportunidade de presidir a Câmara. Desgostou-se da política, o que o levou a retirar-se da vida pública. Ainda no dizer de

Oliveira Lima, "perdeu a fé política, mas não perdeu a fé religiosa, pois continuou a praticar seus deveres sacerdotais e foi até assaltado da congestão que o vitimou quando celebrava o ofício no seu oratório de Parnamirim, onde residia. Faleceu aos 23 de outubro de 1876. *

Foi um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862, tendo sido seu primeiro presidente, cargo que exerceu até o seu falecimento. Viveu algum tempo em Roma (de 1826 a 1832), quando respondeu, embora em caráter interino, pelos interesses do Brasil junto à Santa Sé.

Sua História da Revolução de Pernambuco em 1817 foi publicada em 1840 (Tipografia Imparcial de L. F. R. Roma), "quando se achava na maturidade da vida - mais uma vez citando Oliveira Lima - e das ilusões políticas, e sendo de um natural circunspecto e grave, timbrou justamente em ser imparcial. Timbrou e conseguiu, visto que se pode ser imparcial dentro mesmo da simpatia, e uma simpatia enternecida Muniz Tavares nunca deixou de alimentar pela revolução da sua mocidade (...) Foi imparcial sobretudo porque foi verdadeiro, o título aliás que mais reclamava para a sua narração. Esta não tem hoje que ser emendada nem alterada; se não satisfaz mais por completo a curiosidade dos leitores e merece ser ampliada, é pelo fato de terem aparecido novos documentos, que fazem melhor compreender o que ocorreu. Também a crítica histórica entrou, mais esclarecida e mais ampla, a apreciar diversamente a significação moral dos fatos. As novas achegas são de resto indispensáveis para se ajuizar como se organizou o movimento e porque fracassou. Erros foram cometidos pelos seus dirigentes, na opinião mesmo do autor da **História** dessa tentativa de independência, por ele qualificada de exibição da grande carta de emancipação civil e política do Brasil".

Uma segunda edição, com excelente introdução e notas de Maximiano Lopes Machado, foi publicada em 1884 pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Em 1917, ao ensejo do centenário da revolução, apareceu a edição provavelmente definitiva da obra do historiador pernambucano, enriquecida com notas e comentários de Oliveira Lima. Aliás, o autor de **D. João VI no Brasil** praticamente escreveu um outro livro à margem da **História da Revolução**, pois sua colaboração ocupa mais trezentas páginas do volume.

Nelson Werneck Sodré, numa judiciosa apreciação sobre a obra de Monsenhor Moniz Tavares, informa a existência de uma edição mais recente, de 1969. Todavia, infelizmente não tivemos acesso a ela.*

(*) Sodré, N. W., O que se deve ler para conhecer o Brasil, 133. Quinedição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

SELETA

PROJEÇÃO DO MOVIMENTO REPUBLICANO DE 1817

Francisco Muniz TAVARES

Um povo insurgido que ambiciona figurar como Nação soberana e independente, trata de ter reconhecido como tal pelas demais Nações já constituídas; o reconhecimento sancionando a insurreição presta consideração e força ao Governo, mas menos atrevidas as facções intestinas, e dá lugar a esperar auxílio e proteção contra a injusta agressão. Seja porém qual for o motivo da insurreição, o povo que a ela recorre, lisojear-se-á em vão de obter o desejado reconhecimento, se por esforços enérgicos e repetidos, não se mostra digno. As nações, como os indivíduos sensatos, não entram em especulações onde há risco de perda e nenhum lucro.

Pernambuco iludia-se quando, na combinação dos seus planos, contava com o apoio decisivo daqueles Governos que professavam máximas liberais, principalmente o dos Estados Unidos da América do Norte. O espírito desta nação é mercantil; os mercantes são avaros; o seu Governo é tanto livre quanto prudente; cordialmente saudará os oprimidos que esmagam os opressores, porque está certo que mais ganhará no comércio. Porém, durante a luta, se esta não é disputada com igual valor da parte dos oprimidos, seguirá o trilho das outras nações; o temor do comprometimento o tornará surdo, e nem auxílio algum oferecerá diretamente tendo muito menos liberdade do que os Monarcas absolutos na aplicação dos dinheiros públicos.

Por essa ilusão foi despachado imediatamente para os Estados Unidos um agente Diplomático na qualidade de Encarregado de Negócios; a escolha recaiu em Antônio Gonçalves da Cruz. Este Pernambucano tinha viajado na Europa e possuía considerável fortuna; a sua casa era o receptáculo

dos Brasileiros mais conspícuos atraídos pela sua afabilidade e maneira livre de pensar. Os Portugueses somente por esta razão o detestavam e como um dos maiores revolucionários o apontavam. Crescendo o ciúme e continuando a maledicência, ele, não prevenido um futuro menos doloroso, desejando subtrair-se em tempo à perseguição, havia vendido poucos dias antes da revolução todos os seus bens, requerido e obtido passaporte para Nova York, onde pretendia fixar-se. Apesar desta prudente conduta, o Governo deposto tinha ordenado a sua prisão.

Ora, em vez de partir como simples particular, partiu com o caráter público; acompanharam-no os votos dos seus concidadãos pelo bom êxito da missão. Além do objeto primário, de que tinha sido incumbido, isto é o reconhecimento formal da nova república, o Governo Provisório, em suas instruções, lhe prescrevia que empenhasse alguns oficiais franceses emigrados, a virem servir em Pernambuco, comprasse armamento e petrechos de guerra, de que muito se necessitava, e que fizesse quanto antes transportar tudo ao porto do Recife, ou a algum outro das províncias limítrofes no caso de bloqueio; e para que mais expeditamente efetuasse a comissão, deu-lhe trinta contos de réis.

Contemporaneamente embarcava para a Inglaterra um certo Kesner, negociante inglês estabelecido no Recife; era honesto o seu caráter, suas idéias ajustadas. Os membros do Governo Provisório o respeitavam e resolveram fazê-lo portador de despachos para Hipólito José da Costa, Brasileiro que há muitos anos residia em Londres, e que consagrava a sua vida ao melhoramento da espécie humana, iluminando-a com os seus escritos científicos. Domingos José Martins ali o conheceu e não deixava jamais de consultá-lo e participar-lhe o andamento do Brasil. Os Patriotas Governadores escreveram-lhe para que aceitasse o cargo que lhe ofereciam, de Ministro Plenipotenciário da república junto a Sua Majestade Britânica, e que, por consequência, advogasse a causa da insurreição e dispusesse a nação Inglesa e o seu Governo a favorecê-la.

Um fato inesperado pareceu lisonjear os Patriotas a esse respeito: Jean Lempriere, Cônsul da mesma nação inglesa em Pernambuco, veio espontaneamente cinco dias depois da revolução requerer ao Governo Provisório a faculdade de continuar no exercício de suas funções. A resposta foi-lhe comunicada nestes termos:

"O Governo Provisório vos participa que fica certo da genuidade dos títulos, que hoje lhe apresentastes em virtude dos quais servieis o emprego de Cônsul da Nação Britânica neste Estado, outrora Capitania, e vos anuncia que podeis continuar da mesma forma, e maneira com que o exercieis perante o extinto Governo, uma vez que tenhais o devido cumpra-se, para o que nos

remetereis os ditos títulos em officio vosso. Casa do Governo 11 de março de 1817. Senhor João Lempriere. Miguel Joaquim de Almeida e Castro".

Com igual prontidão o mencionado Cônsul solicitou e obteve o exigido **Cumpra-se**.

Um Cônsul devendo ocupar-se somente em promover e defender o comércio da sua Nação, em falta de Agente diplomático reclamar a proteção legal das pessoas e propriedades daqueles dos seus compatriotas que transitam ou residem no lugar onde ele é reconhecido; podia o Lampriere continuar a exerceresses deveres tacitamente, sem que daí resultasse vantagem ou desvantagem à causa patriótica. A sua pressa em requerer o exaquator de um título, que já possuía e que ninguém lhe disputava, sem esperar as ordens do seu Governo, foi inconsiderada. Requerer pressupõe faculdade de conceder; quem goza desta faculdade ampla em matéria civil e política é livre e independente, atributos que com o ato apontado esse Cônsul parecia reconhecer no Governo Provisório.

O Embaixador português que então se achava em Londres mais reforçou as suas declamações contra a chamada voragem revolucionária e pediu ao Governo inglês pública satisfação da ofensa que dizia haver recebido seu Amo com o procedimento daquele empregado. O ministério de Lord Castelaigh facilmente prestava-se aos órgãos do despotismo. Demais, a revolução malogrou-se, a república desapareceu quando menos se esperava e o Lempriere foi demitido.

Outra comissão de importância foi ordenada naquele tempo. A Ilha de Fernando (de Noronha), bem que insignificante pela sua pequenez e aridez do seu solo, não deixou de merecer sempre a atenção do Governo português por ser um ponto que, possuído por Nação estrangeira poderia tornar-se perigoso à segurança do litoral do Brasil. Produzindo escassamente os gêneros de primeira necessidade, não convidou desde o principio da sua descoberta o estabelecimento de colonos; foi ao depois por ordem soberana vedado o ingresso ali ao sexo feminino, e exclusivamente ficou reservada para lugar de desterro dos delinquentes processados e daqueles que tinham a desgraça de incorrer no ódio dos Capitães-Generais de Pernambuco, os quais sobre ele extendiam a sua jurisdição. Nenhuma embarcação podia abordá-la; o temor da fuga dos degredados requeria esta severidade. Era fortificada e provida dos petrechos de guerra necessários para repelir um ataque imprevisto; a sua guarnição compunha-se de cem artilheiros com três officiaes; o mais graduado, que de ordenário era o Capitão, tomava o comando geral temporário. Cada ano essa guarnição era rendida por um número igual de soldados enviados dos

regimentos de Pernambuco. A quantidade dos degredados variava; eles ocupavam-se na cultura da pouca terra.

Pela revolução ficava toda aquela gente exposta aos caprichos do ministério do Rio de Janeiro e também à fome se à seu respeito não se tomasse pronta resolução, pois que com a guarnição anual eram remetidos os alimentos correspondentes. A República necessitava de braços e nenhuns mais devotos seriam do que esses que iam ser salvos por um ato particular de zelo. Conseqüentemente dois grandes barcos foram aparelhados com a maior brevidade, que o tempo permitia, e o Capitão José de Barros Falcão teve ordem de embarcar em um deles e dirigir-se àquela Ilha onde, apenas abordasse, devia proclamar livre passagem a toda a guarnição e praças, transportar consigo quanto coubesse nas embarcações e o resto inutilizar imediatamente.

A precipitação havendo abatido de um golpe todos os sinais da realza, os quais abstratamente nada influem sobre a essência das coisas, era natural que outros característicos os substituíssem. A pretensão à Soberania demandava nova bandeira e novo laço nacional; assim foi decretado. Eram azul e branca as cores tanto do laço quanto da bandeira; esta dividida horizontalmente em duas partes iguais pelas duas mencionadas cores, continha no meio da parte branca uma Cruz vermelha, indicando ser o Brasil consagrado àquele precioso estigma da humana redenção, na outra parte aparecia recamado o Sol em todo o seu esplendor, como constantemente mostra-se na região equatorial, e rodeado de três estrelas, símbolo das províncias insurgidas.

Aprontadas as bandeiras necessárias, foi determinado o dia para a bênção e consignação aos respectivos regimentos. Era o dia 21 de março e foi o campo do Erário o lugar escolhido para a solenidade deste ato religioso-político. Ali, às 8 horas da manhã, achava-se já desfilada toda a tropa de primeira linha e milícias, com a música em frente, que por intervalos fazia-se ouvir; no centro do campo tinha sido erecto um decoroso altar, sobre o qual colocaram-se as bandeiras. O altar estava voltado ao Oriente; o Sol, refletindo sobre ele os seus luminosos raios, parecia ensinar aos circunstantes a recorrer ao verdadeiro Sol de Justiça, donde provém o único seguro auxilio. Ao pé do altar, com devota compostura, estava o Deão da Catedral revestido dos paramentos sagrados e assistido pelo Clero da Paróquia de Santo Antônio em sobrepeliz; ao lado do Evangelho compareciam os cinco membros do Governo Provisório com a Câmara do Recife; a multidão do povo ocupava o resto da superfície.

Recitadas as preces que o ritual romano prescreve para aquela cerimônia, o Deão alçou uma das bandeiras e dirigindo-se aos soldados falou-lhes deste modo:

"In hoc signo vinces. O nosso pai, que está nos céus, criou livres todos os homens; o espírito das trevas introduziu gás infernal na alma dos malvados; estes ligaram os braços dos seus irmãos, armaram-se de azorrague, e chamaram-se Príncipes absolutos. Desde então a criatura não pôde mais erguer as mãos ao Firmamento para suplicar o Criador, a sua face contristada abaixou-se à terra, chorou. O celerado demonstrou desde o princípio a reprovada sua origem, e abertamente mostrou que era filho de Satanaz; reunindo a hipocrisia à iniquidade ocultou debaixo de uma coroa a marca de Caim impressa sobre sua fronte, ungiu com o santo Crisma os seus cabelos, e disse: 'Eu venho da parte de Deus'. Blasfêmia! O senhor falou a Samuel: Esta será a razão do Rei: 'se apoderará dos vossos filhos e filhas, dos vossos campos, vossas lavouras' e acrescentou: 'um dia vós gritareis por causa do vosso rei, e eu não vos ouvirei porque o tendes eleito'. Os escravos voluntários pesam ao mundo e a Deus. Nós não elegeremos Príncipe, nós o combateremos, o perseguiremos até que entre no Inferno, donde o antigo inimigo do gênero humano o extraiu. Se as Províncias deste vasto continente vos abandonarem (o que o Onipotente não permita), será inteira a vossa glória; inteira a infâmia dos covardes, que vos abandonaram e quando nos inescrutáveis arcanos da Providência fosse decretado que sucumbissemos, será esplêndido o nosso sepulcro, por que últimos cadernos, porque nós ousamos resistir.

In hoc signo vinces! Do alto gritou a voz a Constantino Imperador, e lhe foi mostrada a Cruz resplandecente nos Céus, como documento de vitória; in hoc signo vinces! exclamo eu também apresentando-vos este sacrossanto Estandarte e confiando-o nas vossas mãos; segui-o; ele vos conduzirá ao caminho da honra, da independência e da liberdade. Não vos excitarei a ser valorosos, vós já o sois, o mundo vos conhece; duas coisas somente vos recomendo: "disciplina" e "união". A disciplina é origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens e o veículo exclusivo da força dos Estados".

Finalizando este discurso, que deixou a mais profunda impressão, ele entregou as bandeiras ao Governador das Armas, a qual conjuntamente com os outros membros do Governo por entre festivos vivas da multidão foi consignar uma a cada um dos chefes dos regimentos que ai se achavam; e estes, com os oficiais e soldados juraram não as abandonar jamais. Com facilidade quase todos juram, raramente um ou outro mantém o juramento; os vínculos sagrados se despedaçam com imprudência, calamidade de todas as idades, que devendo excitar as lágrimas, move o riso.



RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

315. TRISTE FIM DE UM GRANDE SÁBIO FRANCÊS

Parece-me deveras estranho que o Visconde de Taunay, em seu precioso elenco de estrangeiros que viveram no Brasil e aqui prestaram serviços de qualquer espécie, publicado primeiramente na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (1892) e muitos anos depois (1932) tirado em livro pelas Edições Melhoramentos, tenha omitido o nome de um compatriota de seu pai, Aimé de Bonpland, nascido na histórica La Rochelle em 28 de agosto de 1773 e falecido numa das missões do território de Corrientes, Argentina, em 11 de maio de 1858, com quase 85 anos, na maior parte dedicados à pesquisa científica, particularmente à botânica. Figura no velho Garraux apenas com um título, publicado em colaboração com o grande Humboldt, em cuja companhia viajou pela América do Sul em fins do século XVIII e início do XIX.

Esta circunstância de companheiro de Humboldt valeu-lhe certa notoriedade, como o faz notar Avé-Lallement quando descreve a visita que lhe fez em São Borja. Não figura em Raeders e nem no clássico Sacramento Blake. Quem dele melhor cuidou foi Abeillard Barreto, que lhe dedicou várias páginas, inclusive com extensa bibliografia de e sobre ele, em sua preciosa "Bibliografia Sul-Riograndense".

Após as viagens com Humboldt, voltou à América do Sul, estabelecendo-se nas missões jesuíticas, entre os rios Uruguai e Paraguai.

Aprisionado por França, em 1821, foi libertado dez anos depois, passando a viver, então, no Brasil, notadamente em São Borja, onde permaneceu por mais de vinte anos.

Nos seus últimos tempos, voltou à Argentina, falecendo na mencionada missão de Corrientes. Dois viajantes que percorreram o Rio Grande do Sul, Alfred Demersay e AveLallement, deixaram páginas comovidas relatando a visita que fizeram ao grande sábio, frustrado, desenganado da vida, inteiramente pobre (quando, ao que parece, chegou a ter grandes posses), mas sem perder o interesse pelos estudos botânicos. Já quase ao fim de sua vida, escreveu preciosa memória sobre o cultivo da erva mate, no qual via excelentes perspectivas para a economia riograndense.

"Figura humana cheia de contradições, difícil de ser interpretada, mas espírito lúcido para a investigação científica", no dizer de Abeillard Barreto, muita coisa em sua vida parece obscura ou contraditória, deixando-nos de sua existência um vazio nada consentâneo com a imensa obra que realizou. Bonpland, diz ainda o saudoso escritor riograndense, é hoje uma figura "quase desconhecida no Rio Grande do Sul, lembrada no Uruguai e permanentemente reivindicada pela Argentina como seu cientista honorário". No entanto, Bonpland viveu apenas cinco anos na Argentina e mais de vinte no Rio Grande do Sul! Abeillard Barreto em sua "Bibliografia Rio-grandense" arrola mais de vinte trabalhos (biográficos e científicos) publicados na Argentina sobre o cientista francês, tão desconhecido no Brasil, no dizer do próprio Barreto.

Esse esquecimento foi, de certa maneira, atenuado graças ao Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, em 1978, editou o "Diário da viagem de São Borja à Serra e a Porto Alegre", transcrito do manuscrito original. Uma única observação se poderá fazer a essa edição: é o texto de Bonpland não ter sido traduzido para a nossa língua. Mas, não chega a ser falha nem defeito, dada a ampla difusão da língua francesa entre nós. (09-08-1997)

*

316. UM PIONEIRO DO PAULISTANISMO

A nota que tive oportunidade de publicar há algumas semanas nesta folha com o título "Paulistanismo necessário" alcançou repercussão bem maior do que esperava. Foi transcrita diversas vezes e em diversas publicações

e - o que é mais importante - sensibilizou algumas entidades culturais em torno do tema nela versado, qual seja a necessidade de estudar a História de São Paulo. Encerrei-a lembrando que, em outros tempos, nossa história foi devidamente ensinada nas escolas públicas e citei exemplos de pelo menos dois autores que publicaram livros com esse objetivo: Tancredo do Amaral e Rocha Pombo.

Apraz-me recordar algo sobre o primeiro deles, Tancredo Leite do Amaral Coutinho, literariamente conhecido apenas por Tancredo do Amaral, que é como assinava seus escritos. Nascido em São Paulo a 18 de fevereiro de 1866, faleceu em São Bernardo (atualmente São Bernardo do Campo) a 23 de julho de 1928. Diplomou-se pela tradicional Escola Normal da Capital, onde foi discípulo de Júlio Ribeiro, Silva Jardim, Godofredo Furtado e Monsenhor Passalacqua. Com tal formação e com tais mestres, não poderia deixar de ser republicano, tanto que, ao ser designado para uma escola no antigo Salto de Itu (a atual vizinha cidade de Salto), ali fundou um núcleo do Partido Republicano e passou a colaborar ativamente na imprensa ituana, sempre com escritos de doutrinação republicana. E ainda em nossa cidade, foi redator da "Tribuna Ytuana". Retornando a São Paulo, militou na imprensa por mais de quinze anos, especialmente no "Correio Paulistano" e em "A Platéia".

Decidindo-se bem mais tarde pelos estudos jurídicos, diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido promotor público em Capivari e em Batatais e, depois, juiz de Direito em Santa Isabel, cargo em que se aposentou. Exerceu algumas funções públicas junto ao governo do Estado.

Para a divulgação da história, da geografia e da literatura paulistas produziu três livros: **A História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis (Alves, 1895)**, **O Estado de São Paulo (Alves, 1896)** e **Analectos Paulistas (Alves, também de 1896)**. Este, com denominação pouco usual atualmente (sinônimo de "antologia" ou "seleta") constituía-se numa seleção de quarenta excertos de autores paulistas ou radicados em São Paulo. Talvez tenha sido a primeira antologia paulista publicada e sua leitura; hoje, nos revela o critério de um verdadeiro educador, refletido na sabedoria com que escolheu os textos para o seu livro, destinado, como o título o diz, "para exercício de leituras das classes primárias adiantadas das escolas públicas do Estado".

A "História" foi dedicada a Cesário Mota Júnior, "o mais dedicado propulsor da instrução pública em São Paulo", a Silvio Romero, "um dos mais operosos e ilustrados escritores brasileiros" e, ainda, à memória de três historiadores de São Paulo: Machado de Oliveira, Visconde de São Leopoldo e Azevedo Marques, "paulistas notáveis, que legaram um precioso subsídio

literário para a história de sua terra". O livro trazia prefácio do Cônego Valois de Castro, professor de História do Ginásio do Estado e do curso anexo à Faculdade de Direito.

Apresentando o livro, dizia o ilustre sacerdote que, talvez ele não satisfizesse às exigências severas da crítica histórica, mas deveria "atrair a atenção e merecer a simpatia dos que se interessam pela nobre e humanitária idéia de espalhar e fortificar a instrução do povo". E louvava o estilo simples "como convém a uma obra didática", sem os atavios exagerados do romantismo, nem as "apreciações malevolentes do partidarismo cego, que sempre deturpam os caracteres e toda a verdade histórica". As biografias são dispostas em ordem cronológica e dentro do contexto histórico, após três capítulos de generalidades sobre a terra paulista. (16-8-1997)

*

317. INSTRUMENTOS DE INICIAÇÃO LITERÁRIA

Seletas, antologias, florilégios, crestomatias, analectos... eis várias modalidades de excertos literários pelos quais muitas gerações de brasileiros iniciaram-se no cultivo de nossa literatura. A necessidade de consultar um desses livros, precisamente o que mais se usou nos ginásios do Brasil - a "Antologia Nacional", de Fausto Barreto e Carlos de Laet -, fez-me meditar sobre o valor desses volumes, companheiros inseparáveis de todo estudante ginásiano, numa época em que seu uso era, por assim dizer, obrigatório no ensino secundário e mesmo nos últimos anos do primário, como ocorreu no meu caso.

Os famosos livros de leitura da "Série Braga" (os melhores até hoje aparecidos no Brasil) ou os de Felisberto de Carvalho, pelas suas excelentes qualidades, já predispunham o aluno, mesmo no grupo escolar ou cursos primários similares, à boa recepção das grandes páginas da literatura nacional (e até da portuguesa) divulgadas por essas antologias.

A de Fausto Barreto e Carlos de Laet, a que me referi, teve sua primeira edição em 1895. Ampliada para edições posteriores, chegou até à década de 40 ou 50. Comportava autores brasileiros e portugueses e, como de praxe na época, só incluía autores já falecidos. Compreendia mais de cem autores, com excertos, desde o século XVI ao início do século XX, tanto em prosa como em verso, todos lidos e estudados pacientemente pelos estudantes que, não raro, sabiam decor os trechos mais famosos. O cuidado com que os

textos eram selecionados explica o interesse do livro, lido mesmo fora dos bancos escolares. Lembro-me, quando menino, de ter visto a "Antologia Nacional" em casas de amigos e parentes, independentemente de qualquer vinculação escolar.

Outra seleta que deixou saudades foi a "Antologia Brasileira", de Eugênio Werneck. Esta, como o título o indica, só reunia autores brasileiros, com a fotografia de todos eles, o que propiciava a nós, garotos de escola, a oportunidade de enfeitar com bigode, barba e óculos todos os retratos que não os tivessem... A seleção obedecia a critérios semelhantes aos da "Antologia Nacional".

Uma terceira antologia, de que bem me lembro, era a de João Ribeiro, intitulada "Autores Contemporâneos", publicada em 1896, e, como o título o indica, tratava de autores mais recentes (daquela época), pois para os mais antigos, o mesmo autor sergipano publicaria, alguns anos depois, a "Seleta Clássica", que não cheguei a conhecer.

Já andava com meu curso ginásial pela metade, quando apareceu a "Seleta Moderna", de Otoniel Mota. Esta, embora muito bem elaborada, não gozou nunca do favor dos professores e creio que nem mesmo chegou a ser reeditada. Mas, fiz questão de adquiri-la, pois havia estudado pelas "Lições de Português" do grande mestre do antigo Ginásio do Estado de Campinas.

Em nota anterior, fiz referências ao "Analectos Paulistas", de Tancredo do Amaral. Eis, portanto, alguns exemplos de antologias do meu tempo, às quais, especialmente às duas primeiras, fiquei devendo meu interesse pela literatura. Ainda hoje releio com emoção suas páginas. E muitas gerações de brasileiros poderão dizer o mesmo, pois, tais como eu, tiveram nesses livros o melhor instrumento para sua iniciação literária. (23-8-1997)

*

318. "SAL FEITO DE TERRA"

Relendo, há pouco, a preciosa obra que o saudoso historiador paulista Ernani Silva Bruno dedicou à história regional do Brasil (volume sobre Minas Gerais), chamou-me a atenção uma expressão encontrada em documento sobre o comércio da Bahia com o território mineiro, pelo vale do São Francisco, nos tempos coloniais. Pelo rio São Francisco - diz o documento que, segundo Silva Bruno é pouco posterior a 1705 - "Ihe entram os gados de que se sustenta

o grande povo que está nas minas... da mesma sorte se provêem, pelo dito caminho, de cavalos para suas viagens, de sal feito de terra, de farinhas e outras coisas...". Esta, a expressão em tela: "sal feito de terra".

Referia-se o documento à existência, em grande quantidade no vale franciscano, de terrenos salitrosos, donde os criadores extraíam o sal para o seu gado. São conhecidos regionalmente por "barreiros" ou "lambedouros", pois o gado lambe-os, formando verdadeiros lamaçais. A toponímia da reunião documenta tais ocorrências: há, ali, um rio "Salgado", outro chamado "Salitre" e uma cidade denominada "Salinas". Ora, tais nomes não surgiram por acaso.

Bernardino José de Souza, em seu clássico **Dicionário da terra e gente do Brasil**, registra os dois vocábulos: "barreiro" e "lambedouro", fundamentando-se, para as diversas acepções em que eles são empregados, com escritores regionais que utilizaram bastante adequadamente os dois termos. Ou, então, estudiosos da língua que deles cuidaram. O Visconde Taunay, que também registrou o termo em Mato Grosso, diz que assim se chamam "as baixadas salino-salistroas muito procuradas pelos animais". Mais preciso, contudo, é Everardo Backheuser: "afloramento de rochas com eflorescências salinas, freqüentes em grande parte no vale do São Francisco, e das quais se extrai sal de cozinha chamado então 'sal da terra' e mais que esses 'barreiros' são muito procurados pelos animais domésticos ou selvagens para serem por eles lambidos a fim de se proverem de sal necessário à sua economia". Ao termo referem-se também Amadeu Amaral, Leonardo Mota, Raimundo de Moraes e Rodolfo Garcia, entre outros.

Aliás, diga-se de passagem, o sal (o marinho) constituiu sempre um grande e crucial problema na História do Brasil. Muitas lutas foram travadas pleiteando a abolição dos pesados impostos que o gravavam. Durante quase todo o período colonial foi monopólio de Estado, conforme exaustiva e excelentemente estudado por Myriam Ellis em erudito ensaio publicado pela Universidade de São Paulo, em 1955. Assim, a liberação do sal figurava no programa de quase todos os movimentos que marcaram nossa evolução. Rara a Câmara Municipal que não se movimentasse em torno do assunto.

Tão caro saía o sal (pois vinha de Portugal, sendo proibida a utilização de nossas salinas), que dizia Azevedo Coutinho ser o seu preço, no sertão, três e até quatro vezes mais caro que o do boi que ele devia salgar... Diante disto, tornava-se uma maravilha quando os criadores, nas suas andanças, deparavam com os "barreiros" ou "lambedouros", que os dispensavam da compra do sal marinho. Era o "sal feito de terra", a que referia o documento citado por Ernani Silva Bruno à página 65 de seu importante e interessantíssimo volume sobre Minas Gerais. Que merece ser lido, como todos os outros da preciosa coleção, pois neles se aprende muita coisa que não aparece nos demais livros de História. (30-8-1997)

INDÍCES DOS NÚMEROS 164 A 167 (Ano XXIX - 1997)

164 - janeiro/março p. 1 a 106

165 - abril/junho p. 107 a 194

166 - julho/setembro p. 195 a 284

167 - outubro/dezembro p. 285 a 377

ÍNDICE DE AUTORES

ARBOUSSE-BASTIDE Paul - Jean de Léry e a teoria do bom selvagem - 347

ASCOLI, Haroldo R. - A escravidão dos índios - 258

BARBOSA, Waldemar A. - Tiradentes não era um "pobre coitado" - 342

BATTISTONI FILHO, Duílio - A cozinha mineira na História do Brasil - 117

BATTISTONI FILHO, Duílio - Bonfim origem e formação - 66

BATTISTONI FILHO, Duílio - Um livro sempre lembrado - 298

BRANS, I. Helena - Tiradentes: 1/4 de milênio - 332

CALDEIRA, João R. de Castro - Revisitando "Visão do Paraíso" - 254

CARDOSO, Walter - Considerações acerca do topônimo "Batatais" - 237

CASADEI, Thalita de Oliveira - A Princesa Isabel e as Câmaras Fluminenses - 149

D'ALINCOURT, Luís - Depoimento sobre a vila de São Carlos - 45

DAUNT, Ricardo G. - Reminiscências do Distrito de Campinas - 7

DEBES, Célio S. - Uma réstia de luz no crepúsculo editorial - 255

DOM JOÃO III - Carta de grandes poderes a Martim Afonso de Souza - 356

FALCÃO, Marino - A eternidade de Eça de Queiroz - 138

FARJALLAT, Célia S. - A Filha do Barão - 171

- GARCIA, Rodolfo - A transferência da corte portuguesa para o Brasil - 271
- KIDDER, Daniel R. - Depoimento sobre a vila de São Carlos - 51
- LACERDA, A. Virmond e Supplicity de - A Capitania de São Paulo através dos tempos - 151 e 326
- LIMA SOBRINHO, Barbosa - Alberto Torres e Oliveira Viana - 179
- LINDSAY, T. M. - O caráter da Reforma na Inglaterra - 267
- MAGRO, Omar Simões - A instalação da vila de São Carlos - 32
- MARETTI, Maria Lidia L. - Apontamentos sobre poligrafia do Visconde de Taunay - 128
- MARIANO, Júlio - A "Aurora Campineira" - 264
- MARIANO, Júlio - Como o "Bairro Alto" veio a se chamar "Ponte Preta" - 355
- MATOS, Odilon Nogueira de - A febre amarela em Campinas - 197
- MATOS, Odilon Nogueira de - A propósito da expansão paulista - 188
- MATOS, Odilon Nogueira de - A Vila de São Carlos - 23
- MATOS, Odilon Nogueira de - Barbosa Lima Sobrinho no seu centenário - 109 e 177
- MATOS, Odilon Nogueira de - Evocação de Anchieta e Vieira - 287
- MATOS, Odilon Nogueira de - Francisco Muniz Tavares - 359
- MATOS, Odilon Nogueira de - Instrumentos de iniciação literária - 369
- MATOS, Odilon Nogueira de - O historiador de Blumenau - 281
- MATOS, Odilon Nogueira de - O "24 de maio", evocação de importante data - 279
- MATOS, Odilon Nogueira de - Páginas Campineiras - 3
- MATOS, Odilon Nogueira de - Paulistanismo necessário - 192
- MATOS, Odilon Nogueira de - Publicação científica em "roupa nova" - 283
- MATOS, Odilon Nogueira de - Rodolfo Garcia - 209
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Sal feito de terra" - 370
- MATOS, Odilon Nogueira de - Santo Odilon e o Dia de Finados - 190
- MATOS, Odilon Nogueira de - Testemunho do isolamento paulista - 187

- MATOS, Odilon Nogueira de - Textos relativos ao Bandeirismo - 280
- MATOS, Odilon Nogueira de - Triste fim de um sábio francês - 366
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um pioneiro do Paulistanismo - 367
- OTÁVIO, Benedito - Aclamação da independência do Brasil na vila de São Carlos - 43
- PEREIRA, Astrojildo - Rui Barbosa e a emancipação dos escravos - 157
- PUPO, Benedito Barbosa - A geografia de meu bairro - 53
- PUPO, Celso M. de Melo - A primeira luta política e o primeiro capitão-mor de Campinas - 34
- RIBEIRO JÚNIOR, João - A Bruxaria: o protótipo da rebeldia - 134
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Carlos de Campos, expressiva figura da Primeira República - 245
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Leopoldo Amaral, um jornalista que também fez História - 114
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Os bondes: uma etapa da modernidade em Campinas - 57
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - Santa Catarina em destaque - 295
- ROMERO, Sílvio - Reflexões sobre o final do século XIX - 357
- SAINT-HILAIRE, A. - Depoimento sobre a vila de São Carlos - 47
- SEQUEIRA, João Manoel - Decadência das capitâncias mineiras - 174
- SANTOS, Armando Alexandre - Conselhos do Conde d'Eu ao "Príncipe Perfeito" - 319
- SILVA, Leonardo Dantas - Introdução à bibliografia brasileira - 200
- SOUZA, Tomé de - A Capitania de São Vicente - 266
- TAVARES, F. Muniz - Projeção do movimento republicano de 1817 - 361
- THUT, Roberto - Por que São Carlos? - 40

*

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

- ARBOUSSE-BASTIDE, P. - Jean de Lery e a teoria do bom selvagem - 347
- ASCOLI, Haroldo R. - A escravidão dos índios - 258

PEREIRA, Astrojildo - Rui Barbosa e a emancipação dos escravos - 157

*

MEMÓRIA CAMPINEIRA

FARJALLAT, Célia S. - A Filha do Barão - 171

MARIANO, Júlio - A "Aurora Campineira" - 264

MARIANO, Júlio - Como o "Bairro Alto" veio a chamar-se "Ponte Preta" - 355

*

TEXTOS E SELETAS

A Capitania de São Vicente vista por Tomé de Souza - 266

A transferência da corte portuguesa para o Brasil (Rodolfo Garcia) - 271

Alberto Torres e Oliveira Viana (Barbosa Lima Sobrinho) - 179

Carta de grandes poderes a Martim Afonso de Souza (D. João III) - 356

Decadência das capitanias mineiras (J. M. Sequeira) - 174

Festa de casamento numa corte senhorial da França meridional do século XIII - 175

O caráter da Reforma na Inglaterra (Lindsay) - 267

Projeção do movimento republicano de 1817 (Muniz Tavares) - 361

Reflexões sobre o final do século XIX (Silvio Romero) - 356

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Barbosa Lima Sobrinho - 177

Francisco Muniz Tavares - 359

Rodolfo Garcia - 167

*

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

- A propósito da expansão paulista - 188
 Instrumentos de iniciação literária - 369
 O historiador de Blumenau - 281
 O "24 de maio", evocação de importante data - 279
 Paulistanismo necessário - 192
 Publicação científica "em roupa nova" - 283
 "Sal feito de terra" - 370
 Santo Odilon e o Dia de Finados - 190
 Testemunho do isolamento paulista - 187
 Textos relativos ao Bandeirismo - 280
 Triste fim de um sábio francês - 366
 Um pioneiro do paulistanismo - 367

*

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- | | |
|------------------------------|--|
| Aytai, Desidério - 283 | Bondes em Campinas - 57 |
| Amaral, Leopoldo - 114 | Bonfim (bairro de Campinas) - 66 |
| Amaral, Tancredo do - 367 | Bonpland, Aimé de - 366 |
| Anglicanismo - 263 | Bruxaria - 134 |
| Anchieta - 287 | Campinas - todo o nº 164 |
| Antologias - 369 | Campos, Carlos de - 245 |
| "Aurora Campineira" - 264 | Centro de Memória da Unicamp - 255 |
| Bairro Alto (Campinas) - 355 | Conde d'Eu - 319 |
| Bandeirismo - 280 | Corte portuguesa (vinda para o Brasil) - 271 |
| Barbosa, Rui - 157 | Cozinha mineira - 117 |
| Batatais - 237 | Daunt, Ricardo G. - 7 |
| Bibliografia - 200 | Escravidão indígena - 258 |
| Blumenau - 281 | Escravidão africana - 157 |

- Febre amarela em Campinas - 197
- Festa de casamento no século XIII - 175
- Finados (dia de) - 190
- Garcia, Rodolfo - 209
- História de São Paulo, 151, 187, 188, 280
- Holanda, Sérgio Buarque de - 254
- Igreja na Inglaterra - 267
- Inconfidência mineira - 332
- Isabel (Princesa) - 149
- Isolete de Souza Aranha - 171
- Kidder, Daniel P. - 51
- Léry, Jean de - 347
- Lima Sobrinho, Barbosa - 105 e 177
- Livros de memórias - 298
- Literatura Portuguesa - 138
- Martim Afonso de Souza - 356
- Minas Gerais - 174, 342
- Odilon, Santo - 190
- Paulínia, Museu de - 283
- Paulistanismo - 192,
- Ponte Preta (bairro de Campinas) - 355
- Queiroz, Eça de - 138
- Reforma na Inglaterra - 267
- Revolução pernambucana de 1817 -
- Sal no Brasil colonial - 370
- Santa Catarina - 295
- Santo Odilon - 190
- São Carlos (vila de) número 164
- São Paulo (Capitania de) - 151
- São Vicente - 266
- Século XIX - 357
- Silva, José Ferreira da - 281
- Taunay, Visconde de - 128
- Tavares, F. Muniz - 359
- Teoria do bom selvagem - 347
- Tiradentes - 332
- Torres, Alberto - 179
- Tuiuti (Batalha de) - 279
- "Velho Felix" - 298
- Viana, Oliveira - 179
- Vieira, Pe. Antônio - 287
- Vila Industrial - 53
- Vinte e quatro de maio - 279
- "Visão do Paraíso" - 254







UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

